**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

PAULA SASSAKI COELHO

**Mulheres e mineração: protagonismos e narrativas de mulheres acerca
dos impactos e das mudanças vividas em Conceição do Mato Dentro a
partir do empreendimento Minas-Rio**

São Paulo

2019

PAULA SASSAKI COELHO

Mulheres e mineração: narrativas de mulheres acerca dos impactos e das mudanças vividas em Conceição do Mato Dentro a partir do empreendimento Minas-Rio

Versão original

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências

Área de Concentração: Psicologia Social.

Orientadora: Profª. Dra. Mariana Prioli Cordeiro

São Paulo
2019

FICHA CADASTRAL

Nome: Coelho, Paula Sasaki

Título: Mulheres e mineração: protagonismos e narrativas de mulheres acerca dos impactos e das mudanças vividas em Conceição do Mato Dentro a partir do empreendimento Minas-Rio

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências (área de concentração: Psicologia Social).

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

No percurso de construção desta dissertação de mestrado, foram muitas as mãos e os ombros que me deram suporte e inspiração. Agradeço a minha filha, que em sua tão pouca idade me acompanhou e foi, sem dúvidas, uma fonte de aprendizados ricos e constantes que me motivaram a iniciar e a concluir este trabalho. Assim como, sem o apoio em suas diversas formas e momentos de minha mãe e meu pai, ele também não teria sido possível. Agradeço a ambos e ao Ric de maneira fraterna e ampla. De longa data.

Agradeço profunda e afetuosamente a Vilma e Flora, com quem tive o privilégio de encontrar em festa, trabalho e pão. A disponibilidade militante desde o início e sua generosidade e compromisso com a luta foram essenciais. Sem a contribuição de ambas, este trabalho não teria tido condições de trilhar os caminhos percorridos. Foram elas que viabilizaram minha aproximação com o MAM, com Conceição do Mato Dentro e suas lutadoras. Lutadoras essas que também foram essenciais para que este trabalho tenha sido realizado e as agradeço por todos os momentos juntas, pelos cafés com biscoito, pela acolhida, pelas histórias compartilhadas, pelos aprendizados, risadas e pela força e inspiração que elas me transmitiram sempre.

Não posso deixar de agradecer à Mari, pela orientação, pelo suporte, dedicação e confiança. Muito me ensinou a acompanhar, acolher e incentivar. Com as mulheres arpilheireiras eu aprendia a costurar os retalhos e com a Mari, aprendia a cozer palavras e textos. Acredito que não apenas o conteúdo, mas também a forma de ensinar são pedagógicos e agradeço em especial à maneira como ela me acompanhou e me orientou.

À estrutura da USP e ao período de bolsa da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que possibilitaram parte importante das condições concretas para a realização desta dissertação. Agradeço também a Secretaria do Instituto de Psicologia e sua equipe pelo carinho e ajuda sempre que precisei.

Enquanto mãe e trabalhadora, foram inúmeras as ajudas necessárias. Para isso, envolveram-se muitas pessoas queridas, companheirxs e irmãs e irmãos da vida. Agradeço ao Henrique pelo apoio principalmente no início, ainda no processo seletivo. As mamadeiras e comidinhas preparadas para a Ciça e o ombro amigo foram fundamentais e não me deixaram desistir deste projeto antes mesmo que ele germinasse. Às queridas Jana e Eliara agradeço o tempo conjunto e a convivência nesse processo longo e trabalhoso. Às Julianas sou grata pela revisão e pelo incentivo no final. E à todas

as pessoas amadas e queridas que nesse momento coloriram a vida, leram, comentaram, ajudaram na dissertação e que foram também ombro e companhia perenes, antigas e recentes na vida (Mari, Carol, Lu, Leti, Fino e tantas outras). Agradeço ainda xs colegas de trabalho, lutadorxs e ponta de frente do SUS, que mesmo sem conhecer o tema, me incentivaram e apoiaram.

E com imenso respeito, admiração e gratidão ressalto a importância do MAM, das militantes que conheci e de tantas outras pessoas que compõem a luta junto ao MAM e a outros movimentos sociais por uma sociedade mais justa e igualitária. Agradeço também ao MST pelos ensinamentos e referência de luta e resistência. E de modo amplo, sem as pessoas que se dedicam à transformação social e não se calam diante das formas de injustiça e exploração, este trabalho não teria sido possível. Porque ele é fruto pequeno e humilde do acúmulo da classe trabalhadora e de todxs militantes que não deixam de acreditar e lutar.

Aos que permitem a injustiça

Não quero de forma alguma
Cravar em seu peito
As verdades sobre os crimes de João, o latifundiário.
Muito menos lambuzar seus olhos
com sangue indígena
das mãos de Almir, seu vizinho mercenário.

Só quero que saiba que Joana, esposa de Tomé
Não deveria morrer em vão,
De câncer, de João
Muito menos de hematoma de Tomé.
Nem que Leona, a vadia trans da favela
Se tornasse alvo de fluorescentes lâmpadas,
Nem de facas, nem de balas, homens, palavras.
Nem de olhares afiados, pontiagudos, fatais.
Que as palavras destinadas à Marisa e a Leona
Não causem ruptura de seus corações
Nem a ruptura da dignidade.

Queria que soubesse que Tito, o vendedor de doces,
roubou os doces pra vender.
Que o dinheiro da venda, foi pra comprar mais doces
e cola.
O sonho de Manu, mãe de Tito, é ter um ar condicionado
Para refrescar as dores.
Refrescar a miséria e os hematomas de Tomé.

Queria que soubesse que a vizinha de Manú,
Leona, a vadia trans da favela,
Come a carne do gado de Almir, o mercenário.
Leona não come apenas proteína animal.
Ela bebe e se farta do sangue e da carne de Iberê, criança da etnia Cainguangue.
Iberê foi adubo nas terras de Almir.

Saiba que pouco mais ao norte,
E mais ao sul,
Lucas bebe leite de sua mãe, no Rio Verde.
Que Lucas bebe de sua mãe diclorodifeniltricloroetano.
É isto que bebe Lucas.
E Lucas chora em silêncio.

Chamo-te atenção para Maria, para Ana e Mariana.
Suas lamas camas
Desaguam no mar.
Já suas vidas silenciadas pela vida
Choram sufocadas no Doce do Rio.
Que esse doce, não é o mesmo que o de Tito.
Amarga na boca,
suja a boca de lama
agora sem cama, nem lama
Mariana nem chora mais.
Nem mostram mais,
Nem indignação causa mais.

Aos que permitem a injustiça,
Peço apenas que engulam
O leite, a carne, o doce, a lama, o sangue, o ar condicionado, o câncer
E me responda
Como não engasgar com tanto?

(autoria desconhecida)

RESUMO

COELHO, P. S. **Mulheres e mineração: narrativas de mulheres acerca dos impactos e mudanças vividas em Conceição do Mato Dentro a partir do empreendimento Minas-Rio**. 2019. f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

O presente estudo aborda narrativas de mulheres em torno das mobilizações por elas realizadas e/ou protagonizadas, no contexto da atual indústria da grande mineração no município de Conceição do Mato Dentro, MG. Mais especificamente, busca apresentar e discutir narrativas sobre articulações políticas suscitadas a partir dos impactos causados pela implementação do empreendimento Minas-Rio, da empresa Anglo American. Para isso, foi realizada uma pesquisa participante, que envolveu visitas às comunidades, conversas informais, entrevistas e oficinas com mulheres indicadas pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) por serem ou terem se tornado lideranças comunitárias. O empreendimento Minas-Rio está em funcionamento desde 2008 e compreende um amplo complexo minerador, que inclui instalações localizadas em vários municípios da região de Conceição do Mato Dentro: lavra principal, barragem de rejeitos e pilhas de estéril, planta de beneficiamento e tratamento de minério, o maior mineroduto do mundo e uma linha independente de transmissão de energia. A partir dos relatos registrados, foi possível perceber a drástica alteração que a chegada da grande mineração promoveu no modo de vida e na organização sócio-cultural das moradoras e moradores do entorno. Entre essas mudanças, destacam-se a falta de água (o que, para uma população majoritariamente camponesa, representa um profundo impacto), mudanças na economia local, alterações fundiárias, remoção de famílias e comunidades inteiras de seus territórios de origem, sentimento constante medo de um rompimento da barragem, aumento da violência, poluição de rios e do ar, entre outras. Além disso, os relatos apontam uma série de violações de direito ao longo do processo de implementação do empreendimento, o que vem gerando conflitos não somente em torno das mudanças no cotidiano de moradores, mas também em torno do modo de negociação e atuação da empresa.

Palavras-chave: Mulheres. Mineração. Movimento social. Pesquisa Participante. Psicologia Social.

ABSTRACT

COELHO, P. S. Mulheres e mineração: narrativas de mulheres acerca dos impactos e mudanças vividas em Conceição do Mato Dentro a partir do empreendimento Minas-Rio. 2019. f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

The present study deals with the narratives of women around they mobilizations and / or they perform around the context of the current mining industry in the municipality of Conceição do Mato Dentro, MG. Been more specific, the essay wants to show and discuss narratives about political articulations outcome from the impact caused by the implementation of the Minas-Rio; an operation from Anglo American company. It was made a field research, visits to communities, informal conversations, interview and workshops with women's indicated from the Movement for Popular Sovereignty in Mining (Movimento pela Soberania Popular na Mineração - MAM). Because those woman's were or will become community leaderships. Minas-Rio entrepreneurship are working since 2008. The company operates in a large complex of mining with are located in different counties from Conceição do Mato Dentro area: places you take of the minerals; tailings dam; waste drums; beneficiation plant; minerals treatments; the bigger mineral pipeline in the world; and a electrical power transmission line. From the recorded reports, it was possible to perceive the drastic changes after the mining company implantation in the people's way of life and in the people's socio-cultural organisation. Is possible to highlight the lake of water (with is a serious issue since the majority of the people are peasants); economical changes; removal of families and whole communities from the original places; impunity and fear for the rupture of the dams; increased violence; rivers and air force pollution; and so one. In addition, the reports showing lots human rights violations over the Company implementation. Which has generated conflicts not only around changes in people life's but also around the way of negotiation and behavior of the company.

Keywords: Women. Mining. Social movement. Participant Research. Social Psychology

LISTA DE SIGLAS

CEFEM Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CEMIG Companhia Energética do Estado de Minas Gerais
CIMI Conselho Missionário Indigenista
COPAM Conselho Estadual de Política Ambiental
COPINH Consejo Cívico de Organizaciones Populares e Indígenas de Honduras
IBAMA Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEA Instituto Estadual do Ambiente
LI Licença de Instalação
LO Licença de Operação
LP Licença Prévia
MAM Movimento pela Soberania Nacional na Mineração
MME Ministério de Minas e Energia
MMX Minas-Rio Mineração e Logística Ltda
MPT Ministério Público do Trabalho
MTE Ministério do Trabalho e Emprego
MST Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
ONG Organização não Governamental
ONU Organização das Nações Unidas
PNAD Pesquisa Nacional em Amostra por Domicílio
RBSE Reserva da Biosfera do Espinhaço
SISEMA Sistema Estadual de Meio Ambiente
SUPRAM Superintendência Regional de Meio Ambiente
TCLE Termos de Consentimento Livre Esclarecidos
Unesco Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, O MAM E AS MULHERES.....	15
2.1.	Conceição do Mato Dentro.....	15
2.2.	MAM, Movimento pela Soberania Popular na Mineração.....	19
2.3.	As mulheres que participaram desta pesquisa.....	10
3.	DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS.....	22
3.1.	As idas à Conceição do Mato Dentro.....	22
3.2.	Levantamentos teóricos, de informações e sistematização.....	31
4.	MINERAÇÃO.....	34
4.1.	Grande Mineração no Brasil hoje e seus braços em Conceição.....	37
4.2.	A Anglo American	42
4.3.	“Coisas boas estão guardadas pra cá!” - Projeto Minas-Rio, Anglo American e a Grande Mineração em Conceição do Mato Dentro	44
4.4.	Característica camponesa das famílias e comunidades e alteração da sociabilidade e costumes.....	50
4.5.	Estratégias utilizadas pela Anglo American e suas relações com as comunidades..	54
4.6.	Mineração e seu modelo de destruição	62
4.6.1.	Escassez de água e poluição	66
4.7.	A implantação do empreendimento Minas-Rio, conflitos e contradições sociais ...	72
5.	GÊNERO, MULHERES E MINERAÇÃO.....	78
5.1.	Gênero, Raça, Patriarcado e Divisão Sexual do Trabalho.....	78
4.2.	Mulheres e mineração.....	89
6.	MULHERES DE CONCEIÇÃO E SEU PROCESSO DE REISITÊNCIA E PROTAGONISMO.....	94
6.1.	Arpilheiras, transgredindo a ordem, bordando histórias.....	97
6.1.1.	Arpilheiras em Conceição.....	98
6.2.	Relatos das mulheres e caracterização geral	102
6.2.1.	Projeto do capital X Projeto das famílias	103
6.2.2.	O medo	115
6.2.3.	A mobilização enquanto ganho de aprendizados e outras perspectivas.....	125
6.2.4.	Sobre o protagonismo das mulheres.....	132
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	143

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se inicia a partir do contato com as narrativas vividas por algumas mulheres afetadas diretamente pelo episódio do rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, MG. Narrativas de mulheres que tentaram segurar seus filhos pelas mãos em meio à onda inesperada de lama, que os perderam ainda no ventre, que perderam seus companheiros que trabalhavam na barragem, que correram para avisar sua comunidade da lama que viria, que se salvaram, que permaneceram horas na agonia e desesperança pela vida de seus entes queridos, sem notícia, ação de resgate ou resposta da empresa e do poder público nos momentos seguintes ao rompimento. Nenhum dos vídeos ou notícias que eu havia acessado até então, e que inundaram as redes sociais e a mídia em todo o país, havia me dado a dimensão da vivência do desastre. A primeira pessoa que me fez entrar em contato com essas experiências foi Flora (militante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração - MAM), meses depois. Deflagrados esses relatos, outro marco foi essencial: a ação de denúncia realizada pelas mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Mais de mil mulheres da região Sudeste do MST, em março de 2016, em ação de denúncia e repúdio ao modelo de destruição da vida, paralisaram uma sede administrativa da Vale S.A. de Catas Altas, região próxima ao rompimento, e a ferrovia próxima à mesma¹, como uma das atividades da Jornada Nacional de Luta das Mulheres do MST. Bradando a favor da vida e “contra a lama que violenta e mata”, essas mulheres quebraram o silêncio e foram pioneiras na região por fazer uma denúncia dessa magnitude. O estado de Minas Gerais, diferentemente do Pará (conhecido por seus conflitos fundiários e da mineração), alimenta em sua histórica “vocação para a mineração” um certo silenciamento das contradições sociais oriundas desse modelo de exploração da vida (humana e dos recursos naturais). Foi, portanto, uma quebra de silêncio e uma afronta à segurança que sentiam xs² representantes das empresas e do Estado em continuar sua defesa à ação mineradora nos moldes atuais e a nomear a

¹Como mostra o vídeo produzido pelo MST disponível em: https://www.facebook.com/MovimentoSemTerra/videos/1067244510014929/?autoplay_reason=all_page_organic_allowed&video_container_type=0&video_creator_product_type=2&app_id=2392950137&live_video_guests=0. Acessado em: 10/04/2017.

²O presente texto faz a opção do uso da letra “x” em palavras em que a formulação geral ou no plural possa ter conotação de gênero para não recair exclusivamente na forma masculina, invisibilizando outras representações de gênero.

catástrofe como acidente, reforçando e perpetuando a dependência da região à mineração e sua devastação produzida³.

Tocada e de alguma maneira convocada por estes relatos e pela coragem e rebeldia das mulheres do MST que protagonizaram a paralisação da sede administrativa da Vale e de um trecho da ferrovia, passei a me indagar sobre a força, a radicalidade e a capacidade de organização das mulheres, assim como sobre a repercussão da mineração em suas vidas e sobre a potência dos relatos vividos por mulheres em torno do tema. Foi este o marco inicial de minha busca, que acabou, por meio da indicação do MAM, me levando à Conceição do Mato Dentro, município próximo a região da Serra do Cipó (MG).

Na primeira conversa realizada por Skype com Flora, militante do MAM, apresentei meu interesse de pesquisa a partir do impacto gerado pelos relatos vividos por mulheres no episódio do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, e meu interesse em realizar uma pesquisa partindo da riqueza deste tipo de relato. Ela me apresentou outro município de Minas Gerais, localizado na região da Serra do Cipó, próximo a Diamantina – era a primeira vez em que ouvia falar de Conceição do Mato Dentro. Flora me contou que estavam com certa dificuldade de articulação na região de Mariana e que o próprio acesso às pessoas afetadas estava um tanto complicado devido à intensa procura (imprensa, ONGs, grupos de pesquisas etc.). E que, em Conceição do Mato Dentro, as condições de implantação de uma planta de mineração na área se assemelhava muito às condições da planta da Samarco, em Mariana.

O trabalho que se segue é produto do esforço em sistematizar e evidenciar estes aspectos, principalmente a partir dos relatos de algumas mulheres com as quais tive a oportunidade de entrar em contato, com a inclinação de trazer à tona o máximo possível a riqueza e a força do que me contavam e das experiências vividas em Conceição do Mato Dentro.

Sobre a escolha de buscar narrativas, histórias contadas e vividas pelas mulheres, ela se fundamenta na possibilidade que essas narrativas têm de compor descrições junto a um conjunto de dados ou informações técnicas. Para que, aliadas aos dados disponíveis

³Como noticiado: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/11/09/prefeito-de-mariana-mg-cobra-punicao-mas-e-contra-fechar-mineradora.htm>; <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/politica/noticia/2016/06/prefeito-de-mariana-se-reune-com-temer-para-pedir-volta-da-samarco-5822668.html>; <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,mineracao-ainda-e-destaque-na-economia-de-minas-gerais,170090e>; Acessadas em 06/02/2017.

em pesquisas, levantamentos de órgãos públicos, entre outros, possam ajudar a compor um todo que abranja também os sentimentos, os projetos futuros, pequenas anedotas e situações vividas por elas. Os relatos ajudam a humanizar, a trazer a possibilidade de identificarmos como as pessoas podem ser afetadas, o que elas vivem dentro de um contexto com cifras e números tão expressivos quanto o da mineração industrial atual. As vivências singulares têm valor em si e nos ajudam a construir melhor imagem do todo. Complementarmente acreditamos que, apesar de singulares, elas também estão marcadas pela intersubjetividade, como explicita Gonçalves Filho (1998), ou seja, são marcadas pela condição social. Portanto, trazem também em si o geral (como por exemplo, a enorme semelhança com Bento Rodrigues e outros lugares atingidos pela mineração). Estas histórias são fruto de um diálogo entre o que é mais íntimo e mais público, uma vez que são forjadas nas relações sociais e é como fruto intersubjetivo das mesmas que as estamos considerando.

A escolha de buscar e evidenciar os relatos das mulheres também está ligada ao objetivo de levantar os possíveis motivos que alimentam a marcada participação social e protagonismo das mulheres em um contexto conflitivo como o da grande mineração. Esta tomada à frente das mulheres é um fenômeno que não está isolado e se liga a outros acontecimentos e mobilizações de mulheres ao redor do mundo, assim como com o crescimento e fortalecimento do Feminismo. Vale destacar que partimos do pressuposto do Feminismo enquanto um movimento social diverso, com diferentes correntes e atuações. Em consonância com a definição de Maria Amelia Telles (1999), entendemos o Feminismo enquanto filosofia universal e movimento social político, antipatriarcal, que questiona as relações de poder, exploração e opressão sofrida pelas mulheres e que propõe transformações sociais, econômicas e ideológicas. Apenas para elucidar o crescimento do protagonismo feminino e do Feminismo na atualidade, podemos citar manifestações de mulheres de grande magnitude no mundo durante o período de realização deste estudo, como as manifestações nos EUA contra Donald Trump (massivas no país e com impactos internacionais) em 2017, greve de mulheres no oito de março na Espanha em 2018 (com paralisação generalizada), as marchas pró-legalização do aborto na Argentina no primeiro semestre de 2018, a enorme coluna de 5 milhões de mulheres na Índia em janeiro de 2019. Este panorama global indica que, no mundo, a repercussão, magnitude e a quantidade de manifestações de mulheres têm crescido junto, explicitando a força e o entendimento delas enquanto sujeitos de

luta e resistência. No Brasil, podemos citar a já mencionada Jornada Nacional de Luta de Mulheres do MST, mas há muitas outras marchas e mobilizações.

No caso do presente estudo, o contexto da grande mineração expressa o lugar que ocupam os países periféricos dentro do modo capitalista. A grande mineração é um retrato rico no que diz respeito ao modo de operar, explorar e acumular do capitalismo e de nossa dependência. Os rompimentos de barragem, infelizmente, são apenas uma parte da cadeia produtiva altamente exploratória, destrutiva e desigual. Busco evidenciar os impactos da mineração em um território determinado sob a perspectiva de mulheres em torno dos efeitos deste modelo de exploração e também os fatores que as levam a se destacar enquanto lideranças populares na defesa de seus lares, comunidades, de suas famílias e direitos. Entre estes fatores que fomentam a mobilização e o protagonismo popular de maneira geral, também está a participação do MAM.

Com o olhar voltado aos movimentos sociais, sob recorte de gênero e questionando quais elementos estariam ligados ao protagonismo feminino dentro do contexto da mineração no Brasil, expressão do capitalismo atual em nosso território, este estudo parte da necessidade de se comprometer com uma análise crítica, assim como com a perspectiva marxista de transformação da mesma.

A dissertação está composta de um capítulo inicial sobre Conceição do Mato Dentro e informações gerais. O capítulo dois se volta aos percursos metodológicos, enquanto o terceiro à mineração no contexto atual e seus impactos em Conceição do Mato Dentro. O quarto trata de gênero e as mulheres na mineração e, por fim, tem-se as conclusões finais.

CAPITULO 2. CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, O MAM E AS MULHERES DE CONCEIÇÃO.

2.1. Conceição do Mato Dentro

Em Conceição do Mato Dentro, a empresa mineradora responsável é a Anglo American (uma das maiores empresas de mineração do mundo, de capital sul africano e sede na Inglaterra), e o projeto de implantação da mina de exploração de ferro a céu aberto estava, no início da pesquisa (setembro de 2016), completando a primeira de um programa de cinco fases. Ao final do estudo, a empresa estava em processo de implantação da fase 3. A cava da mina está localizada em Conceição do Mato Dentro, mas afetando diretamente os municípios de Alvorada de Minas e Dom Joaquim. A Figura 1, a seguir, ilustra a localização de Conceição do Mato Dentro em sua microrregião e os municípios do entorno.

Figura 1: Mapa de Conceição do Mato Dentro e municípios do entorno (à esquerda) e mapa da microrregião de Conceição do Mato Dentro no estado de Minas Gerais (à direita)

Fonte: IBGE (2007)

Curioso como o caráter cíclico da história se explicita com o exemplo de Conceição do Mato Dentro, marcada historicamente pela mineração que, na América Latina e outras colônias, foi sempre uma atividade vinculada aos interesses internacionais. Inicialmente estava ligada à acumulação originária com metais preciosos servindo à coroa portuguesa e alimentando cofres da revolução industrial inglesa. No período atual está ligada ao fornecimento de matéria-prima em larga escala com alto investimento de capital e tecnologia. Desde a colonização, a região foi marcada pela busca e, no caso deste município, pelo êxito na corrida pelo ouro que marcou a colonização do Brasil, mas também da América Latina como um todo. No início do século XVIII, o bandeirante Borba Gato foi o primeiro a registrar a existência de ouro na região de Conceição do Mato Dentro. Este evento deflagra o processo colonizador banhado a conflitos com as populações residentes da área: povo da etnia dos Boruns, ou Aimorés (pejorativamente chamados pelos portugueses de botocudos) (IBGE CIDADES, 2017).

Os Boruns, do tronco linguístico macro-jê, eram povos conhecidos, sob o olhar dos colonizadores, por sua força física e sua alta capacidade de resistir e lutar. Estudos arqueológicos levantam a hipótese de que esses povos eram distintos das demais etnias do continente americano e possuíam ligação com os fósseis encontrados no sítio arqueológico Santa Luzia, em uma gruta no município de Pedro Leopoldo (a cerca de apenas 130 km de Conceição do Mato Dentro). Este grupo de indivíduos fossilizados, com características negroides, seriam paleoíndios que teriam originado uma primeira onda migratória anterior à das demais etnias americanas, oriundas de uma segunda onda migratória aproximadamente 12 mil anos mais tarde. Esta teoria, defendida por Walter A. Neves (apud PIVETTA, 2012), supõe também que existem indícios de que os Aimorés estejam ligados aos fósseis encontrados em Lagoa Santa, conhecidos principalmente pelo fóssil de Luzia (fóssil mais antigo das Américas, com idade estimada de 11 mil anos). Confirmada essa teoria ou não, o fato é que o mais antigo fóssil do continente americano havia sido encontrado não longe de Conceição do Mato Dentro. E que a história da região estava repleta de indícios e teorias que remontavam à história de nosso Continente e, porque não dizer, da humanidade⁴. É importante, ainda, ressaltar que a área explorada atualmente pela mineradora Anglo American também teve impacto em sítios

⁴ É triste salientar que, durante o período de realização desta pesquisa, o fóssil de Luzia, os 200 indivíduos fossilizados que integravam o “grupo de Luzia”, assim como a quase totalidade do acervo do Museu Nacional no Rio de Janeiro foram incendiados num desastre para a ciência, a pesquisa e a sociedade brasileira. Pouco deste acervo foi salvo, e o crânio de Luzia foi um dos que foi resgatado

arqueológicos encontrados na região. Das 56 cavidades subterrâneas (cavernas, grutas, e outras formações subterrâneas) encontradas na área da cava da mina, 23 foram suprimidas durante o processo de instalação da mesma. E dos 19 sítios arqueológicos que estão na área sob influência do complexo minerário, 4 foram soterrados (SISEMA 2008).

Retomando a história de colonização de Conceição, os colonizadores autodenominados “descobridores” da região, instalaram em 1704, segundo IBGE Cidades (2017), as primeiras cabanas na região com o intuito da exploração do ouro. Os invasores se valeram das terras, da superexploração da mão de obra e das vidas mesmas das populações originárias. E, regados a inúmeros conflitos e a genocídio, encontraram e implementaram as lavras mais abundantes da região, que colocaram-nas na posição das mais ricas lavras de ouro da porção nordeste da capitania. Este achado evidencia a região com a promessa do Eldorado e a febre dos metais que tanto marcou nossa história latino-americana. Cerca de três séculos mais tarde, outra Borba Gato “descobriria” novamente a região.

O próprio nome do município tem relação com a mineração. Identificado o ouro, outro bandeirante, Gabriel Ponce de Lion, constrói uma capela em homenagem à Nossa Senhora da Conceição, ainda no início do século XVIII. A promessa de ouro abundante logo atraiu muitos que acreditavam poder prosperar e enriquecer. E assim foram construídas as primeiras casas grandes e engenhos alicerçados na mão de obra escravizada de povos indígenas e africanos. Foi, também, rota de comércio para a região que conhecemos como Diamantina. Com o final das lavras de ouro, exploradas durante todo o século XVIII, o local caiu em certo esquecimento e passou a viver de agricultura de subsistência e pecuária extensiva (IBGE cidades, 2017; CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, 2017).

Já na atualidade, a população de quase 18 mil habitantes tem migrado do campo para a cidade e, segundo senso do IBGE, em 2010, sua população rural representava 31,49% do total em comparação com 68,51% a população residente em área urbana. De acordo com relatório realizado em torno de impactos sociais, econômicos e ambientais na região (CIDADE E ALTERIDADE, 2015), parte deste êxodo rural tem sido causado pela implantação da mina de exploração de ferro a céu aberto da empresa Anglo American.

Localizado na Serra do Espinhaço (que se estende pelos estados de Minas Gerais e Bahia, região alvo de grande exploração mineral durante o período de colonização), em meio ao bonito encontro de Mata Atlântica e Cerrado, o município de Conceição do Mato

Dentro é composto por dez distritos: Conceição do Mato Dentro, Brejauba, Congonhas do Norte, Córregos, Costa Sena, Fechados do Itacolomi, Santo Antônio do Norte, Santo Antônio do Rio Abaixo e São Sabastião do Rio Preto (IBGE cidades, 2017). Distante 167 km ao norte de Belo Horizonte, chama a atenção a beleza das matas e serras que a cercam, tanto que é considerada como “capital mineira do ecoturismo” e foi declarada em 2005 como integrante da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE) pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) (CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, 2017).

Vizinha também de um destino turístico já altamente conhecido e consolidado, a Serra do Cipó, Conceição do Mato Dentro integra o Circuito Turístico do Parque Nacional da Serra do Cipó, o Programa Estrada Real e o Circuito dos Diamantes (SISEMA, 2008). Segundo Becker e Pereira (2011), tanto a declaração da RBSE quanto o Projeto Estrada Real, da Secretaria Estadual de Turismo, que visava incentivar o turismo pela rota que liga Ouro Preto até Diamantina (Caminho dos Diamantes), lançaram sobre Conceição do Mato Dentro grandes perspectivas para o desenvolvimento do turismo na região. De acordo com as autoras, o anúncio da chegada da grande mineração, em 2006 (apenas um ano após o reconhecimento da RBSE), se deu justamente em um momento em que se canalizavam esforços e inclinação para fortalecer políticas conservacionistas e de incentivo ao ecoturismo em Conceição. A grande mineração, entretanto, apesar de trazer a promessa e a possibilidade de desenvolvimento no que poderia se reverter em investimentos na infraestrutura no geral (como construção de estradas, maior arrecadação de recursos inclusive para fortalecer o turismo e o manejo de áreas da reserva), na prática, tem se mostrado uma atividade geradora de grande desgaste ambiental e de contradições sociais alarmantes. E, como afirmam Henriques e Porto (2015), devido a suas características atuais, a mineração tem se apresentado enquanto atividade que gera dependência e afasta outras possibilidades de desenvolvimento econômico. Isto sem mencionar os diversos e profundos impactos que ela causa nas regiões onde se instala.

Não fosse a magnitude da planta devorando parte da serra que pode ser vista da rodovia MG-10, os relatos das pessoas em torno das alterações decorrentes deste mega empreendimento e os altos fluxos de carros e funcionários uniformizados da Anglo, seria possível, sob olhar visitante, passar por Conceição do Mato Dentro, visitar suas construções históricas do século XVIII e suas belíssimas cachoeiras (incluindo a

cachoeira do Tabuleiro, já considerada a mais bonita do Brasil com 273m de queda) sem imaginar o gigante insone nas montanhas e todo o projeto Minas-Rio.

Séculos depois dos bandeirantes, a empresa transnacional Anglo American chegaria ao local em busca de outro minério, atraída pelo projeto Minas-Rio, então da empresa MMX (pertencente ao empresário Eike Batista). A MMX, por sua vez, chegara à região sob a fachada de empresa de criação de cavalos e plantação de eucaliptos, com o nome de Borba Gato (o primeiro bandeirante a “descobrir” a região) Agro Pastoral. Bem poderia ser enredo da literatura fantástica latino-americana, que tão bem conta histórias de nossos povos e lugares. Mas, neste caso, é a afirmação em sua maneira mais explícita do caráter colonizador que se mantém na região sob outras roupagens e em outro período histórico.

2.2. MAM, Movimento pela Soberania Popular na Mineração

O MAM, Movimento pela Soberania Popular na Mineração, é um movimento social recente e de âmbito nacional que nasce a partir da necessidade de enfrentar, denunciar e transformar o modelo de exploração mineral vigente no Brasil. Um de seus intuitos é popularizar as decisões tomadas neste campo em prol da soberania popular na mineração. Nutrindo-se diretamente da fonte dos acúmulos da luta e das mobilizações sociais, principalmente da região amazônica, o MAM vai se constituindo perante as gritantes contradições desenhadas pela mineração, palco do emblemático projeto Carajás. Sob a bandeira da soberania popular em relação à exploração mineral, o MAM denomina-se um movimento nacional, anticapitalista e antiimperialista (MAM, 2015a).

Em consonância com outras organizações do campo da esquerda e outros movimentos sociais, com destaque para o MST, o MAM se oficializa enquanto tal, no ano de 2012, a partir de um encontro realizado em Paraupébas (PA), com representantes de oito estados. Atualmente ele compõe o Comitê Nacional de Defesa dos Territórios Frente à Mineração, que se articula desde 2013. Também é parte das organizações integrantes da Via Campesina, assim como tem participado de encontros em outros países da América Latina e da África em torno do tema da mineração. Integra, ainda, a comissão organizadora do Encontro Continental contra a Mineração e pela Soberania Popular (MAM, 2015b).

Aliado às famílias e comunidades atingidas pela mineração no Brasil, e dos processos de resistência das mesmas, o MAM visa, entre outros objetivos: *Construir paulatinamente a proposta de um novo modelo de utilização dos bens minerais, na forma de propriedade social e em benefício de todo o povo brasileiro, que represente a soberania popular e nacional sobre todos os recursos minerais (MAM, 2015b p.104).*

2.3. As mulheres que participaram desta pesquisa

Desde o momento de elaboração do tema e do lugar de campo de pesquisa, foram essenciais a interlocução e a participação de duas militantes do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), as quais chamaremos de Flora e Vilma. Flora foi a primeira pessoa com quem tive contato e Vilma havia se mudado para Conceição pouco tempo antes do início da pesquisa. Ambas foram minhas principais interlocutoras em Conceição do Mato Dentro. Além do contato com elas, foram feitas visitas e conversas com moradoras das comunidades do município de Conceição atingidas pela mineração. A decisão por nomes fictícios se deu ao final da pesquisa a partir da decisão coletiva de não expor os nomes reais de nenhuma das pessoas com as quais tive contato. Desta maneira, foram escolhidos nomes fictícios em referência a figuras históricas de lutadorxs populares.

Luiza foi a primeira moradora que conheci. Liderança consolidada, 57 anos de vida camponesa, família com herança negra e indígena, mãe de dois filhos já adolescentes, era referência comunitária mesmo antes da chegada da grande mineração e do início de sua trajetória de resistência de maneira próxima ao MAM. É uma figura querida e conhecida pelas comunidades próximas e segundo Flora: “Luiza é uma das mulheres mais constantes em toda a história de resistência”. Reside na comunidade do Passa Sete e é a única na comunidade a ter bica de água ainda viva em seu quintal. Ela nasceu e cresceu na região de Conceição do Mato Dentro e sua família é originalmente de lá. Filha mais velha entre dez irmãos e irmãs, desde muito cedo Luiza assumiu a figura de cuidadora. Foi citada, assim como suas falas em audiências públicas, etc. por outras pessoas com quem tive contato. Receptiva e acolhedora, com a casa sempre preparada para receber e povoada de visitas, os momentos junto a Luiza e sua família foram muito ricos. Luiza é também vizinha de Maria Carolina, mulher negra de 56 anos, de saúde e mobilidade comprometida e que vive sozinha com o esposo idoso e acamado por situação

de saúde. É Maria Carolina quem cuida de si, do esposo e do lote do casal, e busca água em galões diariamente na fonte de Luiza.

Helenira foi a segunda mulher de Conceição que teve a oportunidade de visitar junto com Vilma. Cresceu na região, apesar de a mãe ter nascido em outra cidade. Jovem, 35 anos, casada e sem filhos, Helenira se descobriu lutadora, como ela mesma conta, no processo de resistência e enfrentamento à empresa mineradora Anglo American. Bastante ativa em todo o processo de luta em Conceição, já foi tema de trabalhos acadêmicos, assim como deu entrevistas para alguns veículos midiáticos. Era moradora da comunidade do Sapo e foi diretamente afetada pelo mineroduto. Por isso, desde 2015 mora com o esposo Carlos em uma casa no perímetro urbano do município, em situação incerta.

Gioconda, filha de Luiza, de 19 anos, foi uma das mulheres que mais apresentou mudanças desde a primeira ida a Conceição até a última. Negra, faz questão de se apresentar como tal, residente da comunidade do Passa Sete, conta das mudanças na região e também em si mesma a partir dos processos de impactos e de mobilização social desde a chegada do MAM e de sua inserção no movimento social.

Flora, Vilma e as três mulheres citadas foram as que tive mais contato, as tendo encontrado (com exceção de Flora) em todas as idas à Conceição. Muitas outras, entretanto, fizeram parte por meio de visitas às comunidades e suas casas ou nas atividades de mulheres. No geral, mulheres de 18 a 70 anos, moradoras da área rural, residentes na região no mínimo desde a infância, a maioria tinha família residindo na região ou próximo, eram mães e estavam casadas (com exceção das mais jovens), todas cuidavam dos quintais e dos afazeres domésticos e apenas algumas possuíam atividade remunerada.

CAPÍTULO 3. DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Esta pesquisa foi composta basicamente por dois conjuntos de atividades principais interligadas e interdependentes: as idas a Conceição do Mato Dentro (e as ações que giraram em torno dessas idas, como os contatos e conversas com as pessoas que ajudaram a fazer a ponte com Conceição e as mulheres de lá), o estudo e síntese teórica e temática. Ao longo do fazer da pesquisa, estar em campo, estudar e sistematizar foram momentos que se retroalimentaram e estiveram ininterruptamente ligados. Para facilitar a leitura, o texto que se segue será separado nestes dois conjuntos de ações (pesquisa em campo e síntese teórica) e, como acredito que o contato com os relatos, os lugares e as pessoas envolvidas no trabalho de campo foram grandes disparadores para as buscas e sistematizações teóricas, iniciaremos pela descrição das idas a Conceição do Mato Dentro.

3.1. As idas a Conceição do Mato Dentro

Apesar da abertura para aquilo que o campo demandava enquanto intervenção (que foi principalmente a participação em momentos formativos com as mulheres), e da indefinição prévia de que tipo de ação poderia ser feita, a intenção e a disposição em realizar ações concretas junto ao MAM e as mulheres de Conceição do Mato Dentro foram uma premissa constante. De maneira que o caminho metodológico deste estudo esteve, desde o início, alinhado com a proposta da pesquisa participante (BRANDÃO; BORGES, 2007) sob diversos aspectos. Por partirmos do princípio de realidade social enquanto totalidade complexa e dialética, mesmo que tratando de vivências repletas de especificidades e tonalidades próprias daquilo que se dá cotidianamente, nos empenhamos para não perder de vista que estas realidades específicas compõem com o todo da vida social. Se alinha também à pesquisa participante por considerar uma posição ativa e pensante das pessoas às quais essa pesquisa se volta, levando em consideração sua historicidade e se propondo a construí-la de modo conjunto e de colocar a pesquisa também à serviço das pessoas envolvidas. Outro aspecto importante é o interesse não apenas por uma observação supostamente neutra de algo estático, mas sim por um viés posicionado ética e politicamente. É o olhar especialmente voltado aos processos de transformação social, entendendo a pesquisa como um possível fator de transformação junto às pessoas envolvidas, por poder ser considerada enquanto pesquisa participante

que unifica investigação, ação social e educação em um processo único e constante (BRANDÃO; BORGES, 2007).

Assim como Brandão (1985), entendemos a participação na pesquisa mais do que um conjunto de ações, mas como compromisso ético e político que orienta a pesquisa junto aos interesses e ao projeto político dos grupos sociais e que se coloca a serviço dos mesmos e não o contrário. E está em concordância também com o que planteia Fals Borda (1978): a ação das massas é solo fértil para criar conhecimento e a investigação social e a ação política podem imbricar-se e influir-se mutuamente, potencializando tanto a eficácia da ação quanto o entendimento da realidade. Temos, entretanto, a consciência da limitação imposta de que mesmo participando diretamente e opinando o máximo possível, as mulheres envolvidas nesta pesquisa não puderam ser agentes pesquisadoras e produtoras de conhecimento científico sistematizado ou investigadoras militantes, como define Fals Borda (1978) - enquanto quadros e lideranças das massas que no processo da pesquisa tornam-se também agentes investigadores - o que nos indica um longo e necessário caminho a ser trilhado.

A práxis (BRANDÃO; BORGES, 2007) foi um princípio fundamental em termos metodológicos do que podemos chamar de delineamento de pesquisa, uma vez que houve esforço em manter constante e ininterrupta a ligação ente teoria e prática, em que ambas vão interferindo-se e construindo-se mutuamente, mas sempre a partir de determinações concretas da realidade social (que é histórica). A dinâmica viva de tudo o que era presenciado em Conceição e os acontecimentos que iam sendo acompanhados a distância, quando não estava presencialmente em Conceição do Mato Dentro (relatados por Vilma e Flora e em textos divulgados na mídia e redes sociais), eram combustíveis e direcionadores para o estudo e investigação teórica. E, ao mesmo tempo, aquilo que era estudado muitas vezes foi essencial para melhor entendimento do que se estava dando na vida cotidiana quanto nos acontecimentos mais conjunturais e também guiava meu olhar e posicionamento em campo.

Como tentativa de exercer a práxis enquanto princípio metodológico, fui apresentando, principalmente nos momentos de formação, os frutos, objetivos e ações da pesquisa a fim de garantir trocas e retornos com elas a respeito dos conceitos teóricos utilizados, a fim de tentar garantir o máximo de diálogo entre a pesquisa em si e as mulheres a quem ela está diretamente ligada. Deste modo, os produtos da pesquisa puderam ser melhor negociados e co-construídos. De maneira alinhada com o que define

Paulo Freire (1985), esta é uma tentativa, ainda que incipiente, de incluir nas ações da pesquisa maneiras de educar e ser educada e no retorno a campo com o que se tem até o momento, pesquisar novamente. Acreditamos que este procedimento pode alterar tanto o produto final da pesquisa quanto o retorno direto dado ao coletivo de mulheres ao qual ela se volta.

Tendo já destacado alguns dos eixos metodológicos que consideramos essenciais e que foram fundamentais na ação de pesquisar, parece ainda relevante ressaltar o elemento da subversão como um prisma metodológico. Em consonância com Bringel e Maldonado (2016), entendemos a subversão enquanto possibilidade criativa de se apropriar de elementos da ordem social vigente e a partir de seus conflitos, fissuras e contradições ser capaz de vislumbrar e exercer transformações para a construção de uma nova ordem social. Isto inclui questionar os padrões e vieses hegemônicos de construção de entendimento e atuação de nossa sociedade, não como simples negação dos mesmos, mas fazendo uso crítico e rebelde, como define os autores, e os subvertendo a favor da transformação a partir e pelas massas. Mesmo reconhecendo os limites dessa pesquisa, é preciso deixar evidente para as mulheres de Conceição e para possíveis leitorxs, nossa esperança de lograr a subversão de conceitos e práticas hegemônicas exploratórias visando à abertura para a criação de possibilidades outras, tanto de entendimento teórico quanto de fazeres práticos.

Levando em consideração a invisibilidade e a desautorização a que determinados saberes e maneiras de saber são submetidos, pretendemos valorizar as maneiras de entendimento do mundo e da realidade trazidas nos relatos das mulheres que participaram da pesquisa e trazê-las enquanto maneiras de conhecer que devem ter espaço e valor. Isto não significa que não possam ser contrastadas e complementadas junto às mulheres (em especial nos momentos de formação com os coletivos), pelo conhecimento acadêmico e científico. Ao contrário, podem dialogar entre si potencializando os conhecimentos e ações de modo recíproco e profícuo. E sempre que possível, subversivo à ordem hegemônica vigente (FALS BORDA, 1978; BRINGEL & VARELLA, 2016).

Ao total foram cinco idas a Conceição do Mato Dentro: duas no segundo semestre de 2016, duas em 2017 (uma em cada semestre) e uma no segundo semestre de 2018, com duração de três a quatro dias cada.

Antes e entre as idas, foram realizadas trocas de e-mails, mensagens e algumas conversas por Skype com Vilma e Flora, que foram minhas grandes interlocutoras.

Ambas são militantes do MAM (Movimento dos Atingidos pela Mineração) e Flora foi a primeira a ser contatada. Das primeiras tentativas de contato com Flora (março de 2016) até a primeira conversa realizada por Skype (fins de setembro de 2016) passaram-se seis meses devido a questões de saúde da militante, de modo que a primeira ida a campo se concretizou no final de outubro do mesmo ano. O Quadro 1, abaixo, sintetiza as visitas realizadas.

Quadro 1 – Idas a campo com duração e descrição resumida das atividades desenvolvidas e previstas.

Idas à Conceição do Mato Dentro	Duração	Atividades
Ida 1	21 a 23 de outubro de 2016	Apresentação breve da cidade, visita à casa de Luiza, planejamento da formação de mulheres, formação de mulheres (com duração de cerca de quatro horas), ida à festa de Nossa Senhora do Rosário.
Ida 2	09 a 11 de dezembro de 2016	Visita a casa de Helenira, planejamento das ações, visita à comunidade do Passa Sete (casas de Joana, Dolores e Luiza)
Ida 3	25 a 28 de maio de 2017	Planejamento de ações futuras, visita à comunidade do Sagrado Coração de Jesus (casas de Marielle, Acotirene e Nísea)
Ida 4	25 a 27 de agosto de 2017	I Encontro de Mulheres Atingidas (duração de três dias)
Ida 5	18 a 22 de agosto de 2018	Exposição dos painéis de Arpilleras e debate público sobre mulheres e mineração. Visitas às casas de Luiza e Helenira

É essencial especificar que antes mesmo da primeira ida propriamente a Conceição, fomos junto a Flora e depois também com Vilma, delineando algumas possíveis ações que poderiam ser realizadas. Ambas foram essenciais. Além de trocas e indicações teóricas e de planejamento conjunto de ações, também me acolheram e em todas as idas a campo minha estadia foi a casa de Vilma. Sem o empenho, a disposição

(no sentido mais amplo e humano), a solidariedade e o compromisso militante delas, essa pesquisa não teria tido as condições de trilhar os caminhos seguidos.

Podemos dividir didaticamente os momentos de estada em Conceição do Mato Dentro em dois tipos: os de conversa e visitas às casas de algumas das mulheres e os momentos com os coletivos de mulheres (formação, encontro de mulheres e exposição dos painéis com roda de conversa).

As visitas foram indicadas por Vilma a partir de nossas conversas sobre os objetivos da pesquisa e das possibilidades de minha contribuição em Conceição, levando em consideração: localização (para que abrangesse mais comunidades) e o protagonismo das mulheres. As visitas tiveram durações que variaram entre uma e cinco horas, mas em média levaram entre uma e duas horas em cada família. O tempo foi determinado pelas circunstâncias de cada visita. Eram visitas similares ou cotidianas. Vilma sempre me apresentava e falávamos da pesquisa, mas não havia roteiro. Por vezes, nos sentamos na mesa da cozinha e tomamos café, ou conversamos sob uma sombra no quintal. Em outras ocasiões, nos sentamos na sala e conversamos enquanto víamos relances da TV. Houve, neste sentido, entendimento do cotidiano enquanto ambiente de pesquisa assim como uma constante disposição para conversas, como define Peter Spink (2008). Meu objetivo era explicitado, assim como meu lugar de pesquisadora. Meu olhar estava guiado também política e eticamente e alguns temas me eram mais interessantes que outros, mas o percurso pelo conhecer do cotidiano e das conversas como fonte de informação também foram prismas metodológicos. Eu queria conhecer. Por isso visitei, conversei, tomei tempo (o que incluiu café, biscoitos, almoços e o que mais fosse surgindo nas visitas).

As visitas e conversas eram registradas posteriormente em diário de campo, o mais rápido possível, incluindo conteúdos das conversas que me chamavam atenção, informações, dúvidas ou itens que eu deveria pesquisar depois, além de algumas frases que conseguia lembrar e impressões minhas. Foram gravadas e transcritas apenas 4 conversas com as mulheres de Conceição com quem foi estabelecido maior contato: uma com Helenira (na penúltima ida a campo), uma com Luiza, uma com Gioconda e uma segunda com Helenira (todas em visitas na última ida a campo). As gravações se deram apenas com as mulheres com quem foi construída relação de maior vínculo e deixando muito claro que a gravação da conversa não era, de maneira nenhuma, imprescindível para a pesquisa e que poderia ser negada a qualquer momento. Vale ressaltar que as gravações foram feitas durante as visitas e depois de já iniciada uma conversa. De maneira

que boa parte das narrativas contidas neste estudo, seguindo a mesma perspectiva que Gonçalves Filho (2003), tomando-as enquanto histórias que são contadas diferentemente de caracterização ou acúmulo de informações, foram oriundas das anotações dos diários de campo acerca dos momentos de encontro e de conversa com as mulheres e não propriamente das gravações realizadas. Baseando-me nos pressupostos de tempo necessário para fomentar o diálogo de opiniões e um conhecimento mútuo, e não como tentativa de extração de informações, a própria vivência em campo determinou que fossem gravadas conversas apenas ao final das idas à região e de acordo com o vínculo criado, como sugere o autor citado.

Quanto às formações, elas se deram em três episódios distintos: formação de mulheres (duração de um dia) no final de 2016; I Encontro de Mulheres Atingidas pela Mineração (duração de três dias), em agosto de 2017; Exposição dos Painéis de Arpilleras com roda de debate (duração um período) em agosto de 2018. Tendo tido esta última caráter e funcionamento particular em relação às anteriores, uma vez que aberta ao público e com o intuito de fomentar o debate junto às pessoas da região urbana de Conceição.

As formações foram momentos de reunião coletiva voltados à discussão política em torno de questões relacionadas a Gênero, Patriarcado, Divisão Sexual do Trabalho, assim como Mineração, Divisão Social do Trabalho, modelo de desenvolvimento, entre outros. Foram feitas curtas exposições teóricas preparadas por mim e pelas militantes do MAM, com abertura para trocas de experiências pessoais e espaços de debate. A escolha de trazer temas teóricos teve também o objetivo de aprofundar o debate e contribuir na significação daquilo que era vivido singularmente enquanto parte de um processo social mais amplo e histórico. Foram momentos de grande força e possibilidades, tendo em vista que contaram com a partilha de experiências e reflexões a partir do que foi trazido teoricamente, e possibilitaram que muitos dos silenciamentos históricos cravados em nossos corpos pudessem vir à tona e ganhar voz. Foi momento de não nos sentirmos sós. Para tanto, as formações eram de participação exclusiva de mulheres, com exceção da exposição das arpilleras e debate público (devido a seu objetivo e caráter). A duração, metodologia e temas de cada formação variaram de acordo com as possibilidades e objetivos de cada atividade e foram planejadas conjuntamente com as representantes do MAM.

No que diz respeito aos delineamentos da pesquisa, as formações foram um rico espaço de trocas, intervenção e possibilidade de negociação e construção conjunta. Tanto nos momentos de planejamento junto às militantes do MAM, quanto nas formações em si junto ao conjunto de mulheres presentes. Em todas as formações, a pesquisa e seus objetivos eram apresentados e havia esforço de minha parte em escutar e registrar o que elas tinham a dizer a partir da minha apresentação e dos objetivos da pesquisa, além dos temas e debates fomentados. Foram ricas possibilidades de identificar temas recorrentes e de questionar a respeito dos motivos que as levavam a assumir um papel ativo e, muitas vezes, protagonista junto às suas comunidades, assim como da maneira como elas identificavam seu caráter de força e liderança. Já a exposição dos painéis de arpilleras e debate público, na última ida à Conceição, foi um espaço de maior devolutiva da pesquisa para as mulheres e as pessoas presentes, uma vez que realizada como atividade de encerramento da intervenção, na qual, entre outras coisas, foi apresentada a iniciativa do processo de fabricação dos painéis. Também apresentei aspectos e aprendizados reunidos na pesquisa até aquele momento. A apresentação do acúmulo da pesquisa também teve a função, para além da devolutiva, de abrir o debate sobre os impactos da mineração e de evidenciar o papel das mulheres nos processos de resistência e defesa da vida.

A proposta de realizar painéis de arpilleras com as mulheres já existia anteriormente à minha chegada. Inspirada pela experiência chilena durante a ditadura militar, foi proposto às mulheres a confecção de painéis bordados manualmente com aplicações de tecido em uma tela de algodão, que contasse e fizesse uma denúncia sobre as condições de vida das famílias impactadas pela mineração. A confecção dos painéis de Arpilleras também se deu como parte da programação das formações (que reservavam um tempo para tanto) e em outros encontros realizados fora dos momentos da pesquisa. As mulheres de cada comunidade se organizaram para confeccionar os painéis com temas e estética próprias. Alguns painéis foram bordados de maneira individual e outros a várias mãos, mas a preparação, o debate que alimentava as ideias para os painéis, a apresentação da proposta de realização e o aprendizado das técnicas envolvidas se deram sempre coletivamente. O aprendizado técnico contou com a participação de uma artesã residente de um município vizinho. E entendemos que os painéis também são uma maneira de contar, de narrar. No próprio fazer coletivo dos painéis, em seus momentos de pensá-los e costurá-los, muitas foram as histórias e conversas (registradas em Diário de Campo). Assim como o próprio produto final (o painel bordado) é, sem dúvida, a expressão de

narrativas, de projetos, de visões de mundo. E foram uma maneira de denunciar a realidade social alterada pela mineração e suas consequências deletérias, além de mostrar o que elas viam de bonito em suas comunidades, vidas e o que queriam para elas e suas famílias e comunidades.

Como já foi sinalizado anteriormente, a escolha por narrativas e histórias trazidas em diálogo com as informações e dados da realidade social se deu como uma maneira de diálogo entre o geral e o singular. E como uma ferramenta de entendimento e elaboração coletiva. Já que quando conversávamos sobre situações de vida particulares e muitas vezes íntimas, falávamos também de situações objetivas, de relações sociais, que por mais particulares que pudessem ser, não estavam dissociadas das diversas implicações que o modo de produção capitalista, neste caso relacionado por exemplo, à exploração industrial de ferro. E do que isso acarreta na vida das pessoas envolvidas, inclusive em seus cotidianos, em seus modos de vida, de subsistência e de sociabilidade. E para contextualizar o que era vivido de maneira singular, era também preciso estudo e apropriação de teorias que abordassem, por exemplo, o modelo capitalista, patriarcal e racista de sociedade, a mineração industrial e seu funcionamento atual, outras experiências de organização e resistência populares, etc.

De minha parte houve a vontade de conhecer e disponibilidade de contribuir em ações concretas que elas e as mulheres de Conceição julgassem interessantes, uma certa trajetória com discussão de gênero em coletivos de mulheres junto a movimento social do campo e a preocupação de que minha presença e a pesquisa pudessem contribuir com o tema mais geral da mineração e mulheres, mas também com as ações localizadas em Conceição do Mato Dentro. E, por isso, houve momentos para que eu conhecesse algumas mulheres e famílias nas diferentes comunidades, assim como momentos em que me dediquei e me somei à formação e discussão de gênero com coletivos de mulheres.

Por partir de pressupostos éticos e políticos de não neutralidade, houve esforço constante para manter posicionamento com e no campo de maneira mais honesta e declarada possível. É um compromisso inegociável comunicar e explicitar os pressupostos éticos, políticos e teóricos das ações e dos objetivos da pesquisa. E estes foram aspectos que foram conversados e expostos em todos os contatos que fiz durante às idas à Conceição do Mato Dentro, tanto nas visitas às casas e comunidades quanto nas formações. Além da não neutralidade, assumimos também o papel ativo, como explicita José Paulo Netto (2011), ao falar do método em Marx, ao afirmar que para que seja

possível produzir conhecimento, o papel de quem pesquisa é ativo e fundamental, uma vez que deve ser capaz de deparar-se com o campo a ser pesquisado e, a partir dele, esforçar-se para mobilizar conhecimentos, criticá-los, conectá-los e revisá-los. Sendo este exercício necessariamente ativo, posicionado politicamente e comprometido com o horizonte da transformação social.

Houve, ainda, esforço em estar aberta ao que o campo demanda e, como defende Rockwell (2009), construir o processo de pesquisa enquanto uma caminhada que se faz caminhando e, complementarmente, que não se caminha só. Havia mesmo antes da definição do lugar exato do campo de pesquisa um tema de pesquisa relacionado a questões de gênero, principalmente no que diz respeito a mobilizações sociais, envolvimento e protagonismo das mulheres no contexto da mineração, trazendo como elemento principal os relatos de vivências e narrativas de mulheres. A partir disto, o objetivo geral da pesquisa foi investigar quais elementos estavam associados ao protagonismo e resistência das mulheres, considerando o contexto de estarem aliadas a um movimento social em uma área atingida pela grande mineração. Como objetivos específicos havia o interesse em entender o contexto da grande mineração enquanto representação da atuação do capitalismo atual sobre um território determinado, os impactos gerados sob a perspectiva das mulheres, como elas entendiam e conversavam sobre alguns temas e vivências relacionadas ao gênero, quais as mudanças a partir da atuação e organização das comunidades com contribuição do MAM. Estes objetivos foram negociados e alterados, ao longo da pesquisa, de acordo com o que as mulheres e a vivência em Conceição apontavam direta ou indiretamente enquanto possíveis objetivos também.

Minha condição de pessoa externa e o intermédio de Vilma permitiram que, aos poucos, eu e as mulheres que conheci fôssemos mutuamente nos apresentando. Especialmente no que diz respeito a temas relacionado às questões de gênero, a todo tempo que conversamos, estávamos direta ou indiretamente falando de nós mesmas. Da condição de mulheres, mães, filhas, trabalhadoras, de nossas trajetórias. Elas moradoras de suas comunidades, eu como alguém “de fora”. Apesar de meu interesse ser o de ouvir o que elas tinham a me dizer e esta ser a ênfase das conversas e registros, trocas se davam e eu, assim como elas, também contava um pouco de mim⁵. Minhas características físicas,

⁵Pelo fato da pesquisa ser feita a partir de meu encontro com as mulheres, escolhi em alguns trechos a primeira pessoa do plural, pois mesmo sendo pessoa externa muitas vezes era parte do grupo e falo desde

o sotaque de outro estado, o modo de se vestir, entre outros elementos também comunicavam às minhas interlocutoras meu lugar de externalidade.

Neste sentido, Geertz (1989) reforça que estar em campo e ter abertura não é em momento algum se fazer passar por um nativo, pelo contrário, é assumir que se é uma pessoa externa e que, ao longo do caminho, os estranhamentos serão aos poucos processados e apresentados na pesquisa. Sylvia Leser de Mello (1988) também reitera em seu trabalho a clareza de sua posição de “estranha” enquanto alguém que não é uma igual no campo e que traz em si a insígnia da universidade (enquanto professora, em seu caso) e que não se trata de negar ou disfarçar este fato, mas tê-lo consciente e aberto para as pessoas do campo e para quem lê seu trabalho. Essa posição de externalidade não negada tanto abriu possibilidades para a investigação quanto para a ação nas formações com as mulheres e pôde enriquecer a experiência das formações contando com “quem vem de fora”.

Além dos cuidados ético-políticos mencionados, foram coletados Termos de Consentimento Livre Esclarecidos (TCLE), disponível nos anexos, a partir de leitura conjunta da pesquisadora com cada participante e as deixando aberta a possibilidade de não concordância com a participação da pesquisa, sem que isso acarretasse em nenhum tipo de prejuízo na participação nas atividades ou de qualquer natureza. Apresentar o termo foi também mais um momento de conversar sobre a pesquisa. Para as que sinalizaram algum tipo de dúvida, me disponibilizei a conversar mais e a deixar os mesmos para as que quisessem lê-los com mais tempo antes de decidir pelo consentimento. A apresentação do TCLE foi uma maneira de expor concretamente meu interesse em pesquisar e meu compromisso em não o fazer sem o consentimento delas, assim como em ser o mais fidedigna em relação ao que me foi dito e o que pude vivenciar sem, com isso, expor suas identidades.

3.2 Levantamentos teóricos, de informações e sistematização

Partimos do entendimento de Marx (2007) de que a realidade social concreta, determinada historicamente pelos acontecimentos econômicos e sociais de nossa sociedade, é determinante para as condições de vida das pessoas, tanto objetivas quanto

meus lugares também (pesquisadora, mãe, mulher entre outros) que faziam parte do coletivo que se formava.

subjetivas. O estudo, por exemplo, da grande mineração (com foco no contexto nacional, mas entendendo seus aspectos globais fundamentais) se tornou essencial para melhor compreensão do que era relatado pelas mulheres de Conceição do Mato Dentro. Esse esforço fornecia elementos das condições reais concretas do caráter e da magnitude da indústria mineral e o que isto acarretava diretamente *in locus*. O que acontecia em Conceição, a lógica operativa do que se dava ali a partir das mudanças geradas pela implementação da planta de mineração acompanhada do mineroduto, estava ligado ao panorama mais amplo da mineração e do capitalismo global e isto, por si só, não podia dizer tudo a respeito do que era vivido cotidianamente, mas era também fundamental. O mergulho nos levantamentos, estudos e materiais que diziam respeito aos temas mais abrangentes (como grande mineração, elementos do capitalismo atual, gênero, divisão sexual do trabalho, entre outros) não esteve desconectado do que era vivido e refletido a partir das vivências em Conceição do Mato Dentro. E ao mesmo tempo orientou alguns olhares e posturas diante de temas e possibilidades que surgiam.

Durante as estadas em Conceição, realizava registros escritos do que era feito, das conversas e lugares que visitamos e dos planejamentos conjuntos que fizemos. Estas anotações manuscritas eram depois transcritas e revistas e originam os Diários de Campo da pesquisa, dos quais foram incorporados na dissertação alguns trechos. Quanto à apresentação dos trechos do Diário de Campo e de algumas transcrições de conversas específicas, foram tomados cuidados, para além do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Como a opção pelo anonimato, a escolha por parte da pesquisadora de não usar trechos e relatos que pudessem constranger ou causar desconforto para as mulheres, assim como se deixou explícita a possibilidade de desistência da participação da pesquisa a qualquer momento e foram realizados momentos variados de esclarecimento e transparência em relação à pesquisa, seus métodos e objetivos.

Foram também registrados os momentos de orientação na Universidade tanto individuais com a orientadora, quanto coletivas junto ao Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Movimentos Sociais e Políticas Sociais (TraMPoS), coordenado pelxs professorxs: Mariana Prioli Cordeiro, Leny Sato e Fabio de Oliveira.

Como foi dito anteriormente, os momentos de estudo e elaboração da dissertação foram direcionados e alimentados a partir do contato com Conceição do Mato Dentro e, em alguma medida, em constante diálogo com os acontecimentos mais gerais que iam se dando e que eram pertinentes à pesquisa. Foram realizadas leituras sistemáticas dos

diários de campo, afim de identificar temas recorrentes que se aproximavam da pergunta de pesquisa. E as vivências no campo também me ajudaram a identificar esses temas recorrentes (por meio de impressões que eu tinha, do modo como as mulheres narravam suas histórias e falavam de seus posicionamentos, dos temas recorrentes, daquilo que me chamava atenção enquanto percorria os espaços e conhecia as pessoas). Desta maneira fui identificando e sistematizando grandes eixos temáticos daquilo que mais chamava atenção nas visitas e nas leituras posteriores do Diário de Campo.

Foram realizadas buscas na internet em bancos de dados como Scielo, Google, Blogs e sites de autores ou grupos acadêmicos. Nestas buscas, foram usados os seguintes descritores temáticos: mineração, grande mineração, gênero, gênero e raça, mulheres, mulheres e mineração, movimentos sociais, pesquisa participante, entre outros. E, seguindo o mesmo princípio de a partir da identificação de algum material e/ou autoria de interesse, ele servia também como indício para novas buscas nos bancos de dados. Para verificar quais textos e autorxs poderiam contribuir com os objetivos da pesquisa, foram lidos os resumos dos artigos e textos encontrados e, a partir deles, avaliada a necessidade ou não de ler o texto completo. O referencial teórico destes textos também indicava maior ou menor convergência com a busca em curso e as orientações ético políticas da pesquisa e seus objetivos. Tendo sido utilizado, portanto, a técnica de bibliografia reticulada. E nos temas relacionados à mineração, Conceição do Mato Dentro e o Projeto Minas-Rio, também foram recebidas indicações de leitura fornecidas por Vilma e Flora.

Outro tipo de levantamento feito foi o de notícias divulgadas nas mídias e meios de comunicação. Inicialmente, filtrei conteúdos a respeito dos acontecimentos pós rompimento da barragem do Fundão, em Mariana (já que este foi um dos pontos de partida da pesquisa) e uma vez definido o campo de pesquisa no município de Conceição do Mato Dentro, os filtros passaram a ser os materiais relacionados ao local e outros sobre mineração que dialogassem com a pesquisa. Arqueei materiais como: reportagens da Folha de São Paulo, Estadão, Brasil de Fato, Carta Capital, Jornal O Tempo e outros (todos em suas versões online), além de materiais de blogs ou notas e notícias veiculadas via facebook, como notas publicadas pelo MAM, pela Anglo American e outras que se relacionassem à pesquisa.

CAPÍTULO 4. MINERAÇÃO

Por alguns momentos me sentia impressionada com a beleza das matas que cercavam as comunidades, o cheiro bom que elas tinham, o verde que enchia os olhos, a paisagem mais distante dos morros e me doía pensar em como tudo ali estava sendo alterado de maneira tão voraz e sem consentimento nem ganho coletivo. A sensação que eu tinha me remetia às primeiras conversas com Flora sobre a sensação de interrupção abrupta da vida que se tinha. Era assombroso o tamanho e as proporções da planta mineradora, os planos de até onde chegariam (já me parecia tão grande sua extensão atual!). “Parece uma cidade!!” e Vilma me dizia: uma cidade que não para! Fica 24 horas em funcionamento, sem parar! (Trecho dos D.C. referente à ida 1).

Este pequeno trecho se refere à indústria da grande mineração, enquanto expressão do capitalismo atual sobre a extração de *commodities*, voltado de maneira altamente exploratória e neocolonial aos interesses dos países centrais. Impressionante nas dimensões, na ininterrupção do funcionamento e nas rápidas mudanças que traz consigo. Mas como foi que havíamos chegado aqui?

A mineração faz parte da história da humanidade, os registros de atividades de extração de minério para uso de artefatos datam de cerca de pelo menos 43.000 anos, podendo chegar a 70.000 até 110.000 anos (MORTON, 1996 apud CASTILHOS & CASTRO, 2005). Georgius Agricola (1533) afirma que a mineração não é menos antiga na história humana do que a agricultura e surge desde a elaboração dos primeiros objetos. Não questionaremos, entretanto, o uso dos metais pela humanidade, mas sim sua apropriação como fonte de exploração e agudização das desigualdades sociais dentro da lógica capitalista. Conforme afirmei no capítulo I, em Conceição do Mato Dentro houve dois ciclos de exploração mineral: um entre os séculos XVII e XVIII, durante o chamado capitalismo mercantil, e outro a partir de 1930, que se inicia com o ouro e pedras preciosas. Ele tem como um grande marco Carajás iniciando a exploração industrial de ferro (BITTENCOURT, 2017).

Desde o início, a colonização da América Latina foi marcada pelos interesses externos por nossas terras e recursos. De acordo com Backwell (2009), os colonizadores percorreram as terras da América de ponta a ponta em busca de minerais preciosos e foi esta ação a precursora também do volume e da velocidade de colonização de lugares em que se suspeitava ou que se confirmava a presença de tais minérios. Especialmente na América espanhola, foram encontradas jazidas de ouro, mas sobretudo prata em grande

abundância. Logo no ano de 1530, foram descobertas jazidas no México e nas primeiras décadas de colonização, outras tantas em diversos países como: Argentina, Chile, Colômbia e Perú. Em função da possibilidade de estabelecer jazidas, regiões inóspitas e quase não habitadas, passaram a ser povoadas. E, junto ao povoamento, começava o comércio de produtos importados como tecidos, vinho, especiarias, pessoas escravizadas, mas também o comércio de produtos de um recente mercado interno (como carne, couro, grãos entre outros). A ganância e a promessa de prosperidade que a mineração sempre trouxe é datada, portanto, desde nossa colonização (BACKWELL, 2009).

As repercussões sociais da mineração na América colonial foram diferentes de acordo com os extratos sociais. Para os colonos imigrantes, representavam uma possibilidade (mesmo que incerta e arriscada) de enriquecimento e ascensão social. Para os povos indígenas, o principal impacto foi a saída do campo para o meio urbano. Urbanizando-se, também se distanciavam de seus modos tradicionais de produção e de vida, afastando-se de sua identidade originária. Apesar da dificuldade de quantificar mais precisamente o impacto da mineração nas populações indígenas, há indícios de que a mineração de ouro no século XVI foi a causa direta da extinção de povos andinos. Para o enorme contingente de africanos escravizados, significava a espoliação de seus corpos e força de trabalho sob condições desumanas em todos os sentidos. Para os países colonizadores, a mineração era fonte de lucro para impulsionar seus processos de industrialização (BACKWELL, 2009).

No Brasil, a procura por metais preciosos também impulsionou nosso processo de colonização, mas com ênfases em ciclos históricos distintos. Nos países andinos a febre de exploração se deu nas primeiras décadas do século XVI. Neste período no Brasil, existiam explorações de aluvião (nas beiras dos rios), mas é a descoberta das jazidas na região de Ouro Preto e Mariana (já nos últimos anos do século XVII) que desloca o foco de interesses da metrópole para a colônia. O atual estado de Minas Gerais, em especial, foi identificado, desde sua origem, com uma vocação para a extração de minérios, fato que inclusive dá origem a seu nome. Foi fonte não apenas de ouro (primeiro minério de interesse), mas também de diamante, bauxita, tungstênio, alumínio e ferro. A exploração mineral na região de Minas Gerais esteve altamente associada à escravidão. E se apoiou nela para existir da maneira mais vantajosa aos interesses econômicos dominantes, com baixos ou nenhum investimento (em infraestrutura, tecnologia, aplicação de técnicas (ANDRADE E REZENDE, 2013; TAVARES, 2006).

Historicamente há um caráter racial preponderante no processo de exploração minerária. De acordo com Quijano (2003), somada à divisão social do trabalho, verificou-se uma divisão racial do trabalho. A mineração no processo colonial esteve alicerçada no trabalho escravo de povos originários da América Latina e de povos africanos, de modo que, não apenas nossos recursos naturais foram explorados de maneira quase que ilimitada, mas também a força de trabalho destes povos. Esta dupla exploração gerou a riqueza e a expansão do domínio branco e europeu que tem repercussões históricas ainda no momento atual. Desta maneira, a exploração colonial do ouro esteve acompanhada da vinda de grande contingente de povos africanos e isto tem impacto em nossa composição racial até o presente. Apenas para ilustrar sua atualidade, autorxs como Wanderley (2015) defendem que a catástrofe do rompimento da barragem de Fundão configura-se como racismo ambiental, já que expressiva maioria da população diretamente atingida a jusante da barragem era composta de pretos e pardos.

Portanto, é possível vislumbrar os desdobramentos históricos da exploração minerária ao longo do processo colonizador. Atualmente, a mineração é um campo amplo e diverso, composto pelo que se nomeia de pequena ou grande mineração. A chamada pequena mineração envolve a extração de produtos minerais destinados à construção civil (areia, brita, cimento, argila), a ação de garimpos (mantendo técnicas bastante arcaicas e trabalho altamente precarizado), a extração de pedra sabão, granito, mármore. E a grande mineração, ou mineração industrial, possui grande investimento de capital e está voltada às exportações em larga escala de minérios que servem de matéria-prima para o mercado internacional. Como o foco principal deste trabalho está voltado a esta grande mineração, nos restringiremos a ela.

4.1. Grande Mineração no Brasil hoje e seus braços em Conceição

O maior trem do mundo

O maior trem do mundo
 Leva minha terra
 Para a Alemanha
 Leva minha terra
 Para o Canadá
 Leva minha terra
 Para o Japão

O maior trem do mundo
 Puxado por cinco locomotivas a óleo diesel
 Engatadas geminadas desembestadas
 Leva meu tempo, minha infância, minha vida
 Triturada em 163 vagões de minério e destruição
 O maior trem do mundo
 Transporta a coisa mínima do mundo
 Meu coração itabirano

Lá vai o trem maior do mundo
 Vai serpenteando, vai sumindo
 E um dia, eu sei não voltará
 Pois nem terra nem coração existem mais.

(Carlos Drummond de Andrade)

Como foi visto anteriormente, diversas foram as relações com os minérios, seus usos e modos de comercialização ao longo da história. Hoje, eles se encontram no mercado internacional enquanto *commodity* que, de acordo com a definição de Amyra El Kalili (2014), é uma matéria-prima manufaturada e padronizada para que seja comercializável dentro dos critérios definidos por multinacionais e governos, privatizando e financeirizando algo que é de uso comum. As *commodities* são, portanto, uma forma de privatizar um bem comum presente na natureza para comercializá-lo no mercado financeiro. O minério de ferro não extraído, separado e pelletizado não é *commodity*, é parte da terra que carrega a infância, o tempo e o coração itabirano no poema de Carlos Drummond de Andrade. Ele é bem comum.

A procura por minérios tem apresentado recente crescimento no mercado com velocidade e quantidades expressivas. Este crescimento está associado, principalmente, à alta demanda no mercado mundial, à redução das melhores fontes de minérios e à possibilidade de escassez a médio prazo. O aumento da demanda global tanto se dá pela necessidade dos países mais industrializados, quanto pelo aumento da procura de países emergentes. Segundo Bruno Milanez (2012), esse aumento contingencial, muito inspirado pelos países industrializados e seus padrões de consumo, intensificaria ainda mais a demanda por recursos naturais. Em adição, com a dificuldade das empresas de encontrar jazidas com alta concentração de minérios, a prospecção faz com que seus preços se elevem. Tendo em consideração estes dois fatores mais as tecnologias

atualmente disponíveis, há indicadores de que tanto ocorrerá escassez a médio prazo, quanto escassez de maneira mais ampla, de modo que algumas reservas conhecidas podem se esgotar em menos 20 anos (MILANEZ, 2012).

Com o processo de abertura do mercado em 1970, o Brasil intensificou principalmente as exportações de *commodities*, com pouca participação de setores mais intensivos em tecnologia. Isto aprofundou nossa relação de dependência no que diz respeito ao mercado de *commodities*, especialmente agrícolas e minerais. Se Carlos Drummond tivesse escrito seu poema nos dias atuais, provavelmente teria incluído em seus versos a China como outro (e grande) destino de sua terra querida. O processo de intensa industrialização deste país impulsionou ainda mais a demanda por bens primários e nossa dependência em exportá-los. O retorno social prometido, entretanto, não se concretizou. Em contrapartida, lidamos com desgastes ambientais de grande escala, já que os ciclos produtivos das *commodities* implicam grandes quantidades de energia, água e recursos naturais como um todo, além de gerar de poluição. Quanto a esses efeitos, ainda, é importante acrescentar que eles não são prioridade da indústria mineradora, haja vista a baixa eficiência garantida pelo setor no sentido de investir em tecnologia para reduzir o uso de recursos naturais e a quantidade de poluição gerada (MILANEZ, 2010).

O crescimento acelerado da quantidade de minérios extraídos no país e seus rendimentos econômicos demonstram que o panorama da mineração vem ganhando novas proporções no Brasil. Mais recentemente, como documentado por Mansur et. al (2016), de 2003 a 2013 fica marcado um período chamado de *boom* da mineração, no qual tivemos um papel representativo enquanto fornecedor de minérios, com crescimento de 630% nas exportações para o mercado global (passando de U\$38 bilhões para U\$196 bilhões), além de pico de crescimento no ano de 2008, com início de queda a partir de 2011. Segundo Julianna Malerba (2012), em 2000, por exemplo, o estado do Pará produziu o equivalente a 4 bilhões de reais referentes à extração mineral e, no final de 2011, sua arrecadação na mesma atividade saltou para 25 bilhões. Com destaque ao minério de ferro nas exportações nacionais (que em 2011 representou 70% das exportações minerais), em 2013 o Brasil era responsável por 14,3% da exportação de ferro no mundo (segundo entre cinco países fornecedores do minério). E é exatamente neste período pós-*boom*, na corrida para aproveitar a alta dos preços das *commodities* minerais, que as medidas de licenciamento e alteamento da barragem de rejeitos de

Fundão, que rompeu em 2015, são aprovadas. Em 2009, a Anglo American se instala em Conceição a partir da compra do empreendimento Minas-Rio.

Esta recente e volumosa exportação passa a alimentar uma relação de dependência econômica do país e das regiões diretamente envolvidas em relação ao setor. O notável aumento da extração está relacionado não apenas ao aumento do volume e velocidade de extração, mas também à diversificação de minérios extraídos nos últimos anos. O que implica, necessariamente, em aumento do número e do tamanho das áreas de mineração. Para manter a expressividade do setor, está previsto maior crescimento para a área, de maneira que a extração, segundo a prospecção do Ministério de Minas e Energia (2011), deve triplicar nos minérios de ferro e bauxita e mais do que quadruplicar a de cobre e níquel de 2008 até 2030. Este crescimento previsto vai se dar tanto na exploração de novas áreas, quanto baseado na intensificação da extração em áreas já exploradas (como quadrilátero ferrífero em Minas Gerais e Carajás no Pará), aprofundando os desgastes e conflitos gerados pela mineração nesses territórios. Tendo o MME destacado a Amazônia como a área de destaque para a expansão da mineração (MILANEZ, 2012).

Apesar da grande expressividade no aumento da procura e do preço dos minérios, que tanto atraiu as transnacionais e o governo brasileiro a incentivar o crescimento da extração mineral no país, vale ressaltar que o aumento de preço dos minérios é acompanhado pelo aumento de sua volatilidade. Assim como as *commodities*, de modo geral, as variações de preços estão relacionadas ao intensivo capital injetado (em infraestrutura, máquinas e equipamentos), dificultando o ajuste dos preços em relação às variações de preços e demandas a curto prazo, à competitividade das *commodities* metálicas entre si e à financeirização do mercado (e aumento da especulação). Essa volatilidade é um risco para países que foquem sua economia na produção mineral e dificulta o planejamento econômico uma vez que o retorno de arrecadação de impostos e royalties também oscila. Outra vulnerabilidade em torno da mineração no Brasil é que, quase metade dos minérios exportados são comprados por um único país: a China - que em 1990 representava apenas 2% dos nossos minérios exportados e em 2011 importava 45%, tendo chegado a representar quase 60% das exportações em 2009 (MILANEZ, 2012).

Fato que a princípio pode parecer curioso é que a China, principal país importador de minérios no Brasil, é um país que contém grandes reservas de ferro (carro chefe das exportações nacionais). Um dos fatores que explica a opção chinesa em importar é a

qualidade das jazidas e o grau de dificuldade de extração. Outro, porém, muito expressivo, é o baixo custo do processo no Brasil em comparação com outros países, o que o torna especialmente atrativo. De acordo com Crosseti e Fernandes (2005), a bobina de ferro em 2004 custava no Brasil US\$ 109,00 para ser produzida, enquanto que no México o valor era de US\$148,00, US\$161,00 nos EUA e US\$174,00 na Alemanha. Esta diferença de custo, de acordo com Milanez (2010), está relacionada à riqueza mineral do país, associada ao baixo padrão de controle e legislação ambiental. Este custo, tão atraente para o mercado internacional, entretanto, é distribuído à sociedade brasileira como um todo, nossos recursos naturais e em especial às pessoas e regiões diretamente atingidas.

Fica evidente, portanto, que sob os determinantes atuais, o crescimento que vem ganhando a indústria extrativa de metais é acompanhado de um custo social e ambiental extremamente altos. Nas palavras de Tádzio Coelho (2014): *“A acumulação de capital em atividades extrativas, quando lideradas pelas elites do capitalismo dependente e periférico, só pode ser realizada com todo o seu vigor às expensas da natureza e do trabalho”* (p. 31).

Para garantir que este processo fosse possível nos anos 2000, foram necessárias medidas liberalizantes iniciadas na década de 1990, a partir de alterações em nossa Constituição e no Código de Mineração. O Consenso de Washington foi uma iniciativa de colocar em prática alterações econômicas e institucionais, que no caso da mineração, por exemplo, logrou um conjunto de alterações de caráter liberal nos Códigos de Mineração dos países latino-americanos de modo geral, apesar das diversidades de contextos destes países. No Brasil, alterações realizadas desde o *impeachment* de Collor e, posteriormente, nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, caminharam no sentido de adotar medidas que abriram a possibilidade de o mercado internacional competir diretamente com o nacional no que diz respeito às *commodities* como um todo, incluindo a mineração. Em conivência com a subordinação ao Consenso de Washington, é neste período, também, que se difundem os pressupostos de que o Estado deveria agir ou governar segundo um modelo empresarial e de abertura para a livre concorrência de mercado. É neste contexto, que se dá a venda da Vale do Rio Doce (maior empresa mineradora do Brasil e a segunda do mundo). Este conjunto de medidas neoliberalizantes cria condições favoráveis à entrada ainda maior do capital internacional que, aliada à forte elevação dos preços (*boom* da mineração), reflete no expressivo aumento (em volume e

velocidade) da extração mineral no país que se segue especialmente na virada dos anos 90 para os anos 2000 (BITTENCOURT, 2017).

Ao contrário do que o discurso pró-mineração afirma enquanto sinônimo de desenvolvimento e progresso, pelo modo como ela está configurada dentro dos moldes capitalistas atuais, ela, assim como outros ramos extrativistas, faz uso de grande capital, com importação de máquinas e tecnologias estrangeiras. Este modelo garante baixa industrialização nos locais onde se instalam as minas, além de recorrerem a pouca mão de obra, em sua maioria mão de obra altamente qualificada que, muitas vezes, também vem de fora. No caso de Conceição, por exemplo, o minério é exportado em forma de popa, completando seu processo de siderurgia fora do país. Esta configuração resulta em grandes impactos e pouco retorno para os países e especialmente para as regiões em que estão alocadas, denunciando um modelo de reprimarização econômica (BITTENCOURT, 2017). Na realidade, segundo Acosta (2011) a instalação de plantas de extração tem sido associada a regiões de maior vulnerabilidade econômica e social, o que facilita a inserção das empresas e seus ritmos e determinações produtivas e políticas. Além disto, como são empresas que não necessitam do mercado interno, as inversões em termos de investimento e retorno locais, são ainda menores.

Neste sentido, de acordo com Coelho (2014), torna-se inegável o caráter de classe dos projetos mineradores tanto pela exploração do trabalho (exploração, comercialização e transporte dos minerais), quanto pela exclusão do conjunto das classes sociais do excedente econômico produzido. Não apenas no que diz respeito à divisão desse excedente, mas também da participação e planejamento conjuntos, que beneficia quase que exclusivamente as elites capitalistas.

Também há outro elemento de grande importância e especial impacto nas regiões onde a grande mineração se instala: a questão fundiária. Segundo Wanderly (2008), para o sucesso da implantação e continuidade do processo produtivo, as mineradoras precisam deter parte das terras, tanto da lavra quanto do entorno, para manter acesso, controle e segurança da área, assim como garantir captação de água. A compra de terras possibilita também à empresa ter áreas de compensação ambiental exigidas pelas condicionantes. De acordo com Bittencourt (2017), em Conceição do Mato Dentro a aquisição inicial de terras no projeto Minas-Rio foi papel da Borba Gato Agropastoril, sob a fachada de uma empresa de interesses supostamente agrícolas e agropecuários. Aliadas às compras posteriores, já enquanto Anglo American, a mineradora se tornou umas das mais

expressivas detentoras fundiárias da região. Além disso, houve mudanças no valor da terra e na especulação em torno dela. Em entrevista apresentada pelo autor, o Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural alega ter ocorrido uma supervalorização das terras da região a partir da chegada da mineração. O hectare, antes estimado em R\$2.000,00 passou a valer R\$15.000 em áreas sem influência direta da mineração e R\$40.000,00 em áreas com influência direta.

Uma das estratégias também utilizadas pela Anglo foi aproveitar a fragilidade jurídica de titulação de terras, em especial das áreas camponesas de Conceição. As famílias estavam habituadas a não realizar a transferência do título após o falecimento do proprietário, mantendo o uso e a posse da terra para os herdeiros, porém sem a regulamentação jurídica da propriedade. Luiza, em seus relatos, conta da dificuldade que ela e a família estavam enfrentando quanto à titulação de terras. Toda esta alteração na estrutura fundiária, no município como um todo, traz consigo outras mudanças como a especulação de terras e a consequente desvalorização da atividade agropecuária, o que altera a estrutura econômico-social da região (BITTENCOURT, 2017). A questão fundiária e suas alterações dos modos de vida em função das remoções de comunidades ou de outros impactos da mineração são sentidas de maneira evidente e cotidiana. A totalidade das mulheres que participaram desta pesquisa moravam na área rural e, por isso, a questão fundiária se fez extremamente marcante.

Mas não foi apenas em Conceição do Mato Dentro que a Anglo American representou os interesses do capital alterando profundamente e gerando impactos agressivos. E a trajetória da empresa retrata isso.

4.2. A Anglo American

Com sede localizada em Londres, a Anglo American tem operações na África do Sul, América do Sul, América do Norte e Austrália; e seus principais minérios explorados são: diamante, platina, manganês, cobre, níquel, minério de ferro e de carvão. Apesar da grande diversidade de minérios explorados, a maior parte de seus rendimentos provém da extração de ferro, manganês, diamantes e cobre. A empresa possui 57 minas em nove países, onde o Brasil é o terceiro em quantidade de minas, com oito, e a grande maioria ainda está na África do Sul (totalizando 26). No Brasil, possuem planta de exploração de ferro em Minas Gerais e extensão de mineroduto e porto no Rio de Janeiro (projeto Minas-Rio), exploração de níquel em Barro Alto e Niquelândia no estado de Goiás (ANGLO

AMERICAN, 2017). Segundo Bruno Milanez e Rodrigo Santos (2013), a empresa foi apontada pela Financial Times como a sexta maior mineradora do mundo em 2014.

Mas a história da transnacional remonta um panorama global anterior. Fundada em 1917, a empresa é fruto dos processos de espoliação dos países derrotados da I Guerra Mundial e seguiu crescendo a partir das assimetrias imperialistas que foram se delineando globalmente. Logo no período pós I Guerra, começaram a surgir reuniões de grandes empresários, acadêmicos e diplomatas britânicos e norte-americanos, constituindo os *Round Table Groups* (Grupos da Távola Redonda), a fim de planejar estratégias de desenvolvimento em âmbito global. Após a II Guerra Mundial, os *Round Table Groups* passaram por diversas alterações e estiveram ligados à criação de organismos internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a ONU. Neste seletor grupo, ainda em 1919, encontram-se duas figuras fundamentais na fundação da Anglo American: J. P. Morgan e Cecil Rhodes. Este último, importante precursor da exploração mineral na África desde 1880, garantiu ao Império Britânico a dominação de uma extensa área do continente por meio da Companhia Britânica da África do Sul, em ação colonizadora voraz responsável pelo massacre de 60 milhões de pessoas dentro do contexto de Apartheid. Já no grupo J. P. Morgan, uma das principais corporações financeiras do mundo, foi um dos sócio-investidores para a fundação da Anglo American e desempenhou um papel importante no avanço imperialista do capital financeiro sob os regimes coloniais de maneira geral (BITTENCOURT, 2017).

Dedicando-se à exploração de diamantes na África do Sul, esta empresa passa então a se beneficiar do colonialismo naquele país, logrando a exploração quase que exclusiva (a partir dos oligopólios formados) de seus recursos minerais e se fazendo valer de superexploração da força de trabalho. Logo neste início de sua existência, a Anglo American se associa a De Beers, a maior empresa exploradora de diamantes no mundo, fundada por Cecil Rhodes. Atualmente, a Anglo American detém 85% do capital da De Beers (BITTENCOURT, 2017).

A presença desta empresa nas serras mineiras é fruto da geopolítica internacional capitalista, e do lugar que o Brasil ocupa na mesma. Vale destacar o fator racial de exploração da mineração ao longo da história. No momento inicial da exploração da América Latina enquanto colônia, menos de um século após a chegada dos europeus ao continente latino-americano, a colonização (impulsionada pela busca de minérios) representou a redução da população originária em 10%. Entre rupturas, continuidades e

amalgamas, ela continua subordinando, explorando e dizimando etnicamente sob o discurso do desenvolvimento e do progresso modernos. Haja vista o protagonismo das raízes da empresa no processo de extermínio na África do Sul e os conflitos com áreas indígenas, quilombolas e camponesas que se dão a partir de empreendimentos da grande mineração. É importante destacar também a denúncia de crime racial feita pelos movimentos sociais ligados à mineração em relação ao rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, uma vez que Bento Rodrigues (uma das cidades soterrada pela lama) era composta de população majoritariamente negra. A existência e a implantação de empresas como a Anglo American em nosso território em tempos atuais é mostra factual da continuidade do processo colonizador, apoiado em extermínio, exploração e devastação (PORTO-GONCALVES, 2006; QUIJANO, 2003). Não mais representado por um Estado imperialista, ou uma colônia exclusiva, mas sim um conjunto de normas globais que permitem a exploração e apropriação privada de nossos recursos, territórios e força de trabalho por parte de empresas transnacionais.

Para nada disso apontava a promessa feita desde a chegada da mineração.

4.3. “Coisas boas estão guardadas pra cá!” - Projeto Minas-Rio, Anglo American e a Grande Mineração em Conceição do Mato Dentro

Nem a mineração, nem as grandes empresas mineradoras chegaram a Conceição do Mato Dentro de maneira explícita em sua fase de prospecção inicial.

Luiza fala do início de todo o processo quando “uns homens de camisa azul” ficavam caminhando, forasteiros, pela região despertando curiosidade e especulação das pessoas que se atentaram a eles. Quando abordados, os tais “homens de camisa azul” diziam que estavam reconstruindo a estrada real. “Foi assim que eles descobriram Conceição”, me contava ela, e eles não diziam que finalidade tinham e respondiam apenas que “coisas boas estavam guardadas para cá” (Trecho dos D. C., referente à ida 1).

Luiza, Helenira e Vilma me contaram que a mineração teria chegado a Conceição sob a fachada da Borba Gato Agro Pastoral.

Luiza contou como a grande mineração chegou sob a figura de outra empresa, comprando terrenos para supostamente plantar eucalipto e criar gado, e sobre as boas expectativas que foram alimentadas entre as mulheres com a possibilidade de emprego para elas e suas famílias.

“No começo todo mundo achou bom. Nós ficamos animadas!” (Trecho do Diário de Campo referente à ida 1).

Alguns anos depois, em outubro de 2014, foi realizada a primeira embarcação do ferro oriundo das serras do Sapo e Ferrugem para a China, saindo do Porto do Açu, no Rio de Janeiro, inaugurando assim a estrutura do Projeto Minas-Rio. Desde então, embarcações de cerca de 180 mil toneladas levam a polpa de minério trazidos pelos 529 km de mineroduto que ligam a lavra ao porto (Figura 2). O minério sofre apenas britagem, separação, concentração e pelotização, chegando de maneira pouco processada a seu destino final. E, assim como a maior parte da extração mineral realizada no Brasil, todos os processos de siderurgia (que implicam indústria, tecnologia e mão de obra) são realizados no exterior. Esta opção demonstra a reprimarização da economia nacional e firma ainda mais fortemente nossa posição de fornecedor de *commodities* (BITTENCOURT, 2017).

Figura 2: Mapa Projeto Minas Rio

Fonte: IBGE

O Projeto Minas-Rio foi inicialmente concebido pela Minas-Rio Mineração e Logística Ltda (MMX), pertencente ao conhecido empresário brasileiro Eike Batista, e teve seu licenciamento iniciado em 2006. De enormes proporções, o Minas-Rio conta,

entre outras coisas, com o maior mineroduto do mundo (com mais de 500 km de extensão). O projeto foi então comprado pela transnacional Anglo American no ano de 2008 e hoje está composto por: 1) Lavra principal, uma das maiores do Brasil, localizada na Serra do Sapo e da Ferrugem, de extensão contínua de 12,25km, e impacta uma área de 612,5 hectares; 2) Pilhas de estéril na Serra do Sapo e Ferrugem com área de 162,5 hectares, e outra no município de Alvorada de Minas, com área de 73 hectares; 3) Duas barragens de rejeito, sendo uma de grande porte que alagará uma área prevista de 875 hectares e capacidade de receber 370 milhões de m³ de rejeitos; 4) Planta de beneficiamento e tratamento de minério nos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas (Figura 3); 5) Mineroduto com 529 km de extensão, cruzando 32 municípios até chegar no Porto Açu no estado do Rio de Janeiro; 5) Uma linha independente de transmissão de energia, proveniente da cidade de Itabira, da Subestação Companhia Energética do Estado de Minas Gerais (CEMIG); e 6) Uma adutora de água, no Rio do Peixe, município de Dom Joaquim, com extensão de 32km para fins de suprimento da referida planta industrial e do mineroduto (SISEMA, 2008; FERREIRA ROCHA, 2015). O minério é beneficiado em plantas industriais localizadas próximas à área de extração em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, nas proporções de 30% em Conceição e 70% em Alvorada. Em Conceição, ainda estão instaladas as plantas de beneficiamento, escritórios de apoio operacional, oficinas mecânicas e elétricas, além de pátios de insumos e resíduos, e sistemas de controle ambiental. Sua implantação impacta uma área de cerca de 162 hectares (BARCELOS, 2014).

Figura 3: *Planta de mineração e beneficiamento em Conceição do Mato Dentro*

Fonte: ANGLO AMERICAN releases, 2017.

De acordo com os registros da empresa (ANGLO AMERICAN, 2016), o Minas-Rio é seu principal projeto. A companhia o detém em sua totalidade com exceção do Porto Açu, o qual detém 50% na forma de *joint venture*⁶ da Ferroport. E, no ano de 2016, a produção de ferro do projeto foi de 16,1 milhões de toneladas. A empresa anunciou que ele deve permanecer ativo nos próximos 28 anos (ANGLO AMERICAN, 2017).

Os impactos de sua instalação na região são tão grandes quanto a magnitude do projeto, apesar das constantes tentativas da empresa em subestimar a quantidades de comunidades e famílias atingidas e dos impactos de maneira geral.

Figura 4: Mapa das regiões atingidas pela Mina do Sapo

Fonte: Diversus 2011

Vale destacar ainda o papel da especulação e do capital financeiro em um empreendimento da magnitude do Projeto Minas-Rio. Desde o início do processo, os bancos tiveram um lugar central na implementação do projeto a partir de volumosos financiamentos, como acionistas de parte das ações e como intermediários com o mercado internacional, configurando em seus processos de implantação e funcionamento alto

⁶*Joint venture*: a união de empresas independentes com a produção de uma terceira representação jurídica para que nenhuma das compradoras perca sua autonomia jurídica.

caráter especulativo. Comum no ramo, a prática de vender remessas futuras também aumenta o jogo especulativo e cria a necessidade de aceleração da extração. Desde a fase com a MMX, o projeto teve financiamento com inúmeras linhas de crédito abertas pelo Unibanco (inicialmente no valor de U\$S 1,5 bilhões) e o Itaú (valor inicial de U\$S9 milhões), que foram crescendo posteriormente. O BNDES também abriu linhas de crédito para o Sistema Minas-Rio (BITTENCOURT, 2017).

Hoje esse projeto de proporções, extensões e cifras impressionantes pode ser melhor entendido e considerado em sua totalidade e dimensões. No entanto, assim como sua chegada sob a fachada de Borba Gato Agropastoril e os enigmáticos “homens de camisa azul” dos relatos de Luiza, sua inserção no território contou com táticas ardis. Seu licenciamento foi realizado de maneira fragmentada por três instâncias distintas, inclusive de esferas de atuação diferentes: o complexo de extração mineral tramitou no Sistema de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais (SISEMA); o mineroduto, no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), além do Porto de Açú no Instituto Estadual do Ambiente (INEA), do Rio de Janeiro. De acordo com documento do projeto Cidades e Alteridade (2015), isto dificultou a dimensão do todo e facilitou os processos de licenciamento por impossibilitar a consideração dos efeitos cumulativos e do conjunto do projeto, uma vez que foram avaliados e aprovados fragmentadamente em esferas distintas. Outra estratégia utilizada foi conseguir licença prévia para o Porto de Açú (pelo INEA) e para o mineroduto (pelo IBAMA) antes da concessão para o complexo de mineração. Tendo os dois processos autorizados (ambos por órgãos federais), o licenciamento referente às áreas de exploração mineral ficava sob pressão muito maior para ser autorizada pelo órgão de caráter regional, o Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), Unidade Regional Colegiada (URC) Jequitinhonha.

No que diz respeito à exploração mineral, a empresa também foi licenciando a extração em etapas, de modo a dificultar a real dimensão que teria (e que pretender ter) a lavra na região. Atualmente, o Projeto Minas-Rio está em processo de licenciamento da etapa 3. Tal processo foi apresentado em 2015 e prevê a expansão da mina do sapo. Por outro lado, desde a primeira etapa, tem ficado em déficit com medidas condicionantes não cumpridas, alegando a necessidade de revisão das mesmas e pedindo novos prazos. Os órgãos governamentais responsáveis pelos licenciamentos também têm se mostrado omissos no que diz respeito ao não cumprimento das condicionantes, assim como a

aspectos de segurança e impactos socioambientais. Apesar das determinações de condicionantes variadas apresentadas pelo SISEMA (Sistema Estadual de Meio ambiente) de Minas Gerais, essas medidas não têm sido atendidas, com destaque às relacionadas a cadastramento social, reassentamento e à qualidade de vida das comunidades locais, e isto tampouco tem impedido o avanço das instalações e expansões da mina (PEREIRA et al, 2013).

As Licenças de Instalação (LI) da lavra na região, por exemplo, foram solicitadas junto ao SISEMA e posteriormente divididas em fase 1, composta pelo conjunto de condicionantes cumpridas e fase 2, pelas condicionantes não cumpridas. Esta fragmentação possibilitou a aceleração do licenciamento da lavra a despeito do não cumprimento das condicionantes estipuladas. A LI da fase 1 foi solicitada em março de 2009 e aprovada em dezembro do mesmo ano e a da fase 2 foi concedida em dezembro de 2010 à revelia da SUPRAM Jequitinhonha, órgão técnico responsável no estado. A empresa ainda solicitou revisão e alteração das condicionantes. E, diante do não cumprimento das condicionantes previamente estipuladas e acordadas, a Anglo American assinou uma Declaração de Responsabilidade e Compromisso da empresa. Assim, neste contexto de concessões à empresa, em setembro de 2014 foi aprovada a Licença de Operação (LO) da Mina e da Planta de Beneficiamento sem que o conjunto das condicionantes estabelecidas na Licença Prévia (LP) tivesse sido cumprido (CIDADE E ALTERIDADE, 2015).

Esse conjunto de irregulares demonstra o modo de atuação da empresa na região para lograr sua implementação e continuidade do empreendimento. Dentro de um contexto geral de cifras e números tão expressivos, abordar impactos cotidianos nas comunidades atingidas em Conceição, sob a perspectiva das mulheres, nos auxilia a dimensioná-los e a investigar como eles podem estar relacionados ao protagonismo dessas mulheres. Durante as idas, elas me contavam a história da região e das profundas mudanças sentidas de maneira que se tornavam mais visíveis as repercussões da chegada de um empreendimento dessa magnitude em um território como Conceição. O modo de vida ligado ao campo foi altamente afetado e chamou atenção nos relatos das mulheres e contratavam ainda mais os embates e contradições entre a gigante transnacional e as comunidades locais.

4.4. Característica camponesa das famílias e comunidades e alteração da sociabilidade e costumes

Fomos para a festa da Nossa Senhora do Rosário que seria celebrada em outra comunidade e na qual Luiza coordenava a cozinha. Chegamos na Igreja pequena, sozinha no topo de um morro, com características de igreja rural e repleta de gente, muitos carros parados nos arredores, iluminação com cordões de lâmpadas para a festa, enfeites, o chão de terra batida desenhado de cal (uma técnica que nos disseram que chamava tabatinga). A missa já havia começado e ficamos do lado de fora. Para o encerramento, as crianças entraram de anjos e tiveram participação especial. Depois todos saíram e fogos de artifício animaram a noite em homenagem à padroeira. Eu me sentia um pouco como num filme sobre os interiores do Brasil. Encontramos Luiza e toda a família, cumprimentamos outras tantas pessoas entre jovens e adultos. Comemos a farta farofa feita por Luiza e outras mulheres (um prato farto de arroz, com frango e outros ingredientes, tudo muito gostoso). Ficamos um pouco mais e nos despedimos. (Trecho do D.C. referente a ida 1).

Apesar do processo de alteração da sociabilidade e costumes que um projeto da magnitude do Minas-Rio acarreta, ainda é possível encontrar na região cenas como a descrita acima. Não foram poucos os relatos em torno das festividades (a maioria relacionada ao calendário cristão) e de como elas fazem parte do cotidiano e da história do lugar. Uma das maiores e mais conhecidas destas festas é o Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matozinho, que acontece há mais de 220 anos. Ela vai de 13 (dia de Santo Antônio) a 24 de junho e traz diversos grupos de romeiros de cidades próximas a Conceição (PORTAL CMD, 2019).

Logo na primeira ida a Conceição do Mato Dentro, no táxi coletivo que leva passageiros da rodoviária de Belo Horizonte a Conceição e região, as pessoas foram contando da beleza local, das diferenças entre suas vidas no campo e na cidade, de como mantinham seus laços com a vida camponesa por meio de suas roças, mesmo residindo na capital. O fato das famílias mais atingidas diretamente pela mineração terem vida camponesa vem acompanhado de uma série de particularidades. Algumas delas já existentes antes da chegada da mineração, como o maior isolamento e menor visibilidade que os centros urbanos, dificuldade de acesso, população mais espalhada, escassez de equipamentos e serviços públicos, etc. Outras, decorrentes da chegada da mineradora, como por exemplo: a relação com o uso da terra, escassez de água e poluição (do ar e da

água principalmente). E isto tem impacto direto no modo de vida e de sociabilidade das comunidades.

A totalidade das mulheres que conheci viviam em áreas de características rurais, com exceção de Helenira, que estava sob aluguel social em uma casa na região urbana no momento de realização da pesquisa, devido aos tremores e rachaduras causadas pelo mineroduto. Mas que, antes disso, vivia em área rural (na comunidade do Sapo) e cuidava de sua roça e seus animais de criação. Todas as mulheres, mesmo as que trabalhavam fora de casa, realizavam atividades de plantio e criação de animais para subsistência. Tanto que Vilma me contou que quando ela começou a propor que fossem feitas oficinas para montagem de painéis de *arpilleras*, ela ouvia que “o negócio nosso mesmo é a enxada”.

O modo de vida camponês implica em uma dinâmica de trabalho, subsistência e sociabilidade indissociáveis de seus lotes, costumes territoriais e dos recursos naturais, todos altamente afetados direta e indiretamente pela ação da grande mineração. A característica de comunidades com poucas famílias e distantes uma das outras muitas vezes camufla aos olhos gerais os efeitos da mesma. Em termos de visibilidade, por exemplo, a parte urbana de Conceição ficar sem água é diferente das famílias das comunidades camponesas. Assim como os processos de articulação entre as comunidades e de denúncia em relação aos impactos também têm outras características, alguns complicadores em comparação a regiões com fácil acesso, maior visibilidade e comunicação.

Alguns relatos expõem questões comuns em áreas rurais, como os que dizem respeito à acessibilidade e mobilidade, como no caso de Nísea, jovem moradora da comunidade do Sagrado Coração de Jesus:

Vilma pergunta para Nísea como está a escola e a jovem conta que tem ido, com exceção nos dias de chuva porque o ônibus não passa devido às condições da estrada de terra e que, se as crianças quiserem ir para escola em dias assim, tem de andar cerca de 20 minutos (na estrada de lama) para o ponto onde o ônibus lhes pegaria. Nísea diz que está “devendo aulas” por causa disso. Quando perguntamos de estudos e tempos livres de Nísea, Marielle diz que a filha trabalha aos sábados. A jovem, constrangida, afirma fazer o trabalho doméstico na casa de família de fazendeiros cercanos (Trecho do D.C. referente à ida 2).

Outra moradora da mesma comunidade (com cerca de 60 anos) relata o quanto para a geração dela foi ainda mais difícil o acesso à escola:

Acotirene conta da dificuldade que ela teve para estudar, de ir caminhando junto a outras crianças para a escola, em sua maioria descalças. Ela diz que estudou até a 3ª série e que tinham que trabalhar enquanto prioridade em relação ao estudo. E que hoje as crianças podem estudar e ela fazia questão que suas filhas frequentassem a escola e finalizassem sua educação escolar.

De acordo com Acosta (2011), a mineração impacta pessoas cujo acesso a direitos fundamentais - como o estudo, saúde, transporte, etc. - já insuficientemente atendido pelo Estado, se tornam ainda mais vulneráveis. Isto porque ela tem impacto direto justamente em locais e comunidades historicamente negligenciadas pelo Estado nas diversas esferas. E carrega por trás de seu discurso de desenvolvimento a precarização das condições de vida para essas pessoas. Se os ganhos e as decisões em torno das medidas compensatórias e do excedente gerado fossem, de fato, coletivizados, as famílias atingidas não teriam que arcar quase que isoladamente com o ônus que a mineração industrial provoca. Assim como o lucro não estaria concentrado em tão poucas mãos.

A profunda desigualdade entre as forças da multinacional e das famílias, diante a negociações feitas de maneira isolada, ficam bastante explícitas. Como no caso de Helenira e de seu esposo:

Helenira conta que não morava ali naquela casa, mas sim na comunidade do sapo, “a gente morava na roça e tinha tudo lá” e agora, na casa onde estão, moram de aluguel. Pergunto se fazia muito tempo, ela consulta o esposo, e eles calculam que estão ali faz uns 2 anos. E prontamente afirma convicta: “casa grande não me compra não” (Trecho dos D.C. referente à visita 2).

Todas as casas das mulheres que visitei tinham quintais com árvores frutíferas, hortaliças, ervas e temperos, animais de criação de pequeno e - por vezes, de médio porte - animais domésticos e plantações variadas (mandioca, milho, feijão, quiabo, entre outras). O cuidado de seus lotes, ou pelo menos de seus quintais (na maior parte das vezes feito pelas mulheres), é fonte de parte importante da subsistência e do modo de vida. Mesmo que a renda principal das famílias seja oriunda de outras atividades, na maioria das vezes, empreendidas pelos homens como arrendatários, ou prestação de serviços e trabalhos variados na área urbana, na mineradora e em suas empresas terceirizadas, comercializando sua produção, entre outros. De acordo com o relatório da Diversus (2011), das 413 propriedades incluídas no levantamento, 230 tinham produção agrícola e

destas cerca de 63% eram destinadas ao consumo próprio das famílias. Vale ressaltar que estas atividades são realizadas pelas mulheres, como ocorre em outros locais de características camponesas, já que os homens ocupam-se majoritariamente das atividades que possuem retornos financeiros.

A atividade mineradora é altamente impactante para as famílias e seus modos de vida ligados ao campo porque seu impacto mais imediato se dá em relação aos recursos naturais da região, em especial ao uso da terra, da água e poluição de maneira geral. E como a maior parte dos homens trabalha parcial ou totalmente fora dos lotes, são as mulheres, muitas vezes, as primeiras a perceberem e se atentarem às mudanças causadas pela mineração. E a valorizar a produção de subsistência que realizam. Alguns levantamentos apontam a diminuição da produção agrícola (em quantidade e diversidade) em Conceição, tanto de lavouras permanentes quanto de lavouras temporárias após a chegada da mineração. Esta diminuição pode estar relacionada tanto a questão fundiária e ao processo de migração do campo para a cidade quanto à alteração de hábitos produtivos como o cercamento de terras que antes tinham uso coletivo e o de meação (produção conjunta em lotes) que as famílias foram perdendo a partir da chegada da mina e das possibilidades assalariadas que passam a se dar (DIVERSUS, 2011; BITTENCOURT, 2017).

Outro impacto no modo de vida se dá em relação à mudança no ecossistema de modo mais amplo, como o fato imperceptível aos que vem de fora, e que conta Luiza em relação às mudanças sentidas:

E não era só a questão da água que mudou “até os passarinhos estão comendo mais minha plantação...antes eles comiam mais frutas da mata...” (Trecho do DC referente à ida 1)

Segundo levantamento feito por ZHOURI e colaboradorxs (2014), houve aumento da destruição de lavouras por animais silvestres, fato que aumenta as dificuldades do cultivo e desestimula xs produtorxs. Registrou-se, também, alteração em relação aos cursos de água e quantidade de peixes e, por conseguinte, da pesca de subsistência. Deste modo, esta observação de Luiza corresponde com as percepções e acontecimentos de outras comunidades da região.

E mesmo hábitos cotidianos como no relato de Helenira, relacionados ao modo de vida mais corriqueiro em relação com o uso da terra. foram sendo alterados:

Helenira: [...] compraram [se referindo a Anglo American] o terreno aqui, de uma pessoa que nem casa tinha aqui...

Eu: aquele na frente da estrada aqui?

Helenira: É, esse da frente aqui, onde o pessoal buscava vassoura pra varrer, lenha, galinha botava e você ia lá, procurar o ninho e tal, hoje você não pode nem entrar lá, porque fica segurança 24 horas.

Eu: Se a galinha botar lá, perdeu?

Helenira: Vai ficar lá. Se eles estiverem lá dentro, Nossa Senhora! Chama até polícia.

(conversa gravada em maio de 2017)

Todas essas alterações e o tamanho e diversidade de seus impactos não poderiam ter sido previstas pelas famílias. Principalmente frente à promessa de desenvolvimento e melhoria de vida que o discurso pró-mineração sustenta. Nas idas à região, foram abundantes os relatos que se voltavam à relação com a empresa e as maneiras que a mesma usava para dissuadir, dividir e se relacionar com as comunidades.

4.5. Estratégias utilizadas pela Anglo American e suas relações com as comunidades

São diversas as estratégias utilizadas pela Anglo American para garantir sua aceitação e atender as condicionantes fazendo marketing da empresa, tais como: estabelecimento de parceria para a abertura de Unidade Básica de Saúde em São Sebastião do Bom Sucesso, restauração da Igreja Matriz de Conceição do Mato Dentro, participação em conjunto habitacional popular, assim como casas para funcionários do alto escalão que destoam do restante do município, convênios com a Igreja, com associação de produtores rurais e com a APAE de Conceição. Mas se nota que a maior parte das ações estão localizadas na região urbana. Nas comunidades rurais, a empresa faz contato com as comunidades por meio da RCC (Relações com a Comunidade), setor da Anglo American responsável por lidar com as comunidades e a população de Conceição. De acordo com os relatos das mulheres que participaram da pesquisa, essas relações são bastante difusas, repletas de desentendimentos e meandros por parte da empresa. Um dos esforços constantes da mineradora é de mascarar e assumir o menor número possível de pessoas e comunidades atingidas.

Já foi descrito anteriormente a chegada da Anglo American sob a fachada de outras empresas e do processo de sondagem da região pela MMX de maneira bem pouco clara para as famílias da região. Após a instalação da Anglo, foi iniciada uma série de contatos e relações com os moradores.

Pergunto porque eles saíram da comunidade do Sapo. Helenira e Carlos falam das rachaduras na casa por causa da turbulência do mineroduto. “Mas a gente não sabia o que era” (sic) e da primeira vez que perceberam as vibrações na casa foi porque a estante batia na parede. “A gente não sabia né? (...) até falei pro Carlos que devia ser um gambá! Você acha?!”, risos gerais. Helenira diz que por causa desses tremores, procuraram a mineradora a respeito das mudanças e abalos na casa, “no começo a gente só procurava eles e contava tudo!”. A partir de quando começaram a contatar as pessoas da Anglo American, eles narram que sua casa passou a viver noite e dia com técnicos que aferiam os temores por meio de um cismógrafo instalado permanentemente na casa, e estudavam e registravam as rachaduras nas paredes da casa, as telhas que se partiam, as vidraças que trincavam. (Trecho dos D.C. referente à ida 1).

Ainda na mesma conversa, Helenira conta de como foi estabelecida a relação da Anglo American com as famílias de sua comunidade (Sapo):

Helenira fala também de um episódio em que funcionários da Anglo American levaram um contrato para ela assinar a respeito de uma indenização que eles conseguiram devido à perda de produção que as 4 famílias sofreram por causa do mineroduto e suas consequências. Na época em que lhe levaram o contrato, uma das famílias já o havia assinado dias antes e Helenira tinha uma cópia do mesmo. Quando o funcionário lhe apresentou seu contrato, que deveria ser o mesmo que a outra família assinou, havia nele uma cláusula (que não constava no contrato assinado pelo outro morador) autorizando a realização de um poço artesiano como medida compensatória. No contrato de indenização, a empresa tentava aprovar uma cláusula sobre outro tema que ainda estava indefinido. Helenira conta que naquela época, as famílias tinham acordado de não aceitar a perfuração do poço porque queriam uma medida mais definitiva por parte da empresa, já que o poço, assim como em outras comunidades, não seria suficiente para o consumo das quatro famílias levando em consideração seu uso doméstico, mas também a necessidade para plantação e criação dos animais. O que as famílias pleiteavam era a sua remoção para outra localidade em que pudessem continuar seu modo de vida com a mesma qualidade que tinham ali. Quando Helenira leu a tal cláusula (que não estava no acordo sobre a indenização da produção) logo percebe a estratégia da empresa de querer aprovar uma medida em um documento referente a outros temas sem discutir abertamente com as famílias (Trecho dos D.C. referente à ida 1).

Este trecho evidencia o modo de agir da empresa com as famílias atingidas fornecendo documentos que muitas vezes não são discutidos e devidamente entendidos por elas. Outro aspecto é a negociação em separado, muitas vezes apresentando

conversas, propostas e aspectos diferentes para cada família e gerando divisão dentro das comunidades. As próprias famílias buscavam ajuda da empresa, mas aos poucos perceberam que outros intermediadores seriam necessários.

Além disto, nem sempre as opiniões das famílias são levadas em consideração na implementação das medidas compensatórias, como me relata uma das mulheres residentes da Comunidade Sagrado Coração ou Faustinos:

Acotirene fala que foi a Anglo que instalou, mas que ela queria que a fossa ficasse mais distante da porta de entrada da casa (que eu estimei estar a cerca de no máximo 10 metros de distância da entrada) mas ela diz que os técnicos não quiseram. E que no ano passado, vazava líquido da fossa gerando muito mal cheiro. Vilma pergunta se a empresa limpou a fossa recentemente e Acotirene afirma que sim, depois de terem passado o ano anterior inteiro sem que a fossa fosse limpa. Ambas me contaram que as fossas em muitas casas foram mal instaladas (como acima do nível do vaso sanitário, fazendo com que a água voltasse, por exemplo), algumas tinham vazamentos constantes e a manutenção e a limpeza que deveriam ser asseguradas pela empresa mineradora também não eram regulares. Me lembro de Helenira contando sobre o episódio da fossa e dela ter levantado o questionamento de como usar fossa asséptica se as famílias estavam ficando sem água!

Nota-se que as famílias não foram devidamente ouvidas nas decisões de instalação das fossas em suas casas e, no caso de Acotirene e sua família, os técnicos a instalou julgaram adequado, ignorando a objeção dxs donxs da casa. O resultado disso para a família foi o mal cheiro muito próximo à cozinha e à casa como um todo. A questão da regularidade de manutenção e limpeza também é relatada como insuficiente e não adequada aos acordos realizados com a empresa.

Todos esses acordos e aproximações de representantes da mineradora são realizados via um setor responsável, chamado R.C.C. (Relações Com a Comunidade).

Para a R.C.C., a empresa contratou algumas pessoas oriundas da região para fazer o contato com as comunidades. A estratégia é que essxs funcionárixs contratadxs defendam os interesses da Anglo American perante as comunidades e faça as negociações, mas do lugar de “alguém que é daqui e que quer o melhor pra Conceição”, sempre com argumentos baseados no crescimento econômico e que a mineração traz desenvolvimento. E como muitas das pessoas já os conhecem ou conhecem algum membro de suas famílias, a entrada e acesso às comunidades que essas pessoas contratadas pela R.C.C. tem, é muito maior. Estas pessoas também fornecem à empresa informações importantes acerca das comunidades e suas dinâmicas e acontecimentos mais internos.

Outro tema que era constante e envolvia relatos variados e surpreendentes eram os que se voltavam às estratégias da Anglo American tanto para se instalar em Conceição do Mato Dentro, quanto para o convencimento do discurso pró-mineração na região como um todo e especialmente nas comunidades diretamente atingidas.

Vilma descreve um pouco das mudanças que se deram desde o cancelamento da audiência pública da etapa III da Anglo American, e que Helenira era uma das articuladoras da limiar de cancelamento e desde então ela e outras quatro lideranças passaram a sofrer perseguição, constrangimento e ameaças vindas de habitantes de Conceição.

Vilma explica que isso era resultado de uma estratégia que a Anglo vinha adotando desde o final de 2016 de montar uma comissão de negociação formada por moradores de comunidades atingidas pela mineradora. Essa comissão, iniciada na comunidade do Sapo, começou a fazer a negociação com a empresa, que passou a aceitar algumas das solicitações (prática incomum) negociadas via comissão. Conseguiram, assim, respostas até então inéditas como a reforma de estradas, por exemplo. Isto foi legitimando essa comissão e lhe dando crédito e referência com moradores de tal maneira que a comissão se expandiu e passou a ser composta por 11 representantes da comunidade do Sapo (onde é mais forte) mas de outras comunidades também.

Esta comissão tem planteado no Sapo, por exemplo, que as famílias de lá seriam reassentadas pela empresa em julho de 2017, mesmo não tendo nenhuma garantia vinda da Anglo (nenhum tipo de documento ou oficialização do suposto reassentamento) e nenhuma interferência ou envolvimento por parte do Estado. Vilma me conta que quando é o caso de acontecer o reassentamento, há uma legislação que leva em conta diversos fatores que garantem direitos das famílias (considerando as variedades de plantas cultivadas, as criações de animais e outros tipos de atividades produtivas, além da assistência técnica para as famílias após a mudança, entre outras). E mesmo que a empresa cumpra com o prometido para a comissão de negociação de reassentamento dessas famílias, não há garantia de que esses outros fatores sejam levados em consideração no processo de negociação. Assim como também não há garantia de que todas as famílias sejam contempladas, ou tratadas de maneira igualitária. Outro fator que Vilma me alertou é o de que, de acordo com os relatórios da Anglo American, a comunidade do Sapo não é considerada como uma comunidade afetada pela mineração (a despeito da enorme britadeira ininterrupta a 800m de lá e o dique de água que está previsto). Inclusive a mineradora usa o exemplo de Itabira, que possui um dique no meio da cidade, para

justificar que não é preciso remover as famílias do entorno. E ainda sobre o mesmo episódio:

Esta comissão formada e legitimada pela Anglo passou a contar com pessoas que passaram a defender a empresa e tentar dissuadir as pessoas da comunidade que se opunham à expansão da mineradora de maneira tão acelerada e sem real diálogo com a sociedade. Uma das pessoas desta comissão chegou a fazer ligações pessoais para Helenira, tentando convencê-la de que era “bobagem se opor” e que seria negociando diretamente com a empresa que as pessoas conseguiriam o que buscavam. Inclusive, estas pessoas passaram a defender a necessidade de aprovação da etapa III de expansão para que a comunidade do Sapo fosse reassentada. Foi também o irmão dessa mesma pessoa que falou com Helenira que agrediu fisicamente Mario, outra liderança que pedia o adiamento da audiência pública de aprovação da etapa III. Mario foi agredido fisicamente na presença de seus filhos.

Eram as pessoas da comissão ou fortemente ligadas a elas que passaram a hostilizar, ameaçar e agredir as 5 pessoas que encabeçaram a iniciativa de conseguir a limiar para adiamento da audiência. Inclusive estavam também articulando um abaixo assinado dizendo que as pessoas que pediram o adiamento da audiência não representam a comunidade do Sapo (Trechos dos D.C. referente à ida 3).

Vale ressaltar que, na última ida a campo, em agosto de 2018, a promessa de reassentamento da comunidade do Sapo ainda não dava sinais de que seria cumprida. Por possuir muita proximidade da mina, essa comunidade recebe bastante atenção e ações por parte da mineradora. Chama atenção no relato do episódio de enfrentamento aos procedimentos irregulares para a expansão da etapa III, a divisão que a empresa gera dentro das comunidades, a exposição das pessoas que se opõem à empresa, o explícito convencimento e incitação à violência, corroborado pelos relatos que se seguem:

Helenira: (...) Porque assim que cancelou a reunião, passou umas duas horas... Eu vi era quase umas onze horas da noite. Eu fui abrir o facebook, estava no face da Anglo!

Eu: Eles tem um face...

Helenira: Eles tem um face. Só que antes de estar no face da anglo, já estava circulando em todos os grupos aqui da cidade. Porque eles tem uns grupos

Eu: de whatsapp?

Helenira: É, não... no face. De vendas, essas coisas que o povo usa na cidade... e eles publicaram lá! aí já não foi a Anglo, foi de pessoas que publicaram no grupo, mas como que pessoas assim leigas como eu iam ter acesso ao que estava lá?

Eu: e tão rápido...

Helenira: o mesmo texto da Anglo usando nosso nome. O mesmo texto que estava no facebook deles.

Eu: e estava falando que tinham cancelado a audiência...

Helenira: Cancelado! expôs os nossos nomes lá, que o mandato foi dado pela juíza Carolina, que é a do Serro por um pedido de ação popular do Marcos, da Helenira, do Carlos.

Eu: Nossa!

Helenira: Colocaram lá tudinho. Só que nessa nota me parece que saíram com ela há pouco tempo no jornal agora de novo. Lá embaixo estava falando que se não for aprovado a etapa III, a empresa vai embora, vai perder um monte de emprego e a cidade hoje depende é disso. Então assim, se eles falam uma coisa dessa!! E não é que a gente mandou parar, é porque nós não tivemos as informações corretas. E aí voltou tudo pra cima da gente, porque a cidade depende hoje da mineração. A cidade e eu vou falar a zona rural também, porque todo mundo largou tudo que tinha pra mexer com mineração. Aí expôs desse jeito.

Neste trecho da entrevista, gravada na ida 3 (em maio de 2017), é notável a desigual correlação de forças entre a empresa e habitantes da região. Chama atenção também o uso de recursos como as redes sociais para o fortalecimento da hegemonia da Anglo American com informações usadas de maneira a pressionar e a expor quem oferece algum tipo de resistência a suas ações. Ainda sobre o mesmo incidente, mas com outra pessoa que assinou a liminar:

Vilma me conta também, para completar meu assombro, que foi realizado um assalto e deterioração da sede da R.C.C. na comunidade do sapo. Na cena do crime, posteriormente foi encontrado um papel com o nome de Elias. O mesmo só não foi prontamente responsabilizado pelo acontecido pelas pessoas porque ocasionalmente na noite do ocorrido ele estava hospitalizado por motivos de agravos em saúde mental.

Desta maneira, criou-se um clima propício a ameaças, exposição e até perseguição das pessoas que possam se opor à empresa. Mesmo que seja denunciando uma irregularidade, que deveria ser controlada por órgãos do Estado e não apenas pela população. É válido ressaltar que é papel da empresa disponibilizar os relatórios (EIA-RIMA) a respeito de cada etapa de expansão com um tempo hábil determinado à população e aos representantes do poder público antes da audiência, levando em consideração que são de linguagem técnica e difícil entendimento, para que possa haver debate e entendimento sobre os impactos e procedimentos durante a mesma. E foi a irregularidade deste requisito que acarretou no adiamento da referida audiência pública a partir da ação no Ministério Público.

Outro fato que merece atenção em relação às ações promovidas pela Anglo American é o caráter de espetáculo que elas assumem. Em especial, esta audiência que foi cancelada e que havia sido organizada e financiada pela empresa segundo os relatos de representantes das comunidades. Foram vários os comentários de que:

“A audiência parecia mais um show”, “você precisava ver, tinha telão, dois telões. Três palcos! Seguranças assim, como se fosse um show. Um alambrado em volta do palco e os seguranças na frente.”, “um monte de gente, mais empregados dele do que tudo! Mas estava cheio! E um tanto de seguranças dele e polícia, eu nunca tinha visto tanta polícia”. “Tinha gente pra fora, porque não coube todo mundo e eles deram preferência pros empregados deles. Teve gente que foi barrada pelos seguranças” e “aquilo não era uma audiência, era um show do Eduardo Costa!”. (Trecho dos D. C. referente à ida 5)

É possível imaginar a pressão sofrida pelas pessoas que conseguiram o adiamento desta audiência em um município pequeno e que tem tido a mineração como atividade econômica principal. Tanto que essas lideranças receberam ameaças e hostilizações verbais em lugares públicos e até em suas residências, bilhetes com ameaças, comentários e especulações sobre aspectos de suas vidas, entre outros. Helenira conta que *“tem gente que nem conversa comigo e com o Carlos mais...”*.

Além disso, a ausência do poder público, ou sua ineficiência, proporciona à empresa a chance de se mostrar como mais presente. Como no caso relatado pelas mulheres no que diz respeito à distinção do abastecimento de água para as comunidades da prefeitura e da Anglo American, sendo o da primeira com frequência muito menor e de água não potável, e a da empresa com frequência maior e mais regular e de água potável. Outro depoimento que corrobora essa contraposição foi feito em um dos

momentos de formação com as mulheres de que: “o Ministério Público nunca veio fazer pesquisa com a gente, mas a empresa estava aqui fazendo todo dia!”.

Além de insuficiente e muitas vezes ausente, frequentemente os órgãos públicos são também coniventes com a empresa.

Helenira conta de uma visita que a Anglo fez na casa deles no Sapo para ver a nascente que existia em sua propriedade, mas que havia sido assoreada depois que o mineroduto passou a funcionar. Segundo ela, esta havia sido “a primeira prova contra eles”, porque foi feito um relatório do assoreamento. Quando pergunto melhor do motivo dessa visita (para mim não fazia sentido eles irem até lá criar provas contra si próprios), Helenira me explica que, na realidade, havia sido feita uma denúncia para o IBAMA em torno da questão e que a Anglo American reservou transporte e levou os técnicos do IBAMA até o local, assim como os funcionários da empresa acompanharam toda a visita, com exceção de um momento em que fizeram perguntas a Helenira e ela disse que só responderia se os funcionários da mineradora não estivessem presentes.

Na última ida a campo, Vilma relata que havia aumentado a presença da empresa nas comunidades em que o MAM estava mais atuante. Conta que após as atividades diversas na comunidade do Jassém (como encontro de mulheres, encontros da juventude, assembleias com as comunidades entre outros), a Anglo passou a oferecer aulas de zumba (espécie de aula de ginástica com coreografias de músicas populares nas rádios) e empregos terceirizados às famílias do Jassém. Estes empregos, ao que me relataram algumas mulheres, eram mal remunerados e consistiam em capinar alguns terrenos da mineradora, algo que elas afirmaram não ver sentido algum em capinar as mediações dos terrenos da Anglo, e que, para elas, o objetivo real era o de fortalecer a presença e dependência da empresa na comunidade. E muitas pessoas aceitaram devido à possibilidade de ter um salário, mesmo que temporário e em condições precárias.

O Facebook oficial da empresa também está repleto de propagandas de ações com trabalhadores e comunidade divulgando as ações como: aulas de zumba, visita de familiares à empresa, apresentação de funcionárixs com trechos de histórias pessoais nas redes sociais, atividades formativas (palestras, mini-cursos etc), entre outras. Medidas

aquém das condicionantes para suas etapas de expansão, mas divulgadas como sinônimo de qualidade e excelência.

Nota-se, portanto, o caráter conflitivo e de disputa em torno do território e de um certo consenso pró-mineração que as empresas mineradoras, como a Anglo American, se dedicam a construir. Há ainda a questão da força econômica e política que essas transnacionais exercem por meio de financiamento de candidatos nas esferas municipais, estaduais e federais e pelas consideráveis arrecadações pelas tributações aferidas à mineração, o que gera, nas três esferas, dependência econômica e uma rede de interesses políticos em torno dos *royalties* da mineração. De acordo com Coelho *et al* (2016), o financiamento de campanha política é uma prática importante, utilizada para exercer influência em representantes políticos tanto do poder executivo quanto do legislativo. Esses financiamentos se dão para candidaturas das esferas federais, estaduais e municipais e estão distribuídos a várias legendas, não se restringindo, por tanto, a um ou outro partido ou corrente ideológica. Estes financiamentos têm uma série de repercussões. Segundo levantamento realizado pelos autores, por exemplo, a Comissão Externa na Câmara dos Deputados formada para acompanhar e monitorar as consequências do rompimento da barragem da Samarco/Vale S.A./BHP Billiton contava com 19 membros efetivos, dos quais dez tiveram sua campanha financiada pela Vale. Desta maneira, é criada uma rede atrelada aos interesses corporativos do ramo minerador.

Do lado oposto a isto estão os impactos da mineração, que são mais amplos e diversos do que se imagina a princípio e que alteram uma série de características e modos de vida onde ela se instala. Dentre esses elementos que impactam profundamente as comunidades, territórios e os modos de vida, estão os impactos ambientais. Estes impactos atingem diretamente o modo de vida comunitário. Em Conceição, foram muito frequentemente mencionadas as questões da escassez de água e poluição de maneira geral e de seus diversos impactos nas vidas das comunidades atingidas.

4.6. Grande mineração e seu modelo de destruição

Fica evidente, até o momento o conjunto de irregularidades perpetrado pela Anglo American desde sua instalação. As medidas de legislação e controle que deveriam regular e fiscalizar essas irregularidades são sistematicamente burladas e desfeitas. As denominadas condicionantes são o que deveria limitar e determinar as ações da empresa,

levando em consideração a vida das pessoas da região e os impactos socioambientais, afim de garantir condições de segurança e retorno social às famílias afetadas. E, em tese são condição *sine qua non* para o licenciamento das ações e expansões das empresas. A estratégia de fragmentação de licenciamentos e a prática de não cumprimento das condicionantes, com a conivência e inação do Estado, tem sido uma prática recorrente, não apenas no que se refere à Anglo American, mas a outras empresas da grande mineração. A catástrofe do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (pertencente à empresa Samarco, uma *joint venture* da Vale S.A. e BHP Billiton), por exemplo, faz um estarrecedor e importante alerta para o modelo de atuação e desenvolvimento que a grande mineração tem operado. De acordo com um relatório acerca do rompimento da barragem de Fundão, o alteamento e todo o processo de licenciamento da barragem se deu de maneira acelerada para aproveitar a alta do mercado em 2008, com evidências de negligência aos aspectos essenciais de segurança. E Fundão não foi a única barragem a se romper. No período de 1910 a 2010, houve um aumento nos casos de rompimentos de barragens graves e muito graves no mundo, contabilizando cerca de 30 episódios após a década de 1990. Isto estaria relacionado ao modelo de extração que permite mega operações. E a medida que o minério vai se tornando mais escasso, aumenta consideravelmente o volume de rejeitos formados e a necessidade de ampliação das barragens. No caso do Brasil, a ação insuficiente do Estado nas avaliações dos riscos, acompanhamentos e regulações necessárias, aliadas a alterações e fragmentações na legislação nos níveis estadual e federal⁷, fragilizam ainda mais o controle e mediação das empresas mineradoras e explicitam a vulnerabilidade perante outros possíveis desastres. Deste modo, o rompimento da barragem do Fundão alerta para um projeto maior de desenvolvimento altamente ariscado em termos socioambientais (MANSUR et al 2016).

A catástrofe causada pela Samarco/BHP Billiton/Vale na bacia do Rio Doce foi a maior até então, mas não foi a única. De acordo com Santos e Wanderley (2016), apenas no estado de Minas Gerais, no período de 1986 a 2015, foram oito rompimentos de barragens de mineração em seis municípios distintos (dois rompimentos em Itabirito, dois em Miraf, e um episódio em cada um dos municípios de Nova Lima, Congonhas, Itabira e Mariana). Metade destes rompimentos tiveram vítimas fatais, totalizando 34 mortes,

⁷PL 2946/2015, que altera o Sistema Estadual do Meio Ambiente em Minas Gerais e Novo Código Mineral e Projeto de Lei do Senado 654/2015, que altera o sistema de licenciamento ambiental, e posteriormente, em 2017, a fragmentação do Novo Código Mineral em três Medidas Provisórias todas de cunho liberalizante e aceleradas no governo Temer, após impeachment de Dilma Rousseff.

assim como desalojaram mais de 1500 famílias e causaram danos ambientais profundos. Estes rompimentos não contabilizam o rompimento na cidade de Brumadinho (MG), também de responsabilidade da Vale S.A., em 25 de janeiro de 2019, sobre o qual, ainda no período de término desta pesquisa, não se sabia ao certo os impactos mais imediatos e a médio e longo prazo. Por hora, estima-se centenas de desaparecidxs. A lama atingiu uma sede administrativa da Vale e a empresa estimou cerca de 300 funiconárixs da empresa e de terceirizadas estão desaparecidxs, mas o número real de pessoas desaparecidas é ainda incerto. Pouco mais de três anos depois, Minas Gerais e o Brasil são palco de outra catástrofe envolvendo a Vale do Rio Doce e de impactos de difícil mensuração por sua magnitude e destruição.

Segundo autores como Mansur et. al (2016), estes frequentes rompimentos tem relação com o padrão de exploração da grande mineração, que implica grandes volumes de extração associados às tecnologias de baixo custo utilizadas nas fases de extração e beneficiamento primário. A necessidade de acelerar o processo também é uma característica fundamental e tem íntima relação com o aumento do risco de catástrofe e com os processos de licenciamentos serem altamente pressionados e acelerados pelas empresas. Para justificar os enormes fluxos de capital investidos em empreendimentos como o Minas-Rio, o volume e o fluxo de extração são determinantes. Desta maneira, os rompimentos estão ligados à cadeia produtiva e acabam se tornando consequência e parte da mesma. Isto fica ainda mais visível quando acompanhamos a relação entre os rompimentos e o valor dos minérios no mercado internacional. De acordo com Davies e Martins (2009), a análise do rompimento de Fundão corrobora com outros rompimentos se darem após quedas no preço dos minérios, o que repercutiria em uma aceleração da extração.

Ainda de acordo com os mesmos autores, as minas estão cada vez maiores e mais profundas. A cada 30 anos a mineração aumenta seu volume de rejeito em 10 vezes. Isto leva ao crescimento do número de barragens e de seus volumes. No caso do Brasil, os fatores de risco aumentam quando consideramos as irregularidades e insuficiências nos processos de fiscalização, licenciamento e regulação ambiental, assim como morosidade e ineficácia do sistema judiciário em relação às empresas mineradoras no caso de rompimentos e acidentes. A autorização pelo Governo Federal e o Governo do Estado de Minas Gerais em situações comprovadas de precariedade das operações das empresas é um dos fatores que tem permitido as ocorrências de rompimentos. Cabe ainda lembrar

que ambas as barragens que romperam, de Herculano (em Itabirito) e do Fundão (em Mariana), haviam sido consideradas seguras pelos órgãos estatais reguladores pouco tempo antes de seus rompimentos.

Além dos rompimentos, vazamentos e outros crimes, fazem parte da cadeia produtiva da mineração diversos tipos de desgastes e riscos socioambientais. De acontecimentos recentes, podemos citar o vazamento de rejeitos de bauxita em Barcarena, Pará, em 2018. A empresa norueguesa Hydro Alunorte, apesar de negar o vazamento, foi a responsável pela contaminação da região que alarmou a população e levantou suspeita do vazamento devido à coloração vermelha da água. A Anglo American, no empreendimento Minas-Rio, também foi autora de dois vazamentos do mineroduto no início de 2018, na região de Santo Antônio do Grama. De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD, 2018), a estimativa de vazamento foi de mais de 300 toneladas de popa de minério, que percorreu 7km dos rios Santo Antônio e Casca. Foi determinada à empresa uma multa em torno de 125 milhões de reais. Estes vazamentos, além de gerar poluição e impacto na flora e fauna, atingem diretamente as comunidades próximas e o fornecimento hídrico da região.

Pinasi e Neto (2015) apontam para o fato de que, para além das situações de catástrofes e vazamentos, a cadeia produtiva da mineração em si é uma cadeia altamente destrutiva. Xs autorxs afirmam que em cada momento histórico da mineração, ela reforçou o caráter predatório do capital, assim como exprime suas contradições mais agudas e seus limites mais extremos. Desde o momento de prospecção até a fase de extração, a cadeia produtiva gera impactos agressivos no que diz respeito a: uso intensivo de água, derrubada de fauna local, construção de hidrelétricas, poluição variada, piora nas condições de vida de modo geral, dependência econômica, entre outras. Além disso, toda essa cadeia destrutiva, em seu fim, alimenta em boa parte a indústria bélica já que parte considerável do ferro extraído é comprado por ela.

Para nada dessa cadeia destrutiva apontava a promessa feita pela mineração de trazer “coisas boas” para os locais onde elas se instalam. Dentre os elementos que impactam profundamente as comunidades, territórios e os modos de vida, estão os impactos ambientais. Estes impactos atingem diretamente o modo de vida camponês. Em Conceição, foram muito frequentemente mencionadas as questões da escassez de água e poluição de maneira geral e de seus diversos impactos nas vidas das comunidades atingidas.

4.6.1 Escassez de água e poluição

Muito calor. Na casa, muito mais fresca que o exterior, nos sentamos no banco da cozinha depois de termos nos lavado na bica ao fundo da casa. A casa de Luiza é a única da região que ainda conserva uma fonte de água limpa, “Luiza é a rainha da água aqui!” brincava Vilma. Todas as demais famílias estão sem água. (Trecho do D.C. referente a ida 1, referente à comunidade Passa Sete).

Como já foi dito anteriormente, a questão do uso da água pela grande mineração é algo altamente impactante para os lugares onde ela se instala. No caso da região de Conceição do Mato Dentro, a cava encontra-se em um local considerado um produtor de água, devido a sua rede de corpos hídricos ligados a aquíferos (dois deles encontram-se na cava). Todo esse sistema de reposição hídrica tem sido afetado pela mineradora, causando redução de nascentes e dos níveis do lençol freático, assoreamento e poluição dos rios e aquíferos e redução da vazão de água (SISEMA, 2008). Todas as mulheres que conheci trouxeram o tema da escassez de água e das alterações que isto impactava. A seguir, seguem alguns relatos em relação ao tema.

Chegamos na comunidade do Passa Sete, paramos o carro na estrada de terra e fomos caminhando. Vilma, em dado momento, nos aponta uma pequena trilha que levava até a casa de Carolina, senhora com mais de 70 anos (vizinha de Luiza), e nos diz que faríamos o mesmo caminho que Carolina fazia diariamente carregando galões de água que enchia na mina que ainda brotava no quintal de Luiza. Daquele ponto até nosso destino, demoramos cerca de 15 minutos, num caminho bonito, mas de chão acidentado e cheio de pedras. O que mais me chamou atenção foi uma pinguela sobre um pequeno rio, feita de duas toras paralelas em alturas diferentes: uma para os pés e outra para corrimão. Perguntei pra Vilma se Carolina passava por ali com os galões (não conseguia entender como era possível aquela senhora fazer isso... eu duvidava das minhas habilidades se tivesse que empenhar tal função!) e Vilma disse que Carolina passava sim por aquela pinguela e levava tudo na cabeça! Quase que diariamente desde que começou a faltar água. (Trecho do D.C. referente a ida 2)

Carolina, do relato acima, mora sozinha com o esposo acamado por questões de saúde. E a falta da água (que antes lhes era abundante) lhes impõe outro cotidiano: para ela, caminhadas diárias com galões e garrafas na cabeça, impossibilidade de regar sua produção, maior dificuldade para os afazeres domésticos cotidianos, para além dos outros trabalhos e dificuldades que um casal de idosos tem para se manter em uma área rural. Carolina cuida de si, de seu lote, de sua casa e do esposo acamado. Com a escassez e poluição das fontes de água que antes faziam uso, as condições de vida de ambos foram bastante precarizadas. Isso sem mencionar o risco na queda da qualidade da água que

utilizam para consumo cotidiano e os possíveis impactos na saúde que isto pode implicar em um casal idoso. Durante todo o período da pesquisa, nem prefeitura, nem empresa fizeram algum tipo de abastecimento de água para a comunidade do Passa Sete, deixando totalmente a cargo das pessoas conseguir acessar esse bem fundamental que foi extinto pela ação da mineradora.

Outras comunidades, entretanto, recebiam água. A comunidade Sagrado Coração de Jesus (ou comunidade dos “Faustinos”), por exemplo, foi uma delas.

Visitamos a comunidade Sagrado Coração de Jesus (ou comunidade dos “Faustinos”, conhecida assim porque as casas de lá eram todas de pessoas da família de sobrenome Faustino). No caminho, Vilma me conta das 6 famílias que vivem ali e que foi uma das comunidades que muito rapidamente ficou sem água. Mas a prefeitura fez uma análise e concluiu que a fonte de água que sempre os abasteceu até então não havia secado em função da mineradora e, portanto, o abastecimento de água é realizado pela prefeitura em caminhão pipa que alimenta uma única caixa d’água de 5.000l duas vezes por semana com água não potável. (...) Aos poucos Nísea e Marielle vão também contando da falta de água e Marielle diz que a filha tem sentido dores na região dos rins e que foram a uma consulta médica, mas o mesmo não lhe pediu nenhum exame e lhe receitou buscopan (medicamento geralmente usado para cólicas menstruais). Elas contam que ele fez uma guia de encaminhamento para ultrassom, mas que Nísea não quis fazer o exame devido à distância e dificuldades em realizá-lo e elas desconhecem o que está causando as dores. E que há dias em que a região fica inchada. Eu e Vilma tentamos incentivar que Nísea fizesse o exame e procurasse assistência profissional. Vilma lhe explica como é o exame de ultrassom e dizemos da importância de ela ir. Marielle diz que está dando chá de picão para Nísea e Vilma comenta de outros dois tipos de ervas medicinais que poderiam ajudar. Pergunto se ela acha que as dores podem ter relação com a água que estão consumindo e elas dizem que pode ser. Marielle conta também de um episódio em que seu filho mais novo ficou com manchas na pele e que elas suspeitam que foi porque ele tomou banho com a água fornecida pela prefeitura. Pergunto da água para consumo próprio e elas me explicam que pegam água potável em uma mina que fica relativamente próxima e a transportam em garrafas e galões. Pergunto a elas se o caminhão pipa com água conseguia chegar até a comunidade em dias chuvosos e elas dizem que não. E que esta semana mesmo, o caminhão, que vem duas vezes por semana, veio apenas uma vez. Hoje era sexta-feira e o caminhão ainda não tinha vindo já pela segunda vez o que significava que as 6 famílias ficariam sem água para o final de semana (Trecho dos D. C. referente a ida 3).

No relato acima é perceptível a inação do poder público no que diz respeito a acesso a saúde de qualidade e em relação ao fornecimento de água assim como a falta de responsabilidade da empresa pelo abastecimento hídrico das famílias. Uma vez por semana levar água não potável para um conjunto de 6 famílias está muito aquém de suas necessidades reais. Na visita, as pessoas ressaltam que nunca tinham passado por falta de água antes da mineração. E cabe salientar, ainda, que o fato de terem que buscar água potável, por conta própria, sem contar com encanamento ou nenhum outro tipo de infraestrutura, incide sobre riscos de contaminação no transporte e armazenamento que as famílias são obrigadas a fazer. E o abastecimento insuficiente e de má qualidade realizado pela prefeitura ainda teve de ser fruto de muita luta e reivindicação das famílias da comunidade, como relata outra moradora:

Mercedes conta que a comunidade só conseguiu ser abastecida com água por caminhão pipa depois que as famílias dali brigaram muito e entraram com denúncia no Ministério Público. Se não fosse a denúncia, possivelmente nem a escassa água não potável que lhes chega duas vezes por semana (quando não falha) seria garantida.

Ainda na comunidade dos Faustinos, na casa de Acotirene:

Acotirene diz que sempre tiveram água e que depois que a Anglo construiu uma barragem próximo dali a fonte de água corrente que as abastecia secou. “A gente sabia que quando a água de Sebastião acabasse, a nossa também ia acabar”, se referindo a um conhecido que morava em uma localidade acima e que era abastecido pela mesma fonte de água. E completa: “no dia que secou na casa dele, secou a nossa também”. Acotirene conta que vinham técnicos da Borba Gato (suposta empresa de eucalipto e cavalos que foi a primeira a chegar em Conceição antes de as pessoas saberem da possibilidade de uma mineradora) e eles faziam medições da fonte de água que abastecia a comunidade, sem que as pessoas entendessem de fato para que serviam as medições. E que depois ela entendeu que “eles já estavam interessados na água”.

Acotirene e Vilma me explicam que como a prefeitura havia feito vistoria e avaliou que a falta de água não teria relação com a atividade mineradora, a própria prefeitura passou a abastecer as famílias com o caminhão pipa. Uma das jovens que estavam na sala (mas que mantinham interesse na televisão misturado com certa curiosidade em nossa conversa e talvez na presença de alguém de fora) conta que na comunidade de onde ela vinha, a Água Quente, próxima dali, a água também acabou, mas como são consideradas enquanto uma das comunidades diretamente afetadas pela mineradora, é a própria Anglo que abastece a comunidade. O abastecimento também é feito em caminhão pipa, mas com água potável e com frequência diária. E que inclusive, a comunidade do Sagrado Coração de Jesus fica na rota desses caminhões pipa, mas como eles não são considerados enquanto atingidos, as famílias apenas assistem os caminhões passarem

diariamente sem poder ter o mesmo acesso que a comunidade vizinha. (Trecho dos D. C. referente a ida 3).

Este relato explicita a distinção da oferta pela prefeitura e pela empresa, e a assistência de pior qualidade por parte do poder público faz parecer algo positivo para empresa (a empresa fornece melhor), além de causar distinções entre as comunidades. Ainda neste mesmo dia, fica também evidente a presença da mídia por meio da TV e os contrastes entre tela e realidade. Nos Faustinos, o Estado chega precariamente, a empresa chega com maior qualidade, mas sempre restringindo quais comunidades são consideradas afetadas e quais não são, e a mídia tendo acesso direto e amplo às comunidades no geral.

A TV permanece ligada o tempo todo e tanto fisga a atenção das jovens como por vezes, a nossa. Acaba servindo também de tema comum. Em um momento de silêncio e atenção coletiva à tela, não consigo deixar de notar o contraste quando passa um comercial de um cosmético facial aparentemente importado, em que uma modelo loira de olhos azuis e cabelos lisos passa suave e quase que ostensivamente o creme em seu rosto e depois joga água cinematograficamente em sua face. Gotas de água transparente, em câmera lenta, num rosto de modelo internacional em meio a um cenário totalmente destoante da vida fora da propaganda. Me pergunto silenciosamente como será que essas meninas, todas negras, vivendo em uma comunidade pequena e rural que era abastecida escassamente e com água não potável, eram impactadas por aquela imagem tão contrastante da tela. Para mim, naquele momento, o contraste era algo de uma violência sutil, até perverso ao qual somos expostos cotidianamente e que de alguma maneira já nos parece natural (Trecho dos D. C. referente a ida 3).

Também devido à escassez de água, na comunidade do Jassém, nossa primeira oficina com as mulheres quase teve de ser adiada:

Vilma foi buscar uma das lideranças e quando voltaram nos contaram que as mulheres estavam todas lavando roupas no rio, porque já dava uma semana que não tinham água. Para algumas a água tinha chegado mesmo que escassamente nas casas e outras simplesmente foram lavar as roupas no rio (turvo e mal cheiroso) por falta de outra opção. As mulheres ainda queriam tomar pelo menos um banho rápido antes de ir para a oficina. Neste momento pensamos que elas não viriam, mas vieram. (Trecho dos D. C. referente a ida 1).

O próprio planejamento da vida cotidiana, em meio aos tantos trabalhos que elas realizam é altamente afetado pelo escasseamento de água. Muitas também falaram neste dia, sobre as micoses que as crianças estavam contraindo por causa da água poluída e que agora elas não deixavam mais que xs filhxs brincassem no rio.

A poluição da água, sonora e do ar também é um fator cotidiano vivenciado pelas famílias atingidas. Assusta e afugenta os animais, alterando fauna e flora diretamente. Assim como a saúde das famílias.

Em nossa primeira formação de mulheres, elas relatam das mudanças em relação às crianças. Das micoses e irritações de pele que começaram a surgir nas crianças que brincavam nos rios e da proibição deste hábito.

Em conversa com Luiza, ela fala desta dimensão e de suas relações com outros fatores:

Eu: como é que está a saúde?

Luiza: a saúde, né? Cada dia que que passa acontecem coisas piores. A saúde de várias pessoas, até dos filhos da gente, da gente mesmo não é mais aquela saúde que a gente tinha. Hoje em dia se você tem uma inspiração, ela só é mau.

Eu: a respiração?

Luiza: A inspiração do ar hoje é muito contaminada. Por causa da mineração. Porque antes a gente sentia cheiro de verde. De coisas verdes, de raízes. Hoje não, hoje você sente o cheiro de óleo diesel, de óleo queimado... é... mau cheiro de coisa ruim da água. Hoje você sente cheiro de folha podre. Hoje você sente só cheiro mal. No antes da empresa entrar dentro do lugar da gente, a gente sentia muita diferença que teve uma....uma parente do meu marido que esteve aqui em casa e trouxe uma menininha que veio aqui uma primeira vez e ela falava assim: nossa, quanto que a roça tem outro cheiro do que na cidade. Na cidade, a gente sente cheiro só de gasolina. E aqui na cidade eu estou sentindo cheiro de folha, um cheiro de folha verde, um cheiro de raiz.

Eu: Aqui na roça né?

Luiza: Na roça. E quanto que na cidade a gente só sente o cheiro de gasolina, aquele cheiro assim, com aquela poluição apertada no nariz da gente assim. Aqui é um ar puro. E hoje não, hoje é um...nas nossas comunidades é pior que cidade hoje.

Eu: e como é que isso está afetando a saúde de vocês?

Luiza: muito né? A respiração só ruim, hoje existe gripe que não sara. É dor de cabeça quase direto, é pressão alta porque todo mundo fica pensando de perder a vida, perder

os filhos, perder por qualquer hora... então é muita complicação hoje. Hoje a vida da gente tá pior do que de quem mora na cidade.

Segundo autorxs como Almeida (1999), a mineração afeta diretamente as condições de saúde dos arredores onde se instala. A poluição atmosférica gerada pode gerar efeitos variados, desde incômodos e irritação até a morte. Podendo ocorrer sintomas como: irritação dos olhos e vias respiratórias, redução da capacidade pulmonar e da performance física, dores de cabeça, aumento da suscetibilidade a infecções virais e doenças cardiovasculares, alterações motoras e enzimáticas, agravamento de doenças crônicas do aparelho respiratório tais como asma, bronquite, enfisema e pneumoconioses, danos ao sistema nervoso central; alterações genéticas, nascimento de crianças defeituosas e até câncer. Um levantamento realizado pela Diversus (2012) constatou nas entrevistas realizadas queixas de saúde relacionados à poeira e poluição do ar nas áreas atingidas pela Anglo American na região de Conceição, de modo geral, aumentou e foi indicado em 14 das 22 comunidades entrevistadas.

Sobre a poluição da água:

Luiza nos contou de como “a vida estava mudada”, das dificuldades pela escassez de água. De como isso dificultava a plantação de todos da região. O riacho que passa por ali e que antes abastecia as casas do entorno agora estava fedido e totalmente turvo. (trecho do D. C. referente a ida 1).

É interessante notar como a percepção dos impactos em relação à escassez de água, poluição e mudança de alguns hábitos vem acompanhada com o sentimento de perda de qualidade de vida, de maneira mais ampla. Os relatos são trazidos com um tom de sentimento de perda do que se tinha. Perda esta que não é compensada ou ressarcida pela empresa e que, na maioria das vezes, se quer é reconhecida pela mesma e pelo poder público. Mas salta aos olhos também a força que tem essas mulheres perante as dificuldades. Elas não apenas sofrem com as alterações mas reagem a elas e buscam formas de se manter e manter suas famílias. São diretamente impactadas enquanto cuidadoras dos lotes e dos membros da família e vão também fazendo resistência, encontrando modos de superar e lidar com os impactos e de se solidarizar e aos poucos também se organizarem junto às comunidades atingidas.

4.7. A implantação do Projeto Minas-Rio, conflitos e contradições sociais

Tendo em vista o modelo de implementação das empresas mineradoras, no caso da Anglo American e do empreendimento Minas-Rio não tem sido diferente no que diz respeito à aceleração e pressão sobre os licenciamentos e as irregularidades de diversas naturezas. Assim como de todas as complicações, precarização das condições de vida das famílias atingidas e a insegurança real diante a possibilidade de uma nova catástrofe. De acordo com Santos e Wanderley (2016), atualmente os processos de licenciamento ambiental deste tipo têm se mostrado apenas como uma etapa burocrática para as grandes empresas, uma vez que as instâncias estatais responsáveis consideram este tipo de projeto como algo dado e fundamental para o desenvolvimento econômico. As condicionantes acabam por se concretizar enquanto maneiras de postergar os problemas identificados desde o licenciamento.

Ainda assim, o processo de licenciamento da etapa 3 do Projeto Minas-Rio encontrou algumas dificuldades, resultantes da mobilização popular e da resistência de parte das famílias atingidas em Conceição do Mato Dentro, com apoio e articulação do MAM. De acordo com vídeo institucional da empresa⁸, a etapa 3 prevê, nos próximos 4 anos, a ampliação de novas áreas de cava para a Serra do Sapo e ações preparatórias e complementares a esta ampliação como construção de diques, alteamento de 20 metros de barragem e crescimento da pilha de estéril (composta por rochas, terra e outros materiais que não possuem aproveitamento econômico). A Anglo American pretende atingir a dimensão máxima da cava em 2046. A audiência pública agendada para 11 de abril de 2017 em torno da etapa 3 foi cancelada pela Justiça Estadual graças a uma ação popular concretizada por cinco lideranças do município, devido à disponibilização inadequada dos documentos necessários para a população. O escasso tempo prévio de disponibilização e a linguagem técnica feriram o direito de informação, em especial das pessoas diretamente atingidas. Por isso a limiar de cancelamento foi concedida.

Entretanto, este incidente causou situações de exposição (alimentadas também pela empresa) e ameaças às pessoas à frente da ação. Vale a pena ressaltar que uma importante liderança entre estas cinco pessoas era uma mulher. Estes fatos foram acompanhados por meio de notícias midiáticas, pelos relatos em Conceição, em especial os de Helenira, que foi diretamente afetada pelo acontecimento. O cancelamento de

⁸Apresentado em audiência pública de 20 de julho de 2017, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cW679JRSrmw>. Acesso: 23/07/2017

audiência foi seguido, meses depois, por uma recomendação do Ministério Público Federal (MPF) para a imediata suspensão do processo de licenciamento da etapa 3 do Projeto Minas-Rio. Assim como o cancelamento da audiência que estava prevista para a data de 20 de julho de 2017, por falta de transparência da empresa no que se refere aos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e ao Relatório de Impactos Ambientais (RIMA), além do não cumprimento das medidas condicionantes das etapas anteriores. O EIA é um estudo técnico detalhado, exigido por órgãos ambientais para avaliação de licenciamento de empreendimentos de maior porte. E o RIMA é um relatório originado a partir do EIA, de maneira resumida e em linguagem mais acessível para acesso à população de maneira geral. De acordo com notícias veiculadas sobre o tema⁹, nem mesmo os vereadores do município tiveram acesso ao EIA e ao RIMA, quanto mais a população geral (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2017).

Por fim, apesar da recomendação do MPF, das denúncias, da falta de transparência da empresa em todo o processo, bem como do não cumprimento das condicionantes das etapas anteriores, a audiência pública para dar seguimento à expansão da etapa 3 aconteceu¹⁰ de 20 de julho de 2017. Mas, diferentemente de um certo silenciamento que a histórica “vocaço” para a minerao do estado de Minas Gerais alimenta, e dando continuidade movimentaco que levou ao cancelamento da audincia de 11 de abril, a audincia pblica de 20 de julho se deu acompanhada por protestos. Houve interveno esttica, organizada pelo MAM e liderada pela juventude, nas ruas de Conceio, manifestaes cnicas e cartazes de denncia e defesa da soberania com dizeres como: “No queremos ser Bento Rodrigues”, “Bento Rodrigues nunca mais!”, “Nossos destinos devem ficar em nossas mos”; “Minrio no se bebe”, “A minerao um cncer no seio de Minas Gerais”; “A Anglo massacra”, entre outros. Todos esses acontecimentos tiveram alto protagonismo feminino em sua preparao e em seu decorrer. Durante a audincia pblica, houve falas de denncia, muitas delas protagonizadas por mulheres (com destaque para Luiza e Helenira) sobre as irregularidades e a precarizao das condies de vida, a violncia gerada diante das contradies impostas pela mina e o descaso e omisso do poder pblico, assim como foi feito ato simblico com cartazes na audincia direcionados mesa composta por

⁹JORNAL BRASIL DE FATO, 2017a; JORNAL BRASIL DE FATO, 2017b; JORNAL ARTIGO 19, 2017;

¹⁰A audincia foi filmada e disponibilizada pelo Comit Brasileiro de Defensoras e Defensores dos Direitos Humanos em: <https://www.youtube.com/watch?v=cW679JRSrmw>. Acesso: 23/07/2017.

representantes da empresa, com dizeres referentes à defesa da vida, do território de Conceição e pela soberania, tais como: “Projeto Minas-Rios, projeto de morte”; “Queremos nossos direitos” (ARTIGO 19, 2017; FALA CHICO, 2017).

Neste contexto de mobilizações e denúncias, as cinco lideranças que protagonizaram o cancelamento da audiência de 11 de abril pela Justiça Estadual de Minas Gerais têm sofrido perseguições, ameaças e até agressão física, que chegaram a ser relatadas em notícias midiáticas (JORNAL BRASIL DE FATO, 2017a; JORNAL BRASIL DE FATO, 2017b). Helenira está entre estas lideranças e relata situações de exposição em espaços públicos, como em supermercado, ou vias públicas por funcionárix da Anglo e pela população em geral que apoia a mineração, assim como via redes sociais. Diante disto, junto a articulações do MAM e outras organizações, em especial às ligadas à defesa de direitos humanos, foi realizada uma audiência pública em Belo Horizonte em 24 de abril de 2017 em defesa das lideranças e pela não criminalização dos movimentos populares. E em 21 de julho do mesmo ano também foi realizada denúncia submetida ao Relator Especial sobre a Situação dos Defensores dos Direitos Humanos da ONU, em prol da defesa das cinco lideranças que se encontravam em situação de ameaça em Conceição do Mato Dentro (FALA CHICO, 2017).

É importante salientar que as denúncias e irregularidades referentes ao Projeto Minas-Rio não se limitam apenas aos episódios relacionados à etapa 3 aqui enumerados. Como foi afirmado anteriormente, há uma série de denúncias de irregularidades e descumprimento de acordos por parte da Anglo American por motivos diversos, a citar: o não compromisso com as famílias diretamente afetadas; negociação individualizada com as comunidades e com diferenciações entre uma família e outra (de maneira a fragmentar e gerar discordâncias e desentendimentos internos); descumprimento de medidas determinadas pelo Ministério Público Federal e Estadual (MPF e MPE); risco oferecido a sítio arqueológico, entre outras. Foi produzido um relatório por uma empresa social (DIVERSUS, 2011), no qual foram avaliados uma série de fatores e realizadas inúmeras entrevistas com a população atingida. Nele consta a recomendação explícita de suspensão das obras, em 2011, pelo não cumprimento das condicionantes relacionadas à transferência das famílias diretamente afetadas, somado às denúncias das famílias. feitas em depoimentos para a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, e uma considerável gama de impactos na região devido à implantação do Minas-Rio (PEREIRA

et al, 2013; CIDADE E ALTERIDADE, 2015; ESTADO DE MINAS 2012a; ESTADO DE MINAS 2012b;).

Há registros de diversas violações de direitos em Conceição do Mato Dentro desde a implementação do projeto Minas-Rio. De acordo com Pereira e colaboradores (2013), estimulados pela Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais – CIMOS, o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais convocaram uma audiência pública em abril de 2012, ouvindo os relatos das famílias da região. A partir disto, foram constatadas violações dos seguintes direitos: 1) Direito à informação e à participação; 2) Direito à liberdade de reunião, associação e expressão; 3) Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida; 4) Direito à moradia adequada; 5) Direito à educação; 6) Direito a um ambiente saudável e à saúde; 7) Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados; 8) Direito de ir e vir; 9) Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais; 10) Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais; 11) Direito de grupos vulneráveis à proteção especial; 12) Direito de acesso à justiça e à razoável duração do processo judicial; 13) Direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária; 14) Direito à melhoria contínua das condições de vida (PEREIRA et al, 2013 p. 136). Além disso, há registros alarmantes no que se refere à dificuldade das famílias serem reconhecidas enquanto diretamente afetadas pela mineração e terem seus direitos garantidos. Assim como há denúncias de que as empresas prestadoras de serviços contratadas pela Anglo American agiram estimulando desentendimento e fragmentação das famílias das comunidades envolvidas por meio de ações como fornecimento de informações não correspondentes quanto ao reassentamento e os direitos das comunidades, tendo denúncias de invasão de propriedades devidamente cercadas, sinalizadas e ameaças e intimidações a moradoras(es).

Não bastassem este conjunto de irregularidades e violações, existem ainda denúncias graves de trabalho em condições análogas às da escravidão em Conceição do Mato Dentro no período de construção civil da mina, em que foram verificadas pelo MPT (Ministério Público do Trabalho) e o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), nos anos de 2013 e 2014, referente a 358 trabalhadores da Anglo American e de empresas terceirizadas. A denúncia e o processo de investigação foram desencadeados após um incêndio causado em um dos alojamentos dos trabalhadores, ocasionado pelos mesmos

como forma de protesto em julho de 2013. O ocorrido foi de proporções tais que a cidade ficou tomada pelo fato e o comércio foi paralisado, uma vez que as pessoas sentiam medo de que os trabalhadores tocassem fogo em outros locais. Foram lavrados 114 autos de infração da contratada Diedro Construções e Serviços Ltda, no que diz respeito a: condições degradantes de trabalho, alojamentos descobertos, sem o fornecimento de camas, com água potável insuficiente, falta de segurança do local de trabalho e de equipamentos (inclusive de risco grave de queda por inexistência ou inadequação de recursos necessários de segurança), confisco de documentos pessoais de trabalhadoras(es) (no caso dos imigrantes haitianos, os obrigando a permanecer no local de trabalho), prorrogar carga horária de trabalho além das 2 horas diárias permitidas, deixar de conceder período mínimo de 11 horas consecutivas para descanso entre duas jornadas de trabalho e 24 horas consecutivas de descanso semanal; manter canteiro de obras sem local de refeições, lavanderia, área de lazer, ambulatório, entre outras (CIDADE E ALTERIDADE, 2013). Segundo nota emitida pelo MAM (2017), a Anglo American e outras 23 empresas terceirizadas (entre elas, a Diedro, já mencionada) foram denunciadas por situações exploratórias e análogas às da escravidão.

Portanto, os impactos da chegada da grande mineração em Conceição são diversos. Uma pequena cidade de características camponesas e potencial para ecoturismo passa a ser um ponto da rede global de *commodities* minerais e a estar diretamente ligada, via Anglo American, à China e ao mercado financeiro. Os interesses locais são submetidos à ação e interesses do capital de maneira acelerada e abrupta. Isto altera boa parte das relações sociais, econômicas, com a terra e com o meio ambiente. Ao longo das conversas e momentos junto às mulheres, elas relatam uma parcela dos impactos vividos. Partimos da definição de Wanderley (2008) no que se refere ao conceito de pessoas atingidas pela mineração como: “os indivíduos que sofreram de alguma forma os impactos e mudanças materiais e/ou simbólicas provenientes das atividades mineradora ou dos subprojetos sobre seus território e/ou modos de vida” (p. 80). Esta definição é de profunda importância e é alvo de disputa, tendo em vista que as mineradoras atuam sempre no sentido de minimizar a quantidade de pessoas atingidas e os impactos sofridos, na tentativa de desresponsabilizar a empresa (ZHOURI et al, 2014; DIVERSUS, 2011; GESTA, 2011).

É notável também o processo de enfrentamento e resistência frente ao acúmulo de irregularidades e conflitos que a mineração provoca em seu processo de apropriação do

território e seus recursos. Neste sentido, Wanderley (2008) e Bittencourt (2017) afirmam que a situação de contradição e conflitividade são inerentes à atuação da mineração e acabam por gerar condições propícias às mobilizações sociais resistências populares. No caso de Conceição do Mato Dentro, a presença do MAM também auxilia a organizar essas iniciativas, fortalecendo a defesa das comunidades e territórios.

CAPÍTULO 5. GÊNERO, MINERAÇÃO E MULHERES

5.1. Gênero, Raça, Patriarcado e Divisão Sexual do Trabalho

“As mulheres estão valendo mais, são mais guerreiras”. (Trecho dos D.C. referente à formação da ida1).

Desde o início das conversas com Flora e Vilma, me chamavam a atenção o relato delas de que a boa parte, se não a maioria, das lideranças comunitárias na região de Conceição do Mato Dentro, eram mulheres (o que contribuiu na escolha do campo de pesquisa). Quando fizemos a primeira formação sobre gênero e mineração (ainda na primeira ida à região), as falas das mulheres também sinalizavam isso. A frase citada acima e a aparente concordância geral das demais mulheres com seu conteúdo, corrobora essa percepção. Outros temas para além do protagonismo, entretanto, apareceram, como: diferenciação dos trabalhos e tempo dedicado aos mesmos (relacionados à divisão sexual do trabalho), concepções sobre o “ser mulher” e o “ser homem”, preconceitos, naturalizações, entre outros elementos. Na medida em que me aproximei das mulheres, outro prisma essencial se fez gritante: a raça. A mineração foi acompanhada de trabalho escravo de povos indígenas e africanos, de modo que muitas das regiões que marcadamente foram fonte de metais preciosos, no período colonial, encontram na atualidade a característica racial de maioria negra e parda (ACOSTA 2003; WANDERLEY, 2008). É visível e marcada a herança afrodescendente e indígena das comunidades de Conceição e algumas vivências só podem ser entendidas a partir de um olhar que se esforce para contemplar os fatores raça, gênero e classe. Este entrelaçamento também está acompanhado dos debates que, pelo menos nas últimas décadas, têm sido travados. O capítulo que se segue é um esforço para tanto.

De acordo com Joan Scott (1995), gênero é uma importante categoria de análise e pode ser entendida enquanto as diferenciações sociais, culturais que são atribuídas e, portanto, vividas por pessoas de sexos diferentes. Essas diferenças são determinadas por fatores sociais e não necessariamente biológicos (apesar de haver distinções biológicas entre os sexos, não são elas que justificam as hierarquias sociais). De acordo com a autora, o entendimento de gênero supera possíveis binarismos entre homens e mulheres e se lança à análise de relações de poder que são fundantes de nossa sociedade. O mesmo prisma, em termos de relações sociais históricas, deve ser feito no que diz respeito à raça. Portanto, quando trazemos distinções entre gênero, raça e classe, nos referimos a distinções sociais que ultrapassam escolhas individuais ou possíveis contraposições simplesmente binárias, em uma tentativa constante de nos voltarmos a seres históricos

complexos, reais e não abstratos. Simone de Beauvoir (2016), quando trata da diferenciação entre homens e mulheres, deixa bastante explícita as armadilhas de possíveis universalizações que nos afastam de uma análise e compreensão baseadas no real (e não em abstrações) e que, assim, todo ser humano concreto existe e se situa de maneira singular. A mesma autora ainda nos demonstra como as análises biológicas são insuficientes para lidar com as diferenciações entre homens e mulheres e elucida a questão de alteridade em que o ser universal é o masculino, enquanto que a mulher ocupa o lugar de "outro", sempre em relação ao "um" considerado o sujeito padrão.

Helena Hirata (2014), detalha esse sujeito padrão e o descreve enquanto: homens, ocidentais, pertencentes à classe dominante e brancos. E coloca em questão os pressupostos de neutralidade, objetividade, racionalidade e conhecimento, enquanto conceitos que expressam, na realidade, os pontos de vista hegemônicos e que, portanto, representam e reforçam este sujeito suposto universal e neutro. Exemplo disto é que, como levanta Eva A. Blay (2001), os censos realizados pelo IBGE até 1970, simplesmente não faziam distinção de gênero e quando consideravam o aspecto do trabalho contabilizavam apenas o trabalho do chefe da família, que era sempre o homem, invisibilizando tanto o trabalho das mulheres quanto das crianças na organização familiar. Maruani e Meron (2016) colocam em cheque as estatísticas e as classifica enquanto políticas, uma vez que muitas vezes é o critério de assalariamento que define trabalhos visíveis ou invisíveis e levantam questionamentos como: o que se classifica enquanto atividade, trabalho ou emprego? Como contabiliza-los no caso das mulheres? As mulheres sempre foram ativas, mas como identificar e contabilizar suas distintas formas de trabalho? São desafios ainda atuais. Aos quais podem se acrescentar o fator de raça também. Essas reflexões nos levam a considerar uma série de outros fatores no que diz respeito ao imbricamento de raça, classe e gênero. Nos atentaremos ao debate de gênero e algumas de suas especificidades neste primeiro momento.

Antes, porém, é de fundamental importância destacar que o desenvolvimento de teorias e análises voltadas às questões de gênero foram fomentadas e construídas dentro do contexto do Feminismo. Mesmo dentro da academia, foram as mulheres feministas que iniciaram, direcionaram e desenvolveram parte considerável do acúmulo teórico que disponibilizamos sobre o tema. O Feminismo é de amplitude global e não é homogêneo, possuindo correntes, características e modos de ação variadas de acordo com o local e o período histórico. Para o presente estudo, partiremos do entendimento de Maria Amélia Telles (1999) e de outras feministas do campo marxista, enquanto uma corrente filosófica,

mas, principalmente, um movimento social e político que está voltado às relações de opressão e exploração vividas pelas mulheres. E enquanto movimento social, o Feminismo não apenas se debruça a entender e expor essas relações (muitas vezes já naturalizadas e invisibilizadas), mas se propõe a alterá-las e a construir relações mais igualitárias e justas para o conjunto da sociedade. Desta maneira, não é possível se voltar à questão de gênero e do protagonismo das mulheres sem considerar o papel fundamental do Feminismo. Dentro do campo de atuação dos movimentos sociais, como é o caso do MAM em Conceição, há ainda que se considerar o caráter de classe do Feminismo e de como, neste caso, ele está galgado junto às lutas da classe trabalhadora e não pode ser outra coisa que não um Feminismo popular. O Feminismo construído e debatido dentro do MAM também considera as questões de raça e se debruça sobre as mesmas.

Quanto ao debate de gênero, o entendemos enquanto categoria de análise necessariamente social e historicamente construída. E pretendemos questionar possíveis origens e usos que o capitalismo fez e continua fazendo em torno da desigualdade de gênero. Partindo de Engels (1984), o capitalismo se apropria do conceito de família monogâmica (e heteronormativa) e a institui enquanto um pilar de sustentação da garantia e manutenção da propriedade privada. Isto acirra ainda mais a submissão da mulher ao domínio masculino e a necessidade de mantê-la cerceada ao âmbito doméstico, designando ao homem o âmbito econômico e político. Como a propriedade passa a ter um dono individual, que será herdada somente por seus sucessores (homens) consanguíneos, o domínio do corpo e da sexualidade heterossexual e monogâmica se torna não apenas um valor a ser alcançado, mas uma necessidade na manutenção da ordem e da própria propriedade privada. Angela Davis (2016), ao se voltar sobre este tema, afirma que antes da propriedade privada, havia divisão sexual do trabalho dentro do sistema econômico, mas era uma divisão mais complementar do que hierárquica.

O controle dos corpos, da sexualidade feminina e suas decisões a respeito de sua saúde reprodutiva e seus planejamentos futuros, estão presentes de maneira cotidiana na atualidade. Em Conceição, há um relato, em especial, bastante emblemático desta questão:

Vilma comenta que uma das mulheres que acabamos de cumprimentar na estrada entre uma comunidade e outra, a mais velha, tinha muitos filhos e que o marido não a deixava fazer a cirurgia de esterilização. Por isso, o casal tinha cerca de um filho por ano e a mulher “não aguentava mais”, mas o marido não autorizava a cirurgia de esterilização por querer manter “a imagem de machão reprodutor, não

sei!” dizia Vilma diante do espanto conjunto sobre o que ela contava. O marido não deixava e a mulher não fazia. Continuavam a ter filhos contra a vontade dela e os cuidados e trabalho referentes às crianças recaía para a ela e suas filhas mais velhas. (Trecho dos D.C. referente à ida 3).

Silvia Federici (2017) faz um levantamento do momento histórico do início do capitalismo, em que a economia de subsistência passa a ser uma economia monetária e considera a propriedade privada enquanto fator determinante na origem da divisão sexual do trabalho e no aprofundamento das opressões de gênero. No violento processo de transição do feudalismo para o capitalismo, a dependência ao salário trouxe grandes impactos para a sociedade, mas de maneira diferenciada sexualmente. Para as mulheres, a possibilidade de um trabalho remunerado, de modo geral, era ainda mais difícil e seus salários eram inferiores aos dos homens, a ponto de não garantir-lhes condições de autonomia financeira. E não raro os seus salários eram pagos aos maridos como parte dos rendimentos deles. Assim como, às mulheres foi reservado o trabalho reprodutivo no momento em que este estava em franca desvalorização. De acordo com a autora, é nesta transição de uma economia de subsistência pré-capitalista para uma economia monetária, que a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo se aprofunda e que o trabalho passa a ser sexualmente diferenciado. Entendemos enquanto trabalho reprodutivo aquele que é necessário para a reprodução da classe, mas que não gera um produto final na forma de mercadoria (como, por exemplo, os trabalhos de cozinhar, cuidar das crianças, limpar e cuidar da higiene e ambiente, etc.). Neste processo de divisão sexual do trabalho, valoriza-se o trabalho voltado ao mercado (gerador de mercadorias e de valor) e a atividade reprodutiva passa a ser invisibilizada a ponto de sequer ser considerada trabalho.

Marx (2010) afirma que a submissão do trabalho humano ao salário, faz com que as pessoas tenham de sacrificar seu tempo em função de um trabalho cujo o produto, a concepção e o planejamento lhe são alheios e isto aproxima a condição humana à condição de escravidão, assim como encurta o tempo de vida da classe trabalhadora. E afirma que “essa classe tem sempre de sacrificar uma parte de si mesma, para não perecer totalmente” (Marx, 2010 p. 26). Este encurtamento do tempo de vida e a condição aproximada à escravidão se acentua no caso das mulheres quando nos deparamos com os dados de suas dificuldades em relação a inserção no mercado de trabalho, salários inferiores aos dos homens, e cargos específicos e mais precarizados, piores condições de ascensão e construção de carreira profissional. Além disto, a elas é incumbido o trabalho reprodutivo sem o reconhecimento e sem nenhum tipo de remuneração.

“Somos as últimas a comer, as últimas a dormir e as primeiras a acordar”, essa afirmação feita por uma das mulheres durante a formação da primeira ida a Conceição, sintetiza, com grande clareza, a acumulação de jornadas de trabalho que enfrentam as mulheres. Ela denuncia também a lógica de responsabilização quase que exclusiva pelo trabalho doméstico e de cuidado com a família. É importante salientar, ainda, que a participação das mulheres no trabalho assalariado não as redime do trabalho reprodutivo, o que gera ampliadas jornadas de trabalho. Em um paralelo com o momento atual, de acordo com os dados da PNAD – Pesquisa Nacional em Amostra por Domicílio, feita pelo IBGE- em 2011, as mulheres chegavam a trabalhar 58,7 horas totais por semana, contra 52,9 dos homens. Apesar destes terem carga de trabalho fora de casa ainda superior à média das mulheres, quando acrescentada a carga horária de trabalho doméstico, a média de trabalho semanal das mulheres supera a dos homens. E tanto a carga de trabalho quanto a sua remuneração sofrem alterações de acordo com as variáveis de classe e raça. Estes dados ajudam a elucidar aquilo que as mulheres da classe trabalhadora sabem (sem exceção, desde muito cedo) que a elas lhes sobra sempre uma carga excedente de tarefas em comparação com os homens ao seu redor.

Como essa carga excedente de trabalho não tem reconhecimento econômico e tão pouco social, ela tende a ser “invisível”. Esta invisibilidade social, fruto de um processo histórico, como aponta Federici (2017), é duplamente vantajosa ao capitalismo na medida em que desvaloriza a mão de obra feminina monetarizada (oferecendo salários menores e cargos desvalorizados) e desvaloriza ou invisibiliza o trabalho reprodutivo, deixando-o totalmente a cargo da classe trabalhadora. No caso das mulheres do campo, seu trabalho nos quintais, com os animais de criação, cuidado com membros da família, entre outros, são também desconsiderados enquanto trabalho. Sintetizarei outras falas, não necessariamente na ordem em que elas foram ditas ao longo da formação, quando debatíamos a Divisão Sexual do Trabalho:

“A mulher faz muito e não é valorizada, não tem o reconhecimento”; “A gente é mais sobrecarregada que os homens”, “Os homens são muito desligados”, “Temos múltipla função. Tem momentos para dentro de casa, para os outros, para fora, mas para nós não temos não. É mais que cinco em uma!”. Surgiram também questões relacionadas aos padrões rígidos de beleza, a responsabilização exclusiva com xs filhxs e a mulher enquanto “desocupada e por isso que luta”. (Trecho dos D.C. referente à ida 1).

No eixo temático sobre as características camponesas das famílias, há também trechos sobre o trabalho delas nas roças, nos quintais, o imenso volume de trabalho

doméstico, de cuidado com as pessoas da família, educação das crianças, criação de animais de pequeno porte, entre outros. A partir das frases citadas durante o momento da formação, fica evidente o quanto essas mulheres sabem de sua enorme carga de afazeres (“somos as primeiras a acordar e as últimas a dormir” ou “é mais de cinco em uma” - afirmações que descrevem a jornada extensa de trabalho feminino) mas, assim mesmo, durante a conversa, também se evidencia o quanto o trabalho reprodutivo não é visto como trabalho de fato. Nem pelas mulheres mesmas em um primeiro momento. E sempre é tratado na sociedade com um valor inferior. Ao conversarmos sobre ele na formação, afirmando sua característica de trabalho e sua importância, as mulheres o reconhecem. Mas ainda assim, é uma disputa com séculos de dominação patriarcal, que está arraigada em nosso cotidiano e nossa subjetividade.

Outro aspecto que o Feminismo traz necessariamente para o debate é o tema do patriarcado, enquanto um sistema de dominação do feminino pelo masculino anterior ao capitalismo, mas que é apropriado por ele como base fundante de seu modo de operar. De acordo com Cristine Delphy (2009), o conceito de patriarcado se origina da junção das palavras gregas *pater* (pai) e *arkhe* (origem e comando) e teve seu significado transformado ao longo da história. Vale ressaltar que *pater* tem mais o sentido de genitor, de provedor do que de pai, ao que entendemos hoje enquanto paternidade. O significado do termo começa a ser alterado sob a influência do feminismo dos anos 70, e partir de então passa a designar uma formação social em que homens detêm o poder. Enquanto um sistema total que influencia o conjunto da sociedade, em suas esferas individuais e coletivas. Ao longo das conversas e momentos com as mulheres de Conceição, elas narraram diversas situações vividas pelo fato de serem mulheres e que trazem determinações evidentes de gênero e do patriarcado em suas histórias pessoais, em relação ao tratamento e cuidado familiar com elas ao longo da vida, como nos depoimentos de Luiza e Helenira, nos trechos que se seguem:

Luiza fala também de seus 13 irmãos (que eram 22 filhos no total dos quais sobreviveram 14) e que seu pai não deixava nenhuma das mulheres trabalharem fora de casa. Porque ele não queria suas filhas trabalhando para fazendeiros. Mesmo que precisassem passar mais dificuldade dentro de casa, não queria as filhas trabalhando fora. No fim era tudo “apertado”, mas a família dava um jeito de plantar e colher, “eu trabalhava muito em casa, só fora que não podia...os homens podiam, e eu queria também pra ganhar dinheiro, mas o pai não deixava não... e no fim entendi ele”. Ela era a primeira filha, a mais velha, e por isso tinha de “servir de exemplo”, foi também a primeira a se casar. Quando se casou com Queno, o pai fez um acordo com ele de que não deixasse a filha trabalhar para fazendeiro, “Queno

cumpriu com sua palavra” e ela nunca trabalhou fora de casa. Luiza relata que o pai também zelava por seus estudos e que isso ela também faz por seus filhxs, assim como, tampouco, quer que a filha trabalhe em casa de fazendeiro. A questão de ser trabalhadora doméstica na casa de fazendeiro não se restringia apenas ao fato de poder ter um trabalho que fosse remunerado, mas ligava-se ao receio em sofrer abusos de naturezas diversas para a mulher em relação aos donos de fazenda. Ela diz que, depois de adulta, se inteirou de histórias de abusos sofridos por mulheres nessas condições e que isso a fazia concordar ainda mais com a decisão do pai.” (Trecho do DC referente à ida 1)

Helenira conta que a sua mãe era de Conceição e depois foi para Vespasiano ainda adolescente para trabalhar em uma casa de família. Teve um primeiro marido, com quem teve dois filhos, mas que lhes abandonou e a mãe, ainda jovem, passou a trabalhar carregando areia em um depósito, cujo o proprietário era o pai de Helenira. A condição de vida da mãe e filhxs pequenxs era bastante precária. Quando o dono do depósito e futuro pai de Helenira viu sua mãe dando a pouca comida que tinha às crianças e deixando de comer, “ele tirou minha mãe de lá e disse que ela nunca mais teria que carregar areia para sobreviver”. E que assim foi. “Meu pai depois casou com a minha mãe e foi muito bom pra ela, não foi Carlos? E não é porque era meu pai não...”. Carlos concorda com a cabeça e reafirma.” (Trecho dos D.C. referente à ida 2)

Em ambos os relatos, chama atenção a característica informal do trabalho doméstico e o risco de sofrer abuso (físico, sexual, moral e de seus direitos trabalhistas). No segundo, Helenira conta da situação de necessidade de sua mãe com xs filhxs sem poder contar com a figura paterna e nem com o Estado (já que se encontravam em situação de escassez de comida), e que, posteriormente, acaba por se casar com o homem que lhe oferece ajuda e alternativa melhor. Os relatos são permeados por contradições entre os desejos e a condição concreta, entre as diferenciações marcadas sobre o que é permitido ao homem: como, por exemplo, se desresponsabilizar do trabalho de cuidar dxs filhxs, ou poder exercer trabalho fora de casa de maneira remunerada. E o que é atribuído à mulher: responsabilidade exclusiva pelo cuidado e trabalho com os filhxs e irmãos, e o trabalho doméstico volumoso e quase que compulsório e sem remuneração. Assim como ter sua sorte atribuída e decidida, muitas vezes, por um homem – no caso de Luiza, primeiro seu pai e posteriormente seu esposo – com o acordo explícito entre o pai e Queno para não a deixar trabalhar em casa de fazendeiro, e no caso da mãe de Helenira que é abandonada em situação de necessidade e responsabilidade total de duas crianças e depois casando-se com o homem que lhe oferece ajuda. Há nestes relatos expressão nítida do patriarcado nas histórias de vida das mulheres. Não podemos deixar de citar a jovem Nísea, da comunidade Sagrado Coração ou “Faustinos”, que me contou que frequentava a escola regularmente durante a semana e, aos sábados, realizava trabalho doméstico para famílias

de fazendeiros da região, mostrando como, muitas vezes, a oportunidade de aceder à alguma remuneração é o trabalho doméstico informal (sob risco de abusos e irregularidades).

Cabe acrescentar, ainda, que partimos do entendimento do patriarcado não apenas enquanto um sistema de dominação e primazia dos homens sobre as mulheres na esfera das relações pessoais, mas enquanto a dominação e primazia do masculino sobre o feminino de modo mais amplo e estrutural. Neste sentido, é um embate que se dá entre um conjunto de relações objetivas e subjetivas envolvendo uma pluralidade de sujeitos e situações ao longo da história. E o entendemos, em consonância com Saffioti (1994), enquanto um sistema apropriado pelo capitalismo como um pilar fundamental, que, a uma só vez, aponta para: a incapacidade do capitalismo de empregar todxs xs trabalhadorxs (gerando também exército de reserva) e apropriação que faz do trabalho reprodutivo sem arcar com seus custos e o invisibilizando. Assim como, serve de justificativa ideológica capitalista para a manutenção de sua dinâmica mascarando, em alguma medida, seu teor de classe. Desta maneira, o patriarcado é apropriado pelo capitalismo enquanto sistema de dominação que marginaliza as mulheres (e aquilo que remete ao feminino como um todo) e não apenas aumenta o lucro, mas também obscurece a natureza de classe do processo de exploração e opera enquanto justificativa ideológica.

Compactuamos com o entendimento defendido por Elisabeth Souza-Lobo (1991) de que tratar a classe trabalhadora sem se ater às questões das mulheres e da divisão sexual do trabalho é fazer uma homogeneização da classe que não ajuda a compreendê-la e analisá-la. Nessa mesma direção, Heleieth Saffioti (1994) afirma que para entender o Brasil e fazer uma leitura de realidade historicizada e crítica, é preciso considerar relações de classe, gênero e raça de modo interligado e interdependente. Assim, não nos voltarmos às mulheres e à raça em suas especificidades e generalidades é também continuar com o processo de invisibilidade nas lutas e organização da classe trabalhadora. E, na contramão disto, ao falarmos sobre o trabalho e incluirmos a mulher e suas especificidades enquanto sujeito, temos de incluir o trabalho produtivo, mas também o reprodutivo (que pode passar invisível quando o sujeito padrão é o sujeito masculino), entre outros aspectos. O mesmo se dá em relação à raça.

Retomando Heleieth Saffioti (1994), juntamente com questões de gênero e classe, a raça se faz fundamental, especialmente na realidade do Brasil e, porque não dizer do continente americano, como outro elemento determinante em nossas relações sociais e que precisam extrapolar qualquer entendimento ou fundamento biológico, para entendê-

la enquanto relações de poder historicamente construídas. Lélia Gonzales e Carlos Hasenbalg (1982) atentam-nos para o fato de que o racismo no Brasil tem suas origens em nossa história colonial, mas se mantém, implicando diretamente nas possibilidades concretas de mobilidade social, acesso ao estudo formal, divisão racial do espaço (no que diz respeito aos lugares físicos e condições diferenciadas dos mesmos quanto a circulação, moradia, etc), invisibilização histórica, entre outros. Nosso racismo é fenotípico (baseado nas características físicas visíveis) e arraigado e naturalizado historicamente, e que também serve e serviu enquanto justificativa ideológica para a exploração. Neste sentido, podemos afirmar que tal como o patriarcado, o racismo é também apropriado pelo sistema dominante. E, portanto, nem um, nem outro serão superados ao longo do tempo dentro do capitalismo. Considerar raça e gênero no contexto da mineração se faz ainda mais necessário, tendo em vista o forte recorte racial que a mineração tem feito historicamente, devido às suas raízes no trabalho escravo de povos indígenas e africanos.

Dentro do espectro mais amplo do Feminismo, o prisma de raça se inseriu posteriormente. As feministas negras, passam a, dentro do movimento feminista pautar as questões de raça, assim como no interior do movimento negro os pontos sobre gênero e feminismo, e trazem à tona questionamentos e perspectivas que extrapolavam as dominantes e denunciam e combatem as práticas coloniais. Este desafio traz necessariamente outros prismas, outras sujeitas e outros ganhos analíticos e práticos, que a partir da realidade das relações sociais começam a indicar “pontos-cegos” no desafio de analisar e atuar na transformação das relações sociais. Uma das representantes do feminismo negro, Patrícia Hill Collins (2015), destaca o valor das experiências e da indissociação entre as categorias de gênero, classe e raça na vivência das pessoas, de maneira estruturante em todas as relações sociais. Não podendo ser tomadas de maneira separada ou hierarquizada. A própria Gioconda, quando lhe pergunto como ela gostaria de ser descrita na pesquisa, na última ida a Conceição, me responde que se vê enquanto mulher, negra, militante e pertencente à classe trabalhadora.

Uma característica essencial levantada pelas feministas negras é a do trabalho doméstico, ou como nomeia Lélia Gonzales (1983) a mucama, e seu inegável caráter de raça. Já foram citados trechos de como a questão do trabalho doméstico na casa de fazendeiros era algo emblemático e ainda presente na vida das mulheres de Conceição do Mato Dentro. Angela Davis (2017) enfatiza a questão e explicita o caráter exploratório e de origem escravocrata às quais as mulheres, e em sua expressiva maioria as mulheres negras, são absorvidas enquanto mão de obra em trabalhos domésticos (historicamente

mal remunerados, com longas cargas horárias e marcadamente informais). As próprias mulheres que participaram desta pesquisa falaram de suas raízes negras e indígenas, contaram “*histórias de caboclo*” de suas avós que foram literalmente laçadas e levadas a viver e trabalhar como domésticas e nunca mais retornaram a seu lugar e família de origem. Além disto, tanto Gonzales (1983) quanto Davis (2017), não nos deixam esquecer do caráter histórico de exploração sexual ao qual esteve atrelado o lugar da mucama. Traço e práticas culturais que ainda se perpetuam em nossa sociedade.

Davis (2017) ainda questiona o trabalho doméstico enquanto primitivo e destoante de nossas capacidades tecnológicas e produtivas e que, sendo remunerado ou não, é fonte de sofrimento e de sentimento de aprisionamento por parte da maioria das mulheres por seu caráter arcaico (que exige grande esforço e toma demasiado tempo), volumoso, repetitivo e isolado. E que, justamente por ser assumido pelas mulheres, em especial as negras, com baixo ou nenhum investimento social, ele mantém suas características arcaicas e não condizentes com o desenvolvimento tecnológico atual. A autora propõe ainda que este deveria ser um trabalho de responsabilidade coletiva e do estado, com máquinas, equipamentos e equipe de trabalho que visitassem as casas assim como fazem outras assessorias técnicas de cunho privado. E que não o é justamente devido à exploração das mulheres, em especial das negras.

E que dizer das mulheres indígenas? Afinal, a discussão de raça e do racismo no Brasil não se esgota com a negritude ou a branquitude. A questão indígena, sua diversidade de etnias, seu processo histórico de luta e resistência, suas pautas costumam ser De acordo com relatório da ONU (2016), há 305 etnias auto-identificadas no país, que falam mais de 247 línguas e estão concentradas em maior quantidade e diversidade de populações na região amazônica, mas presentes em 80% dos municípios brasileiros. É notável a diversidade cultural e geográfica.

Pensar as relações de gênero e classe sob este contexto traz outros desafios. Desafios como o de, por exemplo, entender outras cosmovisões e outra natureza de relação com o meio ambiente, com a comunidade no entorno, com a história e o conhecimento. A luta de Berta Cárceres e seu povo em Honduras¹¹, por exemplo, contra a construção de uma barragem hidrelétrica conduzida por transnacional, elucidada com

¹¹ Documentada no Documentário: La Voz Lenca No Se Calla (documental sobre Berta Cáceres y COPINH). Direção: Nina Kreuzinger & Andrea Lammers. Produção: Nina Kreuzinger & Andrea Lammers. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YYWzj7xX3r8>. Acesso: 07 abril 2017.

grande força a sacralidade e vida do rio para seu povo e as relações para com ele. A relação com a terra passa por outros lugares. Relações que a mentalidade ocidental pouco consegue entender e que muitas vezes menospreza. Quando estudamos e debatemos a história de algumas mulheres lutadoras populares, no I Encontro de Mulheres Atingidas pela Mineração de Conceição do Mato Dentro, Berta Cáceres foi uma das biografias escolhidas e a grande maioria das mulheres disseram se identificar com ela e com a luta em Honduras. Algumas chegaram a dizer: “*Parece até que está falando da gente aqui*”.

Ao nos voltarmos à questão indígena, torna-se ainda mais gritante outros aspectos fundamentais como: demarcação de terras e, portanto, de Reforma Agrária e da soberania alimentar, assim como, a violência e inação do Estado. E como não salientar a violência contra mulheres. Berta foi assassinada em 2016 em sua residência e o julgamento de sua morte segue inconcluso¹². No Brasil, de acordo com o levantamento do CIMI (Conselho Missionário Indigenista), no período de 2010 a 2014, no Estado do Mato Grosso do Sul (o segundo em concentração de povos originários) teve aumento de 495% de casos de violência contra a mulher indígena. E, de acordo com o relato de Marcia Wayna Kambeba, do povo Omaguá Kambemba, no mesmo relatório: “Mulheres indígenas sofreram esterilização forçada. Mulheres e crianças são violentadas e assassinadas por pistoleiros como forma de intimidar o povo a deixar a aldeia” (CIMI, 2017 p. 31). Angela Davis (2017) quando se volta ao período da escravidão nos mostra que as escravas eram vendidas e compradas sob o mesmo valor geral dos homens: delas, portanto, esperava-se e cobrava-se a mesma produtividade. Neste sentido, eram vistas assexuadamente. Mas, no que diz respeito às formas de dominação, castigos, ou tipos de trabalhos na casa grande a elas sempre foi executada a violência sexual. E vale ressaltar o uso da violência sexual contra as mulheres, assim como denuncia o relato de Marcia Wayna Kambeba (CIMI 2017), para a dominação e humilhação não apenas delas, mas de seus povos.

Os debates, no que diz respeito a um feminismo que dialogue com os povos originários, são ainda mais recentes e estão em gestação. Há, dentro do movimento social Via Campesina, o germe de um feminismo camponês e popular que esteja atento e que seja construído também a partir e pelas etnias indígenas junto a outras populações do campo (SEIBERG & RODRIGUES, 2017). Esta bandeira do feminismo camponês e

¹² Registrado em veículos midiáticos como: The Guardian (Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/berta-caceres>), Brasil de Fato (Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/02/berta-caceres-dois-anos-de-impunidade/>), Carta Maior (Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Berta-Caceres-crime-politico/6/35869>)

popular, em processo de construção coletiva, traz em si seu caráter revolucionário e anti-sistêmico e que esteja aliado e possa trazer consigo as características camponesas, indígenas, negras para além das leituras do feminismo eurocêntrico. Há também outras correntes e vozes ainda em elaboração. Desafios presentes de trajetórias a serem construídas.

Essas são construções realizadas dentro de contextos e movimentos sociais ativos, são práticas e elaborações vivas e em constante elaboração, algumas já mais consolidadas, outras ainda sendo experimentadas e fomentadas. Mas, de modo geral, entendemos, assim como os movimentos sociais citados e o MAM, que não é possível concretizar uma sociedade livre da exploração de gênero e raça dentro da sociedade capitalista. Por isso o embate de classes. E por isso o caráter radical dos enfrentamentos de raça e gênero que pretendem reais transformações de suas configurações sociais. E o desafio atual do imbricamento entre raça, gênero e classe. Tendo, portanto, estes horizonte e contexto, nos pareceu essencial aprofundar a investigação em torno da relação das mulheres com a mineração, para melhor contextualizar a realidade vivida em Conceição.

5.2. Mulheres e Mineração

Voltar-se ao tema da presença das mulheres na mineração é a uma só vez desafio e necessidade. Já que a mineração é vista como um campo quase que exclusivamente masculino, no qual as mulheres são especialmente invisibilizadas e marginalizadas por motivos e subterfúgios dos mais variados. Marginalizadas pela marcante informalidade de seu trabalho, como por exemplo: nas minas de carvão mineral como “escolhedeiras”; ou em trabalhos essenciais à atividade mineradora, mas que não são reconhecidos, tal como no caso das mulheres na Bolívia que carregam água na mineração do ouro e que ao assumir a figura de mães, viúvas e esposas, são fundamentais para a manutenção da vida e do trabalho reprodutivo, tão necessário às famílias que dependem da mineração e fundamentais também na organização e luta por melhores condições de vida e trabalho como um todo. Marginalizadas também por meios simbólicos, pelas histórias, crenças e lendas em torno do feminino o associando ao “mal agouro”, como acontece nas histórias contadas no Japão de que a “deusa” da montanha ficaria enciumada com a presença de mulheres e produziria acidentes, ou dos EUA em que as mulheres poderiam amaldiçoar as minas a ponto de se um minerador encontrasse um mulher no caminho para as minas, voltava para casa e refazia o caminho, ou na Tanzânia onde a menstruação era vista como

impureza e, por isso, seria especial fonte de má sorte. Ainda no campo simbólico, o trabalho nas minas é associado a características tidas como “masculinas” como um trabalho bruto, que prescinde de força e resistência física, sob duras condições aos quais não se adaptariam as mulheres (CASTILHO & CASTRO, 2005). As próprias mulheres que participaram do presente estudo trabalhavam em sua grande maioria em casa e algumas tinham empregos, mas nenhum relacionado à mineração ao às suas terceirizadas durante o período da pesquisa. Para elas e para as pessoas de Conceição, de modo geral, era bastante evidente (e porque não dizer naturalizado) o caráter masculino da mão-de-obra envolvida e absorvida pela mineração.

A invisibilização, ainda de acordo com Castilho e Castro (2005), também acontece devido à escassa produção de literatura em torno do tema e à falta de registros e documentos oficiais, que além de escassos, muitas vezes contém informações dispersas. O fato de essa invisibilização ser reforçada pela memória coletiva (já que a mineração é assumida enquanto atividade masculina), também contribui para a dificuldade em se ter registros. Neste sentido, objetiva-se a questão da alteridade levantada por Simone de Beauvoir (2016), em que o sujeito padrão a ser considerado é o masculino, principalmente em atividades entendidas como de homens como a mineração, e escamoteia-se, não se registra e mantém-se na invisibilidade a presença e participação das mulheres. A informalidade, como dito anteriormente, é outro fator de invisibilidade. De acordo com dados do IBGE de 2005, 18% das mulheres na atividade mineradora não são remuneradas e a não remuneração para os homens é de apenas 3%.

Na relação mulheres e mineração atualmente, de acordo com a divisão sexual do trabalho, às mulheres, de maneira geral, são preferencialmente designadas atividades que envolvem destreza, delicadeza, meticulosidade, cuidado. Sendo assim, a inserção direta das mulheres na atividade mineradora, enquanto campo de ofício, é minoritária dentro da cadeia produtiva da mineração, mas seus postos têm crescido em função dos avanços tecnológicos (MACEDO et al, 2012). Cabe ressaltar, entretanto, que o aumento da participação das mulheres na mão de obra não significa igualdade de condições de trabalho no que diz respeito ao tipo de atividade, remuneração e carreira profissional. Há neste campo uma série de nuances e contradições. Raquel Quirino (2015) traz outros elementos explicativos para este aumento, como a relação entre valorização das habilidades e capacidades desenvolvidas pelas mulheres no trabalho doméstico (como destreza, limpeza, minúcia e precisão) como um repertório que vem sendo desejado principalmente nos trabalhos que envolvem operação de máquinas. O maior grau de

escolaridade das mulheres que exercem cargos equivalente aos homens menos escolarizados também tem sido um fator de favorecimento para a contratação de mulheres, uma vez que, com isso, a empresa tem a qualificação da mão de obra facilitada e também atinge melhores níveis quanto aos investimentos exigidos com a formação de seu contingente de trabalhadoras, de acordo aos Programas de Qualidade Total, que exigem níveis mínimos de escolarização.

Quanto à qualificação da mão de obra feminina, por exemplo, o que se dá é o processo descrito por autoras como Daniele de Kergoat de superqualificação/desqualificação da formação de mulheres em relação aos postos de trabalho desenvolvidos. Nos dados levantados por Quirino (2015), todas as mulheres em cargos de nível operacional além de já terem concluído o ensino médio e/ou cursos de nível técnico, estavam também cursando nível superior; as trabalhadoras que ocupavam cargos de nível técnico tinham ensino superior completo e as de nível superior já haviam concluído ou estavam em nível de conclusão de pós-graduação. Ou seja, as mulheres ocupam cargos que estão aquém de sua qualificação formal, o que resulta em uma espécie de apropriação da qualificação das mulheres, que trazem benefícios para as empresas diante seus níveis de formação exigidos em seus programas de qualidade, sem o investimento econômico das mesmas.

Outro processo descrito por Quirino (2014) dentro de uma planta mineradora é que era comum que às mulheres fossem atribuídos trabalhos alheios ou não específicos às suas funções técnicas (como trabalho em escritório) mesmo que elas tivessem formação e experiência para exercer seus cargos de origem, o que as defasa dentro de sua função laboral. Além disso, a elas eram dadas oportunidades de ascensão de carreira mais ligadas à parte técnica do que a de gestão, o que dentro das possibilidades de crescimento dentro da empresa significa menos oportunidades (já que os cargos de gestão são mais valorizados e tem maior possibilidade de ascensão profissional).

De acordo com Daniele de Kergoat (1982), os homens detêm a tecnologia, e as características e habilidades relacionadas às mulheres são atribuídas ao trabalho doméstico. Apesar de serem apontadas como um possível atrativo para a contratação de mão de obra feminina, estas características não são reconhecidas enquanto habilidades profissionais no que diz respeito a valorização e retorno na carreira profissional. Assim como não necessariamente todo trabalho que envolve esforço físico e ambiente sujo fica restrito aos homens. Quirino (2015) destaca, por exemplo, que a atividade de limpeza industrial na planta de processamento mineral (trabalho terceirizado) é realizada em sua

maioria por mulheres, mesmo sendo um trabalho que requer grande esforço físico e se dá em ambientes bastante sujos (uma vez que cabe a quem o executa remover o minério de alta densidade, úmido e extremamente pesado que caiu da esteira). O que justifica que as mulheres assumam esses postos é sua característica pouco valorizada social e financeiramente. Fora do ambiente de trabalho da mineração, também é possível verificar uma série de situações de trabalho de grande esforço físico exercido por mulheres. É o caso, por exemplo, do trabalho na roça que as mulheres realizam. As mulheres em Conceição fizeram muitos relatos em relação às dificuldades e volume de trabalho que elas exerciam, trabalhos esses, muitas vezes, pesado. O próprio relato de Vilma em relação às declarações delas diante da proposta de construção dos painéis de arpilheiras de que “nosso negócio mesmo é a enxada” exprime essa característica. Quanto ao trabalho árduo e de grande demanda de esforço físico, destaco um dos relatos de Vilma:

Marielle trabalha de mais. Mas muito mesmo. Ela vive com dor nas costas por causa do trabalho pesado que ela toca na roça deles. Tem vezes que ela trava mesmo e vive a base de remédio. O marido, eu tenho pouco contato, mas eu já vi ele chamando ela de “mula” de tanto que ela trabalha pesado. (Trecho dos D.C. referente à ida 3).

Como já foi debatido anteriormente, a mineração não afeta as vidas das pessoas de seu entorno apenas no que diz respeito ao mercado de trabalho que ali se constitui e suas relações laborais. Ela interfere em toda a estruturação econômica e social do território onde se instala, inclusive alterando as relações de produção de saúde e doença e das respostas das pessoas em relação as mesmas. Assim como no que diz respeito ao uso dos recursos naturais, redução dos mananciais e apropriação dos recursos hídricos no geral, desloca famílias e comunidades inteiras, gera poluição e conflitos sociais produzidos em torno do embate de projetos entre grandes empresas e as pessoas que vivem no território (HENRIQUES; PORTO, 2015). Tudo isso traz impactos de naturezas diversas para as famílias atingidas. E no caso das mulheres, há ainda alguns fatores específicos, relacionados a seus afazeres socialmente atribuídos como o cuidado da casa, dos membros da família, no caso das mulheres que vivem em ambientes rurais, são elas que cuidam dos quintais e muitas vezes de todo o lote da família (enquanto o homem trabalha fora do lote ou pelo menos assume as ações externas a ele) e são as primeiras a notar a escassez de água (antes abundante), a poluição do ar, da água e os agravos de saúde, são elas que recebem as visitas e lidam com os técnicos e representantes da empresa na maior parte dos casos, entre outras.

Além da característica de trabalharem por longas jornadas e também em trabalhos

pesados, a chegada do empreendimento Minas-Rio alterou as possibilidades de trabalho destas mulheres e aumentou as dificuldades, as obrigando, por exemplo, a buscar e carregar água de outros locais diariamente (como faz Maria Carolina), cuidar de efeitos deletérios da mineração na saúde de membros da família, ter a lavoura comida por animais que antes não o faziam, entre outras.

Em Conceição, a chegada de 12.000 homens na fase de construção civil e de toda a alteração dos costumes e modos de vida representa grandes impactos para as mulheres. Além disso, a instalação de uma empresa mineradora não representa para elas a possibilidade de um emprego remunerado, como representa para os homens. De maneira que, mesmo quando a possibilidade de emprego de um membro da família pode trazer alguma melhoria econômica, as mulheres ainda sentem mais direta e rapidamente os impactos negativos das alterações produzidas, pois são elas que trabalham no lote e muitas vezes não chegam a administrar conjuntamente a renda recebida pelo membro empregado na mineração. Muitos dos relatos também apontam para o aumento da violência de modo geral e para o crescimento do sentimento de insegurança.

Em Conceição do Mato Dentro e região, nota-se também outra especificidade no caso das mulheres que é a grande participação e mobilização delas em torno das questões relacionadas aos impactos da grande mineração e da luta pelos direitos de todas as famílias afetadas. Possivelmente pelo fato de serem tão amplamente afetadas, em esferas diversas, que elas têm tido alta participação nos processos de resistência. O capítulo seguinte abordará este conjunto de aspectos mais detalhadamente.

CAPÍTULO 6. MULHERES DE CONCEIÇÃO E SEU PROCESSO DE REISITÊNCIA E PROTAGONISMO

Como partimos do pressuposto de valorização dos relatos das mulheres, trazer uma linha do tempo construída coletivamente por elas, nos parece um bom ponto de partida de retomada e reconstrução da história recente da região desde a chegada da grande mineração. A partir do I Encontro de Mulheres em Conceição do Mato Dentro, realizado nos dias 25, 26 e 27 de agosto de 2017 na comunidade de São José do Jassem, foi construída coletivamente uma linha do tempo, como uma das primeiras atividades do encontro, com os principais acontecimentos vividos na região. Ele foi organizado pelo MAM e contou com apoio da ONG Cáritas Brasileira, sede Conceição do Mato Dentro. E teve, ao longo de seus três dias de duração, a participação rotativa de cerca de 30 mulheres das comunidades: Jassém, Passa Sete, Água Quente, Sagrado Coração (Faustinos) e Arrudas. O encontro teve como eixo temático a questão da história (quem a conta e quem a constrói), sintetizado na consigna: “Somos todas herdeiras de luta, somos mulheres guerreiras”.

A partir dessa consigna, nos pareceu fundamental reconstruir uma breve linha do tempo a partir dos acontecimentos que as mulheres levantassem como importantes e que não estivessem necessariamente registrados na história oficial ou por recursos midiáticos e sim por elas mesmas. Vilma preparou alguns marcos temporais previamente e, na apresentação dos mesmos, ano a ano as mulheres pontuavam e escreviam seus próprios marcos. Ela quem preparou previamente a linha do tempo e quem conduziu a atividade. Foi escolhido o ano de 2005 como ponto de partida por ter sido o ano de determinação da Reserva da Biosfera do Espinhaço, enquanto marco importante de investimento na preservação e no turismo em Conceição do Mato Dentro e a região. Antes deste marco temporal, foi destacado o início do *boom* da mineração de 2003 a 2015, com pico em 2008.

Linha do Tempo

2005- Determinação da Reserva da Biosfera do Espinhaço.

2006- Chegada da empresa Borba Gato.

2007- Chegada da MMX (do empresário Eike Batista). Neste ano foram feitas várias perfurações para mapeamento e estudo da área, assim como mapeamento das nascentes.

2008 – Primeira Licença Prévia favorável à exploração mineral. Vilma destacou que o projeto foi o que teve mais condicionantes para ser aprovado. Preparação das máquinas e início da “destruição” e alteração da vida e da paisagem. Foi um dos anos expressivos do *boom* da mineração, o que aumentou a pressão feita pelas empresas e o interesse do governo brasileiro pela exploração mineral. Aumentando a pressão pelas concessões de exploração e as acelerando.

2009- Concessão da Licença de Instalação 1. O processo de licenciamento foi dividido em duas etapas para acelerar as instalações já que havia muitas condicionantes a serem cumpridas. Nesse ano, houve grande aumento do fluxo de pessoas em Conceição. Nenhum destaque foi feito para esse ano.

2010 – Concessão da Licença para instalação 2. Chegada de enorme quantidade de pessoas vindas de fora para a construção da planta de exploração, todas praticamente do sexo masculino. A partir desta chegada, Vilma destaca o aumento de número de mulheres grávidas (e de gravidez na adolescência), e o grupo complementa dizendo que as mulheres perderam liberdade de circulação e houve aumento da sensação de medo. Elas destacam, ainda, que nesse ano uma parte da obra de implantação rompeu e assoreou o rio Passa-Sete. Houve também a divulgação de uma lista de 45 famílias (apenas 3 comunidades) declaradas enquanto atingidas pela mineração (número muito inferior à quantidade real de famílias atingidas).

2011 – Publicação de estudo da Diversas, que contabilizava pelo menos 23 comunidades atingidas pela mineração. Nesse ano, foram instaladas caixas d’água e fossas na comunidade do Sagrado Coração, como uma das condicionantes que deveriam ser cumpridas pela Anglo American.

2012- Reuniões do REASA e presença do Ministério Público (por meio de audiências) em torno dos impactos e alterações vividas.

2013 – Denúncia de trabalho em condições análogas à escravidão com trabalhadores da Anglo e de terceirizadas. Autuação da Anglo American e terceirizadas, como a Tetra Tek, pelo Ministério Público do Trabalho por condições análogas à escravidão. Neste ano foi organizada uma viagem com algumas das mulheres de Conceição até o porto do Açú (RJ). Elas relataram a ida de maneira muito positiva.

2014- Licença de Operação (L.O.). Início de arrecadação de CEFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais). Vilma explica como funciona a arrecadação distribuída nas esferas federal, estadual e municipal, e que apenas os municípios em que são extraídos minérios são beneficiados. Mesmo afetados, os municípios de Alvorada de Minas, Dom Joaquim e outros do entorno, por exemplo, não recebem nenhum tipo de compensação financeira. E que para quem é atingido pela mineração a CEFEM não responde às necessidades. Nesse ano, foi também realizada audiência pública no município de Diamantina, MG, para votação da L.O.

2015- Em novembro de 2015, houve o rompimento da barragem de Fundão, na região de Mariana. Foi, também, um ano de mobilizações na região de Conceição do Mato Dentro. Foi feito um trancamento da rodovia MG 010 principalmente na comunidade do Sapo (com intervenção truculenta da polícia) em torno de questões variadas como falta de água, excesso de barulho entre outras; mobilizações na comunidade do Jassem em torno dos direitos em dezembro de 2015 e também neste mês foi realizada um curso de formação e

uma ação coordenada pelo MAM na região atingida pelo rompimento em Mariana, em que mulheres de Conceição participaram.

2016 – Em março desse ano foi realizada uma ação das mulheres da região sudeste do MST em parceria das mulheres do MAM, para denunciar o rompimento da barragem de Fundão, por meio da paralização de um dia da sede administrativa da Vale, da MG129 e da ferrovia operada pela Vale em Catas Altas, MG, no mesmo complexo minerário no qual rompeu a barragem do Fundão. Nesse ano, inúmeros acontecimentos foram destacados pelas mulheres. No final de agosto, houve manifestação das comunidades atingidas pela mineração, contando com a paralização de algumas horas da MG -010 em torno da reivindicação de asfaltamento da estrada (prometida pela Anglo American); foi realizado o primeiro encontro das Arpilheiras na comunidade do Jassem; houve articulação da comunidade e parceiras/os afim de anular a autorização concedida à Anglo American para instalação de sirene na comunidade do Jassem (dezembro de 2016) e a sirene teve de ser instalada no terreno da empresa; houve também o primeiro encontro de formação do coletivo de teatro da juventude.

2017 – Etapa 3, “a briga”. Diante da omissão do Estado e o acúmulo de irregularidades e precarização das condições de vida das comunidades, o acirramento se evidencia. Foi realizada intervenção da juventude em dia de audiência pública sobre etapa 3; processo de aprovação e tensionamentos em torno da etapa 3 de expansão da Anglo American, e acirramento da criminalização em torno das mobilizações em torno da mineração. Foi tocado no tema da perseguição e truculência com pessoas que lideravam as reivindicações a favor do cumprimento das condicionantes e de melhores condições de vida e a convivência com o medo da intimidação. Algumas falaram das pessoas perseguidas, principalmente pelo cancelamento da audiência da etapa 3, de pessoas que tiveram que se mudar de Conceição e outras que tiveram que mudar suas vidas.

Figura 4: Linha do tempo construída no I Encontro de Mulheres Atingidas pela Mineração (26/08/2018).

Fonte: autora

Durante o processo de construção dessa linha do tempo, fica evidente o histórico de lutas e mobilizações das famílias atingidas pela mineração em Conceição do Mato

dentro e região e das alterações vividas desde a implantação da grande mineração. Alterações que englobam tanto a chegada da empresa e seus processos de instalação e licenciamentos, quanto percepções cotidianas de consequências indiretas como aumento do fluxo de carros, chegada de trabalhadores externos (em sua grande maioria homens), aumento da quantidade de mulheres grávidas - especialmente no período de construção civil da planta de mineração (relacionado ao contingente de homens forasteiros que se mudam temporariamente para a região durante este período) - a sensação de medo das mulheres, aumento do custo de vida, entre outras. Ao observar a linha do tempo retratada na Figura 4, é notável também um aumento gradativo de mobilizações por meio do crescente de marcos enumerados com mobilizações realizadas pelas famílias atingidas na região. No debate, as mulheres destacam como a presença e a liderança delas esteve marcante na totalidade destes acontecimentos, o que evidencia como elas se veem enquanto ativas e também protagonistas nos acontecimentos e ações realizadas pelas comunidades.

Logo abaixo ao varal da linha do tempo, ainda observando a Figura 4, é possível visualizar painéis de arpilheiras em fase de elaboração e que tiveram sua confecção iniciada durante o encontro.

6.1. Arpilheiras, transgredindo a ordem, bordando histórias.

Uma das propostas de ações junto às mulheres que já estava prevista pela militância do MAM em Conceição do Mato Dentro era o de iniciar experiências de arpilheiras. A partir da bela definição dada por Violeta Parra “as arpilheiras são como canções que se pintam”, no I Encontro de Mulheres Atingidas pela Mineração de Conceição do Mato Dentro, foi trazida a proposta de confecção de painéis bordados, como maneira de disparar conversas, trocas, reflexões em torno do tema da mineração e da mobilização coletiva e também uma maneira de dar visibilidade e denunciar o que estava sendo vivido na região a partir da perspectiva das mulheres.

O projeto de arpilheiras foi inspirado pelo exemplo das mulheres chilenas, que no período da ditadura militar comandada por Augusto Pinochet (período de 1973 a 1990), passam a fazer do bordado, inicialmente meio de subsistência, uma maneira de denúncia e de estratégia simbólica para transformação da realidade vivida. Sob o apoio da Vicaría de Solidariedad, organização de defesa dos direitos humanos ligada à Igreja Católica e fortemente motivada pelo tema dxs desaparecidxs políticos. Iniciou-se em espaços cotidianos, como sótãos paroquiais, ou nas próprias casas onde as mulheres passaram a

se encontrar e a usar as oficinas de bordado não apenas como maneira de subsistência, mas como forma de contar suas histórias. Com retalhos e pedaços de panos, partes de roupas já gastas, ou de roupas das pessoas desaparecidas, as mulheres passam a transgredir a ordem e a denunciar. Bordando não apenas os inúmeros desaparecimentos de seus entes queridos, mas também os episódios de violência, de escassez de comida, violação de direitos, fechamento de fábricas, prisões políticas, assassinatos e paredões, das cozinhas coletivas, das crianças pedindo nas ruas, dos abusos dos militares. As arpilheiristas se juntavam, e, na invisibilidade dxs marginalizadxs pelo Estado, teciam seus relatos. Era também uma maneira de grito, desabafo aliado ao esforço de manter viva uma memória e de provocar mudanças na sociedade. Já naquele momento, muitos painéis percorreram o país e também foram essenciais para contar fora do Chile o que acontecia ali. E ficaram especialmente conhecidos na Europa (ZALIASNIK, 2010).

6.1.1. Arpilheiras em Conceição do Mato Dentro

A confecção de painéis de arpilheiras foi proposta na primeira formação de mulheres, na primeira ida a Conceição do Mato Dentro. A ideia inicial era a de que os painéis fossem produzidos por comunidade e estipulou-se junto às mulheres dois por comunidade. Confeccionaram painéis mulheres das comunidades: Água Quente, Passa Sete, Sapo, Cabeceira do Turvo, São José do Jassém, São José do Arrudas. Durante o período em que foram iniciados, até seu término para a exposição, na última ida, eles foram confeccionados pelas mulheres de maneiras distintas. Todos foram iniciados a partir da oficina na primeira formação de mulheres. Para isso, uma artesã de uma cidade vizinha esteve presente para ensinar a técnica. Neste dia também, foram pensadas as propostas para os painéis de maneira coletiva por comunidade. Algum tempo depois, no I encontro de mulheres atingidas pela mineração de Conceição do Mato Dentro, organizado pelo MAM, também houve um momento destinado à continuação da confecção dos painéis. Depois destes momentos, a maneira de dar seguimento aos painéis variou, algumas se reuniram para fazê-lo, outras fizeram nos momentos de reunião entre elas, uma o fez de modo individual. No total foram feitos 12 painéis, os quais foram expostos em uma primeira exposição na área externa da Casa de Cultura de Conceição do Mato Dentro, que se encontra na região central da cidade. Juntamente com a exposição, foi organizada uma roda de conversa para contar do trabalho das arpilleras e da presente pesquisa, como uma maneira de divulgar e abrir diálogo acerca dos impactos da mineração especialmente nas comunidades camponesas da região. Houve também um

café com quitutes regionais e uma feira de produtos locais.

Figura 5: Painel de exposição, sala com painéis e espaço para roda de conversa (Da esquerda para a direita)

Fonte: autora

As temáticas dos painéis giraram em torno das comunidades e seu cotidiano (as casas, os rios, pessoas, animais etc.) e também dos impactos da mineração e o medo de um possível rompimento de barragem, como o da Samarco. Os painéis realizados pelas mulheres da comunidade da Água Quente, por exemplo, eram os painéis que representavam a comunidade no presente e sob um possível rompimento. Mostrando o futuro como algo incerto. O texto que acompanhava os painéis trazia conteúdos de orgulho daquilo que se tem na comunidade, somado a dúvida quanto ao futuro e da “bomba rio acima”, como descreve o texto.

Figura 6: Painéis a comunidade da Água Santa no presente e num possível rompimento de barragem (da esquerda para a direita)

Fonte: autora

As mulheres da comunidade do São José do Jassem escolheram bordar os painéis

“do orgulho” e “do medo”. O primeiro representava suas características de vida, as belezas, a fauna, plantações, o rio limpo, casas e uma figura humana. Já no painel do medo, o cenário de rompimento, traz a lama no rio, as pessoas sendo vítimas, as cruzes simbolizando morte e destruição.

Figura 7: Painéis do orgulho e do medo (da esquerda para a direita)

Fonte: autora

No mesmo sentido, algumas mulheres representavam nos painéis a vida “antes da mineração” e “depois da mineração”, um deles trazia dizeres sobre “saudades dos velhos tempos”, confeccionado por mulheres da comunidade São José do Arrudas. Outro, também produzido por uma mulher da comunidade Água Quente, trazia a questão da poluição enquanto fator de impacto e diminuição das condições de vida. Nota-se o mapa do estado de Minas Gerais enquanto vítima da poluição gerada pela mineração.

Figura 8: Painéis “saudades dos velhos tempos” e “poluído”(da esquerda para a direita)

Fonte: autora

Ainda sob a mesma temática da vida com e sem, ou antes e depois da chegada da grande mineração, foram feitos os painéis das mulheres da comunidade Passa Sete. Destaco a consigna do MAM bordado em um deles “por um país soberano e sério, contra o saque dos nossos minérios”.

Figura 9: Painéis “Por um país soberano e sério, contra o saque dos nossos minérios” e “Poluição do rio” (da esquerda para a direita)

Fonte: autora

Vários painéis, quando representavam a mineração e seus efeitos mostravam o tema da poluição, peixes mortos, a água com cor turva e barrenta. Como nos painéis que se seguem, o primeiro retratando uma possível catástrofe como a ocorrida em Mariana e o segundo mostrando a vida sem a mineração.

Figura 10: Painéis situação de rompimento e vida antes da mineração (da esquerda para a direita)

Fonte: Autora

De maneira geral, é notável o contraste entre os painéis que trazem elementos da vida e do orgulho e os que trazem os impactos da mineração, incluindo o medo de rompimento. Há menos cores e as cores são menos vibrantes nos painéis que representam a chegada e os efeitos da mineração. Além das cores, a disposição e os tipos de elementos representados alteram-se. Há a presença de desordem, símbolos de cruzes, peixes boiando mortos, lama. Os painéis que retratam o orgulho, a vida antes, ou sem os impactos e riscos da mineração são mais harmônicos, detalhados, tem mais indícios de vida (pessoas, plantações, animais, flores, sol), as casas são coloridas e ordenadas. E estas distinções de cores, tecidos e elementos retratados foi proposital, foi algo planejado pelas mulheres durante os momentos de confecção em que estive presente. É notável também o desejo de viver bem, de ter acesso a água, de poder cultivar a terra, socializar, “ver os filhos crescerem” e “sonhar”, como dizem os trechos escritos por mulheres da comunidade Água Quente.

6.2. Relatos das mulheres e caracterização geral

A partir das idas a Conceição do Mato Dentro e de todo o material elaborado a partir das mesmas (observações, anotações em diário de campo, conversas e transcrições), foram identificados eixos temáticos que se distribuíram ao longo da presente pesquisa. A seguir, são contemplados os eixos que dizem respeito aos projetos das mulheres e comunidades atingidas e de como eles se contradizem e conflitam com os projetos da empresa e do capital; um eixo sobre o medo; um em torno do caráter de ganhos a partir do processo de resistências e outro sobre o protagonismo das mulheres. Todos os eixos que estão nos demais capítulos - e que dizem respeito às alterações com a chegada da mineração industrial e a inserção da Anglo American e do projeto Minas-Rio na região - possuem relação com o processo de resistência e mobilização das comunidades de Conceição. A partir do que defendem Bittencourt (2017) e Wanderley (2008), podemos afirmar que a conflitividade gerada em Conceição é algo próprio da chegada e implantação da mineradora em si. Este é o principal disparador, devido às inerentes contradições que traz consigo, enquanto materialização dos interesses do capital em um território. E é, a uma só vez, disparador de conflitos e impactos, como também de respostas de mobilização e resistência populares diante destes conflitos e impactos. As mulheres relatam que aos poucos vão se dando conta do antagonismo entre os planos das comunidades e os da mineradora, assim como das estratégias utilizadas por ela para dividir e convencer as famílias atingidas afim de terem de investir o mínimo possível no

cumprimento das condicionantes. E estas contradições, somadas aos efeitos da implantação de um empreendimento como o Minas-Rio também alimenta a resistência popular. Outro elemento importante é a presença de um movimento social que se proponha a coletivizar a luta e a mobilizar a região de maneira organizada. Estes dois elementos associados influenciam determinantemente os processos de resistência e lua popular.

Voltando-nos às mulheres, mais especificamente, vale retomar alguns pontos dos eixos temáticos sobre as alterações sofridas no modo de vida camponês e de como isto as afeta diretamente, já que são elas as principais responsáveis pelo cuidado do lote e da produção nos quintais, pelo cuidado dos membros da família, assim como os impactos de falta de água, poluição no geral, sentimento de insegurança as atinge de maneira bastante direta e estrutural. Elas estão constante e diretamente expostas ao ônus e não possuem, como os homens, a perspectiva de serem empregadas na mineradora ou em suas terceirizadas. É importante ressaltar que, mesmo que a participação feminina na mão-de-obra da mineração haja crescido, as moradoras das comunidades não são o perfil buscado (Quirino, 2015). Para estas mulheres, com baixa escolarização e modo de vida ligado ao campo, suas possibilidades de ter na mineração uma atividade remunerada é muito baixa e os empregos que lhe seriam ofertados seriam em condições precárias. Nenhuma das mulheres que participaram desta pesquisa estavam ou haviam sido empregadas na mineração ou em suas terceirizadas. Algumas me relataram que havia mulheres de algumas comunidades, como a do Sapo e Jassem, que aceitaram postos temporários e mal remunerados para capinar os entornos dos terrenos da Anglo próximos às suas comunidades. Elas entendiam que este trabalho era mais uma estratégia da Anglo para fortalecer sua hegemonia e influência nestas comunidades, já que para elas, este era um trabalho “sem sentido”. Luiza, completa, afirmando que “se for pra capinar, eu prefiro capinar pra mim!”.

No que diz respeito às questões de gênero e dos possíveis motivos do protagonismo feminino nos processos de resistência, os eixos a respeito dos projetos e da sensação de medo e insegurança, somado aos demais elementos já tratados, complementam a gama de possíveis disparadores materiais e subjetivos da resistência e luta das mulheres e, por isso, foram deixados para este momento, para serem tratado de maneira conjunta com as questões do protagonismo das mulheres.

6.2.1. Projeto do capital X Projeto das famílias.

“Um passado de lindas recordações. Um futuro indeciso. Onde vemos somente tristeza e dor.

*Uma bomba rio acima. Prestes a detonar.
E, mais uma vez, a comunidade se pergunta: até quando iremos viver e chorar?”*

Este trecho do pequeno texto escrito para ser exposto ao lado dos painéis de arpilheiras da comunidade de Água Quente, no dia da exposição na casa de cultura em Conceição do Mato Dentro, deixa bastante evidente a percepção das mulheres em relação a um futuro de dúvidas “tristeza e dor”. A “bomba rio acima” faz referência à barragem que está acima da comunidade e ao risco real de um possível rompimento.

Grandes distinções se dão entre os projetos que as pessoas têm para si, suas vidas, famílias e comunidades e o projeto que o capital (neste caso representado pela grande mineração) possui. É parte essencial de nossa saúde mental e de nossa riqueza subjetiva sermos capazes de projetar e planejar o futuro, fazer projetos de vida (que incluem fatores individuais, coletivos e muitas vezes sociais de maneira mais ampla). Esses projetos estão ligados à nossa vida concreta, ao chão que pisamos, por assim dizer, ao local onde se vive, com quem contamos, que tipo de atividades econômicas, culturais e de sociabilidade se produzem ali. São projetos repletos de nossa história pregressa, daquilo que podemos chamar de identidade enquanto “nosso lugar no mundo”, são planos perenes, com ideia de continuidade para gerações futuras. Projetos de vida. A todo momento, as famílias e as mulheres que conheci me contavam dos planos que tinham antes da chegada da mineração (de cuidar da roça, criar os filhos e garantir-lhes saúde estudos e melhores condições para viver e se desenvolverem, entre tantos outros) e das incertezas que vinham acompanhadas da inserção da Anglo American na região. Era constante a ideia de ruptura da vida como era e das incertezas geradas.

Estas incertezas baseiam-se na percepção da oposição entre os seus projetos e os do enorme empreendimento minerário. Os projetos da empresa são planos de exploração, de apropriação e dependência, de geração de riqueza e acumulação que não são e não serão repartidos de maneira justa aos que residem onde ela opera. São planos de lucro. Do capital. Que por sua essência serão contrários aos planos e projetos de vida das pessoas e territórios onde elas se instalam. E isto afeta concretamente suas vidas, como já foi relatado em trechos anteriores, e, também, tem reflexos subjetivos e na saúde mental. Martín-Baró (1984), ao falar da saúde mental, destaca o caráter relacional entre pessoas e grupos para além de um estado individual, mesmo que as dimensões do que é vivido possam se dar de maneiras distintas entre cada pessoa, a saúde mental é fruto de uma

trama de relações históricas. E, para o autor, as raízes da convivência social são um elemento central. Esta concepção de saúde mental é muito ilustrativa quando nos debruçamos sobre as mulheres de Conceição. Pois ela está relacionada para além das características ou possíveis síndromes individuais de cada uma, todas, por exemplo, relatam sentir medo, preocupação e algum tipo de ansiedade em relação ao futuro. Além disto, grande parte das alterações não se encontram sob sua esfera de escolhas e, mais do que isso, são contrárias aos projetos que tinham e alteram as raízes de suas convivências sociais. Isto repercute diretamente em sua saúde mental e em sua capacidade de dar continuidade a seu modo de vida.

Helenira e o esposo, por exemplo, tiveram de mudar-se de sua casa a contragosto devido às rachaduras causadas pelo mineroduto instalado a menos de 30m de sua moradia. Mas contam dos planos que tinham antes da mudança:

O casal me mostra as fotos de como era a casa deles, ainda em fase de construção e reforma. “Daquele tempo pra cá, a gente já tinha terminado nossa casa, não é não Vil?” , Vilma diz que achava que sim, afinal já fazia uns dois anos que estavam de aluguel. “E agora esse aluguel garante o que pra gente? Não garante nada, que isso não é nosso!” , fala Helenira, enquanto vejo as fotos da horta, do quintal com árvores frutíferas, dos animais que criavam (em uma foto tinham muitas galinhas, estimei cerca de 30 animais), havia também patos, leitões e outros animais domésticos. E perto da casa, dois lagos artificiais que continham peixes. Era lindo o espaço deles, muito bem cuidado e quando faço essa observação, Helenira diz que cuidava de tudo sozinha, porque Carlos trabalhava fora. Eles falam dos planos que tinham de construir um quiosque para poder receber turistas e também fazer um pequeno pesque-pague nos lagos (Trecho do D. C. referente à ida 2).

Com a mudança do casal para uma casa de aluguel, elxs deixam para trás seu modo de vida e seus planos para o futuro. O que xs motiva a sair de seu local é todo o processo de desgaste e insegurança gerado pelas rachaduras causadas pelo mineroduto, pela falta de água e todas as alterações em suas vidas a partir desses acontecimentos. Antes das rachaduras, todas as famílias que viviam próximas começaram a ter problemas com escassez de água potável, devido à poluição do córrego e secamento de nascentes, e foi iniciado um processo de negociação de abastecimento das famílias com água mineral e a possibilidade de construção de um poço artesiano. No caso de Helenira e Carlos, a situação agravou-se um tempo depois, com as rachaduras na casa causada pelos tremores do mineroduto. Além dos abalos e do receio de que a casa pudesse desabar e alguém se ferir, todo o processo de denúncia das rachaduras, a falta de água potável anterior, as

visitas e averiguações da Anglo American, as reuniões de negociação com representantes da empresa e de órgãos públicos, foi e continua sendo um processo bastante extenuante para as famílias, em especial para Helenira que esteve sempre a frente dele.

Vilma conta que o IBAMA fez um relatório nessa mesma época da visita que fizeram à nascente, e que relataram vários elementos sobre os impactos da mineração em Conceição, mas que, infelizmente, não houve muita repercussão concreta. Helenira relata que possui o relatório dessa visita do IBAMA e que ele é uma prova contra a empresa. E foi a partir daquele momento, que começou uma negociação para que a mineradora furasse um poço artesiano para as quatro famílias que vivam naquela localidade do sapo e que estavam sem água. “Naquela época, a gente só queria o poço”, mas a empresa se recusava a fazê-lo. E segundo ela, foi também nessa época que começaram a lhes oferecer o aluguel social, que a princípio foi negado, porque o casal defendia que se fosse garantido para elxs, teria que ser garantido para as quatro famílias que estavam lá. “Só que a gente não aguentava mais, entendeu Paula? Foram quatro meses deles dentro de casa dia e noite [se referindo a presença constante dos técnicos da empresa com cismógrafos e outros equipamentos para aferir os tremores e os danos causados em sua casa]” (sic). (Trecho do D. C. referente a ida 2).

Por fim, depois de meses de visitas incessantes de técnicos da empresa e do desgaste e mudanças que isto acarretava, Helenira e Carlos aceitaram se mudar. A empresa nunca comprou seu terreno ou ressarciu as perdas do casal e apenas os deslocou, impedindo que pudessem escolher seu local de moradia e os deixando em uma condição transitória e sem garantias. Helenira conta do dia de mudança, da insatisfação e da incompreensão dos representantes da empresa por suas relações de afeto e costumes:

No dia da mudança, “eu só chorava”. E depois de um processo de insistência por parte da empresa e desgaste do casal, eles aceitaram e a Anglo providenciou seus carros para levar as coisas de Helenira e Carlos. “Eles foram colocando as coisas no Jeep deles e eu só olhando”, me narrava ela. Em um certo ponto avisaram-lhes de que não poderiam levar nenhum dos animais no carro. Ela argumenta que se não pudesse levar pelo menos os cachorros e o papagaio, ela e Carlos também não iriam. Os funcionários lhe responderam que não poderiam transportar os animais nos carros da empresa. Helenira então ouviu a resposta, olhou para o funcionário e, sem dizer-lhe uma palavra, saiu da casa se dirigindo ao motorista que carregava sua mudança: “Moço, ei moço! Pode voltar com as minhas coisas todas que eu não vou mais” e, gesticulando para recompor a cena: “Vamos, pode descer tudo de volta!”. Nós ríamos da cena narrada. Helenira diz que o funcionário veio lhe perguntar o que ela estava fazendo e ela apenas repetia ao motorista “pode voltar com tudo, moço!”. Vendo que ela seria capaz de realmente mudar de ideia quanto a mudança, logo o funcionário concordou em levar os animais e foram todos no Jeep da Anglo, com cachorros e papagaio. E ela completa “fiz questão de levar todos os meus vasos de planta”.

Rimos todos um pouco mais. Carlos apenas afirma que “é verdade!”. Mas o casal conta também com pesar que perderam todos os outros animais, porque não era possível trazê-los para a cidade. (Trecho dos D. C. referente à ida 2).

É interessante notar como as divergências de perspectivas e modos de vida estão expressas nessa narrativa sobre o dia da mudança do casal. Como as plantas e os animais tinham, para Helenira, um valor que não era compreendido pelos representantes da Anglo American. Para eles, era apenas a mudança das coisas (móveis, utensílios, objetos no geral) e queriam fazê-lo da maneira mais rápida possível. Para ela, era o modo de vida que ela deixava para trás, e sob o choro, as plantas, animais e o pedaço de terra que ela cuidava e cultivava.

Helenira conta que quando chegaram na casa atual, estava tudo sujo. Era uma casa “dos peões da Anglo” que lhes foi entregue sem limpeza prévia. O próprio casal fez a faxina para poder se mudar. Quando fala desta casa, ela diz que é uma casa grande, mas que não é deles.

“Que que eu tenho aqui? Que segurança que eu tenho?”. E relata que algumas pessoas passaram a dizer equivocadamente que a Anglo tinha comprado móveis para o casal. Mas explica que: “tudo isso que está aqui nessa casa, estava na outra. Só que lá ficava tudo apertadinho, que a casa era pequena. Aqui fica tudo espalhado e parece que tem mais coisa, é ou não é Carlos? ”, ele reitera “É, veio tudo de lá!”. E contam que havia boatos de que até o carro que o casal trocou era a empresa que tinha dado para eles. “É que o povo gosta de falar...Você acha que eles iam dar essas coisas pra gente?” e reafirma que o que as famílias querem mesmo é a remoção. (Trecho dos D. C. referente à ida 2).

Ela conta também do processo de negociação e de como as propostas e prazos combinados foram alterados sem necessariamente ser acordados com o casal e das repercussões disto em suas vidas e planos, como segue em trechos de uma conversa gravada com ela em 27 de maio de 2017, na casa de sua sogra (Cora), vizinha a casa em que moravam antes do processo de realocação deles para a casa de alugada pela empresa:

Paula: faz quanto tempo que vocês saíram daqui Helenira?

Helenira: Tem dois anos. Faz dois anos agora dia 28 de abril.

Paula: nossa, tudo isso já?

Helenira: era pra ser seis meses né?!

Paula: era pra ser seis meses e vocês iam voltar?

Helenira: É, na verdade eles falaram que iam colocar a gente lá no aluguel seis meses até ver se arrumava o tremor e tal. Mas aí a conversa era pra gente voltar. Só que aí, na

época, a gente até falou com eles: a gente vai e tal. Em princípio eles falaram que iam levar tudo o que a gente tinha, os bichos, tudo né? Aí depois, que seria um sítio. E aí, depois com essa ideia que já não era um sítio mais, tinha que ser uma casa e a gente e tinha que se deslocar de onde que a gente estava para poder vir cá [se referindo a casa de origem deles]. Para cuidar do que ficou para trás.

Paula: Mas mudava tudo a vida de vocês!

Helenira: Mudou porque... você foi lá [referindo-se à casa temporária na cidade]! É um apartamento aquilo lá.

Paula: Uhum...e aqui você cuidava do quintal né? Tinha a roça...

Helenira: Do quintal e da Dona Cora, né?

Paula: tinha os amigos...

Helenira: É... porque igual hoje, os meninos [irmãos do esposo] não podem nem sair. Como que eles deixam uma senhora aqui de 73 anos sozinha?

[...]

Helenira: Se faz alguma coisa com ela [Cora]? Aí quando os meninos trabalhavam e saíam eu sempre ficava lá. Eu ficava lá na minha casa e vinha aqui olhar um pouquinho. Agora... complicou mais. Mas é isso que eu te falei: eu espero que seja de lá onde a gente estava para frente. E de lá onde eles estavam para frente. Não tem condições de ficar aqui mais [referindo-se à casa onde moravam atingida pelos tremores do mineroduto]. Para falar a verdade, Paulinha, eu perdi até o amor que eu tinha ali na minha casa. Tem hora que dá um sentimento ruim sabe?

Paula: uhum...

Helenira: Que a gente tinha tanto projeto, tanta coisa. E acabou tudo.

Paula: e foi uma coisa que interrompeu né?!

Helenira: Interrompeu tudo.

Paula: sem ser da vontade e do planejamento de vocês.

Helenira: É, uhum...

Os sentimentos de perda e de interrupção de seus planos e modo de vida ficam muito nítidos neste trecho da fala de Helenira. E é notável a dificuldade de poder planejar a nova vida, diante das mudanças de combinados que a empresa fez, sem consulta-los. A negociação parte do pressuposto de que o casal seria transferido provisoriamente (por seis meses) para um sítio, onde teriam condições de vida mais semelhantes às que tinham antes, e a partir do momento em que aceitam a mudança, as condições de lugar e tempo são alteradas.

Helenira, ainda nesta conversa (de 27 de maio de 2017) narra, também, a dificuldade de diálogo e entendimento com representantes da empresa e da luta para conseguir que seus direitos fossem minimamente atendidos. Estes relatos deixam evidentes a oposição entre os projetos das famílias e da empresa e de como os moradores das comunidades atingidas não são escutados de fato pela Anglo American. Soma-se a isso posicionamentos muitas vezes intransigentes e incoerentes aos combinados e acordos por parte da empresa.

Helenira: (...) Aí fizeram o poço. Quando passou um tempo, vieram entregar pra gente a proposta do poço artesiano (risos). Mas já com os tremores, entendeu? Aí já juntou as duas coisas, você entendeu? Aí eu falei: peraí, eu perguntei se essa água era pra nós, se o poço era pra nós, e vocês [representantes da Anglo American] falaram que era pra boi beber uei! Ele vai ficar pra boi beber! E isso, nessa reunião, o promotor veio. A coisa foi tão grave... é... ele teve que vir aqui! Aqui em casa, porque eles não podem fazer isso. A coisa estava extrapolando. Aí, tudo deles que a gente vai procurar eles pra falar, eles não gostam nem que fale tremor do mineroduto! Eles gostam que fale vibração. Toda vez que a gente ia procurar eles pra poder reclamar dos tremores, eles falavam sobre água. Eles falavam: “Não, mas o poço tá lá pra vocês! Não, o poço tá lá!” Aí nesse dia que estava o Ministério Público, a mesma situação. Ele falou assim: “Não, vocês tem que pegar a água!” Querendo empurrar pras famílias mesmo. Aí eu falei assim: Não, beleza. Eu pego a água, mas a água sua deve ser santa né? Porque na hora que a minha casa estiver tremendo eu pego a água e jogo nela! Quem sabe ela para de tremer!”

Paula: risos.

Helenira: Aí um promotor fez a mesma coisa que você tá fazendo aí [se referindo à minha risada]. Aí ele falou. Ele caiu pra dentro deles. Porque aí eu pego a água e tá resolvido o problema? E o tremor?

Paula: e a sua casa, tremendo?!

Helenira: Pois é! E eu no aluguel! Que nessa época eu já estava no aluguel. E esse lugar foi oferecido para os quatro [referindo-se às quatro famílias afetadas], só que eles se recusaram a dar uma ajuda de custo, porque na época...igual seu Antônio, como que ele vai sair com a família dele com dois filhos e vai viver lá de que? Igual eu tô hoje! Que situação! Eles não quiseram, eles recusaram. A única coisa que eles pagam nesse aluguel é água e luz, mais nada! Nem pergunta o que que você está passando, como é que você está lá.

Paula: do que que você trabalha...

Helenira: nada! Tem meses que não vejo assim eles para conversar mesmo, sobre o nosso caso. Ixi...para falar a verdade acho que já tem um ano já isso. Eles renovam o contrato lá da casa... E eu não sei. Eu sei que eles renovam de seis em seis meses. Tipo assim, vence... se renovaram em abril, vence em outubro. Quando vai chegando outubro eu e Carlos já ficamos loucos! E agora? Será que já renovou? Será que nós vamos ficar? Será que vamos sair? Será que nós vamos voltar? Então assim, isso vai acabando com a gente... por dentro...

Paula: Porque é só incerteza né?

Helenira: Ansiedade. E incerteza... Aí você vai falar que eles estão violando o nosso direito e eles dizem que não. E isso não é violação de direito não? (pausa) Teve épocas da gente ficar assim, doido! Parece que fica doido da cabeça com essas coisas.

Nesta última fala, Helenira evidencia a questão da saúde mental, enquanto um dos fatores diretamente afetados pela implantação do projeto Minas-Rio, e ainda o destaca enquanto um direito. A saúde enquanto direito. E de como, em especial a saúde mental, neste trecho, é afetada e invisibilizada por parte da empresa enquanto um fator de impacto e de violação de direito.

Na época em que realizamos essa conversa e até a data da última visita a Conceição (agosto de 2018), tanto Helenira quanto o esposo estavam desempregados. Antes, Carlos trabalhava na mineradora mas havia sido despedido. Ela acredita que Carlos foi desligado da Anglo devido aos enfrentamentos que estavam travando com a empresa no processo de denúncia e negociação do poço artesiano e posteriormente de realocação. Assim que o casal se mudou para a casa de aluguel social na zona urbana, ambos começaram a procurar emprego (antes Helenira cuidava da casa, das plantações e criação que o casal tinha, além de ajudar com os cuidados da sogra). Ela, por fim, conseguiu emprego em uma loja que vendia peças de maquinaria no andar debaixo da casa para onde se mudaram. E conta que, assim que a loja fechou um contrato com a Anglo American, suas relações de trabalho se fragilizaram. É importante salientar que a dimensão do trabalho na vida humana é primordial tanto para a produção e reprodução da vida, quanto para a saúde e desenvolvimento subjetivos. Para Martín-Baró (1984) o trabalho é a base do desenvolvimento humano e da personalidade e é fundamental para nossa realização e/ou fracasso. E as profundas alterações em relação ao trabalho são, portanto, sentidas material e subjetivamente.

Noto que a característica do local da casa de aluguel é mais comercial do que residencial, parece não haver outrxs moradorxs. Pergunto a Helenira se eles têm vizinhos. Ela diz que sim, dois, e que a parte de baixo da casa é uma loja de peças onde ela chegou a trabalhar depois que se mudaram, mas que “as coisas foram ficando meio estranhas depois que eles fecharam um contrato com a Anglo”. Porque ela diz que todos sabem de sua luta e sua posição de enfrentamento no que diz respeito a algumas posições e ações da empresa. Ela diz que uma vez postou no Facebook alguma denúncia em relação a mineradora e a esposa de um dos funcionários da empresa comentou sua postagem questionando como seria a qualidade de seu atendimento na loja já que ela era “contra a Anglo”. Helenira, contrariada, conta que lhe respondeu questionando: “pergunta para o seu marido quando foi que eu tratei ele mal” e completa para mim “eu sei separar as coisas”. E que aos poucos, depois desse contrato assinado com a Anglo American, os outros funcionários da loja foram mudando seu tratamento e pareciam não “confiar” mais nela. Como a situação de desconfiança e mudança no tratamento, ela achou melhor pedir demissão. E diz que até hoje o dono da loja “fica sem graça” e não olha direito para ela, “porque eles não tinham motivo para me mandar embora, entendeu?!” No momento, tanto ela quanto Carlos estão sem emprego. Porque Carlos trabalhava na mineradora e ela diz que “ele via as coisas lá, as coisas erradas que tinham também” e “como a gente começou a brigar, eles mandaram o Carlos embora!”. E agora eles não tinham mais a roça para ter produção de alimentos e animais. Estão se mantendo com o seguro desemprego e buscando outras alternativas de sustento. Helenira, em tom de desabafo, conta sobre como foi difícil para o casal todo esse processo de mudanças e que isso, inclusive, tem impactos sobre suas relações afetivas” (Trecho do DC referente à ida 2).

Nos trechos e entrevistas nota-se o processo de hegemonia que a empresa consolida. A ponto de colocar, não apenas o poder público a seu favor, mas também parte da população e do comércio da pequena cidade. Os enfrentamentos que Helenira e Carlos tiveram de fazer devido aos tremores em sua casa e ao não atendimento por parte da empresa de suas necessidades e direitos, fez com que o casal mudasse não apenas o local de moradia, mas toda a sua lógica de subsistência. Alteraram suas atividades produtivas e perderam empregos. Segundo Lara (2015), a chegada da Anglo American gerou uma alteração do caráter econômico e produtivo de Conceição do Mato Dentro (diminuindo, por exemplo, em volume e diversidade a produção agrícola acompanhado de um certo êxodo do campo para a cidade) assim como suas relações quanto ao mercado de trabalho e tipos de empregos. Estas mudanças econômicas e nas relações de trabalho tanto são qualitativas quanto quantitativas. A atração e fomento a setores ligados à mineração, somado aos grandes investimentos da empresa nos ramos de suas necessidades e interesses, leva a um processo de especialização econômica da região. As pessoas têm de se adaptar, veem mudados seus modos de vida e relações de trabalho. É possível notar

traços desta alteração nos relatos de Helenira e Carlos, por exemplo, com sua mudança do campo para a cidade, na busca por empregos e outras fontes de renda e, no caso do casal, há o agravamento de que elxs são ainda mais atingidos e expostos em decorrência aos seus processos de embate, negociação e denúncia em relação à Anglo American. Tanto Helenira quanto Carlos, sob o ponto de vista dela, perderam postos de trabalho devido à sua visível mobilização em busca de seus direitos frente à Anglo American. Helenira relata também as constantes visitas de representantes da R.C.C. na loja em que trabalhava, em horário de trabalho, para tratar de temas referente às negociações em relação aos impactos do mineroduto. Ela avalia que essas situações de exposição e constrangimento público em seu local de trabalho a prejudicaram.

Há ainda, outras facetas da exposição das pessoas que apresentam resistência. As próprias relações pessoais também são afetadas, devido ao ambiente de constantes mudanças, conflitos, negociações. Helenira conta, por exemplo, que começaram a dizer que o carro do casal ou que os móveis que trouxeram da casa no Sapo foram dados pela empresa. Ao sair de uma comunidade pequena, cercada por familiares, o casal se vê em pouco tempo em um novo lugar, sob outras (e precárias) condições de trabalho e sob olhares e comentários e exposição. Isto sem mencionar as ameaças sofridas por Helenira após o cancelamento da audiência pública para a expansão da etapa 3, em abril de 2017.

Ainda sobre os impactos sobre a vida e as relações e dinâmicas familiares, Acotirene, da comunidade Sagrado Coração de Jesus conta que já não encontra mais a mãe com a frequência de antes:

Pergunto a Acotirene se ela sempre morou ali. Ela diz que é da comunidade da Água Santa (lugar onde atualmente está alocada a mina) e que veio para cá quando se casou. Vilma me explica que as pessoas da Água Santa foram reassentadas logo no início do processo. Me lembro dela ter me contado, de ter mencionado algo de que a água de lá era considerada “santa” e com propriedades curativas e por isso o nome da comunidade. Me lembro do relato dela de uma senhora já bastante idosa que tinha sido enganada no processo de reassentamento e da tristeza dela em deixar sua casa para ir a um lugar incerto. Pergunto para Acotirene de sua família, se ainda tinha alguém lá quando a Anglo se instalou e ela diz que apenas sua mãe morava lá e que foi reassentada perto da cidade (Conceição). Lhe indago sobre os locais de reassentamento, se cada família foi reassentada em um lugar diferente ou se foram mantidas próximas e elas dizem que cada um foi pra um lugar diferente. Dissolvendo a convivência coletiva cotidiana das famílias que cresceram e moraram próximas por tantos anos. Acotirene fala que antes via sua mãe todo final de semana e que depois da mudança da mãe, ela deixou de fazer as visitas semanais. Diz que já faz tempo que não visita a mãe. Tenta lembrar e consulta uma das filhas que estava a seu lado no sofá, fazem contas breves e concluem que já

vai fazer 2 anos que foram da última vez. Acotirene lamenta “toda semana eu via ela” e me explica que antes ia caminhando até a casa da mãe.

Estas mudanças na vida e nas relações afetivas, atingem diretamente o sentimento de pertencimento e os planos futuros em relação ao lugar em que moram. Carlos e o irmão também relataram o quanto os costumes de festas e encontros entre as comunidades ficaram cada vez mais escassos devido às remoções de comunidades e do sentimento de empobrecimento que isto gerava. Helenira diz que já não se via mais na casa atingida pelo mineroduto. Assim, tanto o presente das pessoas afetadas quanto suas perspectivas e planos futuros vão se alterando em grande velocidade.

Martín-Baró (1984), afirma que a deterioração profunda das relações e convivências sociais, já é, por si só, um grave transtorno social. E em relação ao contexto de guerra ao qual o autor se volta, afirma que este grande transtorno social é gerado na medida em que as pessoas perdem a qualidade de amar, trabalhar juntxs e perdem possibilidades de afirmar sua identidade, peculiaridades e de ter voz para contar e afirmar sua história e de seu povo. Não podemos fazer um paralelo direto entre guerra e situação de mineração, mas são profundas e abruptas as alterações das relações sociais e suas configurações de trabalho conjunto e de poderem afirmar sua identidade e afirmar sua história. Diversas práticas de vida, trabalho e de convívio social foram amplamente atingidas e algumas delas desfeitas. E este grande efeito social tem também sua repercussão no nível individual.

Na última ida a campo, em agosto de 2018, por exemplo, Luiza conta, com muita tristeza, da perda recente de um de seus irmãos por enforcamento. Ele entrou na mata, próxima de onde moravam e cometeu suicídio. Foi encontrado dias depois, muito deteriorado. No momento em que Luiza me conta, ela diz que a família ainda se recuperava aos poucos. Este irmão era morador da comunidade de Água Santa e foi realocado para uma casa na cidade logo no início do processo de chegada da mineração.

Luiza me diz que no mesmo mês em que eles mudaram de casa e saíram da roça que tinham, o irmão tomou veneno. Quando pergunto, ela diz que ele nunca havia tentado suicídio antes. Nesta primeira ocasião, anos atrás, logo após a mudança da família da comunidade para a cidade, a dosagem de veneno não tinha sido suficiente para tirar-lhe a vida. Luiza conta que este irmão também “começou a beber depois que se mudou”, se referindo a um uso abusivo de álcool. E conta que ele, assim como ela, sentia falta da “irmandade” e que queria “viver como antes”. “A gente era tudo unido, sabe? Era um na casa do outro

sempre”. As relações familiares também geravam muitas vezes relações de trabalho, mesmo que temporários e quando o irmão se mudou para a cidade, perdeu sua irmandade e também seus locais e rede de trabalhos. O irmão de Luiza fazia bicos nas terras de fazendeiros, a família tinha produção coletiva em seu lote e confeccionavam e vendiam balaços. Luiza conta que com o dinheiro que receberam para a realocação, compraram uma casa (que precisava de reforma) na área urbana e o dinheiro restante foi muito pouco para que a família pudesse se reestabelecer. E completa: “não foi só esse irmão não, todos os que foram para a cidade estão num desespero só”. “E agora o meu sobrinho diz que quer morrer no mesmo lugar que o pai”.

Fica muito evidente nos relatos delas, como o modo de vida e os projetos futuros são alterados devido aos impactos gerados pelo empreendimento Minas-Rio. A alteração dos costumes, da proximidade com familiares e amigxs, os modos de trabalho e de sobrevivência das famílias faz com que, muitas vezes, o futuro pareça algo incerto e não corresponda com os projetos que tinham anteriormente. O uso abusivo de álcool e o suicídio do irmão, que Luiza relaciona ao “desespero” a partir das mudanças e decorrente falta de perspectiva dele, também podem estar ligados à questão das alterações nos modos de vida e daquilo que se torna possível projetar para a mesma.

Há outras mudanças que se dão no modo de sociabilidade e geram dificuldades para as famílias em se adaptar às novas condições. Luiza conta, ainda, da família de outro irmão, que morava em uma das primeiras comunidades a ser realocada pela mineradora.

Luiza contou como a mineradora negociou e comprou a casa e de como o irmão, sua esposa e filhos gastaram muito rapidamente todo o dinheiro que receberam. Disse que a mineradora pagou “bom preço” e a família se mudou para um local na periferia urbana, mas que eles gastaram em carros, motos e muitas referentes aos mesmos. Agora estavam numa condição financeira pior do que antes da negociação. E observa que processos semelhantes se deram com outras famílias. Nas palavras dela: “no fim, gastaram assim em besteira e perderam tudo muito rápido. Agora não tem nem um quintal pra plantar... e antes tinha...” (Trecho dos DC referente à visita 1).

Em conversa com Luiza, ela sintetiza o modo como vê as mudanças:

Paula: e uma coisa que eu aprendi com vocês, é que não é só a vida de cada um e de cada família. É a vida toda. É da árvore, do rio, dos bichos que se cria, da hortinha que se cria, que é de toda essa vida, que muda né?

Luiza: É toda essa vida. Toda. Então, se a gente faz uma mudança, até você criar uma nova raiz, que aquela pedra crie um lodo, você já pingou vários pingos de suor de novo.

E talvez daquele suor, você nem vai comer mais, você nem vai utilizar dele mais, porque o seu primeiro você já perdeu. Você já está com um novo, um segundo suor, ou terceiro, ou quarto que está pingando. Então aqueles últimos pingos, você nem sabe se vai utilizar deles porque só Deus é que sabe, às vezes, da vida de cada um de nós.

Paula: e o que que vocês acham assim que é o impacto maior assim dessas mudanças todas?

Luiza: o impacto todo que eu acho é que se não houvesse mineração aqui, nós éramos pessoas como antigamente nós éramos. Paz, ter a paz, ter...tranquilidade. Ter saúde! Que hoje em dia a saúde de todo mundo vai embora.

(Trecho transcrito de conversa gravada em agosto de 2018)

A alteração nas condições de vida e nos projetos futuros podem também ter relação com a resistência das mulheres, que se veem compelidas a agir, denunciar e se organizar para lutar por melhores condições de vida para elas, suas famílias e comunidades. Por uma questão muito concreta de sobrevivência. São tantos os impactos sobre os modos de vida e são tantas as dúvidas em relação ao futuro, com a sensação de perda e de piora, que a resistência e mobilização conjunta se tornam algo presente em suas vidas. Helenira relata mais à frente, sobre quando fala dos processos de resistência de seu sentimento de ganhar força e realizar coisas que não imaginava que seria capaz.

Outra dimensão cotidiana e que surgiu com muita expressividade e que se relaciona, também, com os projetos futuros é o sentimento de medo.

6.2.2. O medo

A dimensão do sentimento do medo constante das famílias foi algo que chamou muita atenção. Medo em relação a um rompimento da barragem, como o da Samarco, algo possível devido ao modelo de atuação das empresas e da inação do poder público; medo em relação ao futuro diante das profundas e variadas alterações vividas e a insegurança do que virá. Em algumas situações, medo de sofrer perseguições e retaliações vindas tanto da empresa quanto de pessoas pró-mineração no geral, medo em relação às condições de segurança gerais devido ao aumento repentino de Conceição e a perda do sentimento de conhecer as pessoas da cidade.

Como uma das mulheres disse na formação da primeira ida a campo: “*um dos problemas é a água, mas não é só isso...tem também a falta de lenha e principalmente o medo de desabar igual lá*”. No relato de uma das famílias residente na comunidade do Sagrado Coração de Jesus, o medo do rompimento se fazia lembrar concretamente:

A família de Nísea me conta das sirenes, que não faz muito tempo, foram instaladas pela Anglo em 4 pontos da comunidade. Elas geraram insegurança e desconforto. Alguns eram contra a instalação, pois tinham a sensação de que de nada adiantaria que as sirenes soassem no caso de um rompimento da barragem (estavam tão próximas, será que daria tempo de sair correndo?) e a marca da ameaça estaria ali presente fisicamente. Outros eram a favor porque já que existia o risco, melhor que as famílias tivessem alguma maneira de serem avisadas. Era também uma maneira de fazer a empresa cumprir com as condicionantes. Para a instalação das sirenes, foram feitas visitas de representantes da empresa, fato que gerou ambiguidades e desconfortos. Opiniões distintas. O esposo de Nísea me conta que sua irmã morava em Bento Rodrigues e que no dia do rompimento, eles tentavam entrar em contato e não conseguiam falar com ela. A aflição em não saber se a família estava bem permaneceu por alguns dias. E agora era a família deles que vivia sob a ameaça constante de ter o mesmo destino de Bento Rodrigues. E as sirenes lá, estáticas e silenciosas. Até quando? (Trecho dos D.C. referente à ida 2).

Nesse caso, a presença de sirenes em quatro pontos da comunidade era um lembrete físico e constante de que o medo que sentiam era real. Viver com as sirenes com a proximidade e dimensão do desastre em Mariana, tornava o medo ainda mais legítimo e concreto. Nada que remeta a medidas de segurança serão tomadas de maneira inerte com a lembrança e a sombra do desastre de Fundão tão próximas (em tempo e espaço).

“Como é que a gente dorme agora em época de chuva? A gente não dorme não.” E eu pensava, em época de chuva, porque? Era de medo de romper a barragem. Enquanto falávamos sobre isso durante a confecção dos painéis, percebo que todas ali presentes conviviam com essa possibilidade. Todas já tinham imaginado como seria, se daria tempo de se salvar, o que fariam, correriam para o lugar mais alto, talvez a igreja não fosse atingida pela lama e a preocupação com o restante da família e da comunidade. E sua tranquilidade e noites de sono ocupadas do perigo real. Tão real quanto Bento Rodrigues. (Trecho dos D.C. referente à ida 3).

Nas atividades bordando os painéis de arpilheiras, noto que todas as mulheres, sem exceção, consideravam a possibilidade de rompimento como algo concreto. Todas já imaginaram, mais de uma vez, o que fariam, que rota tomariam, até onde avançaria a onda de lama, por onde poderiam escapar e correr com suas famílias. Todas tinham suas estratégias imaginárias em uma situação de rompimento e conversaram sobre isso durante a confecção dos painéis. O pequeno texto produzido por representantes da comunidade da Água Quente para ser apresentado junto ao painel que elas expuseram, traz também as nuances deste sentimento:

“Comunidade Água Quente

Um vilarejo pequenino, mas com grandes histórias. Pessoas simples, de boas memórias.

Um passado de lindas recordações. Um futuro indeciso. Onde vemos somente tristeza e dor.

Uma bomba rio acima. Prestes a detonar.

E, mais uma vez, a comunidade se pergunta: até quando iremos viver e chorar?

Queremos paz em outro lugar.

Queremos dormir,

E poder acordar.

Sonhar e realizar.

Ver nossos filhos crescerem

E com tranquilidade viver.

Peço a Deus pra nos iluminar”

E ao lado, em letras coloridas e destacadas: *“pedimos socorro, queremos viver!”*

Vale ressaltar que o medo do rompimento é um medo com base extremamente real. Claramente marcado pelo rompimento de Fundão em Mariana, mas não apenas. Já que, como afirma autores como Mansur et al (2016) e Santos e Wanderley (2016), os rompimentos aumentaram no Brasil e no mundo e fazem parte do processo de implementação e falta de regulação e das medidas necessárias. Além disto, a impunidade alimenta a cadeia destrutiva que envolve a grande mineração no Brasil, e as mulheres de Conceição viviam o medo e presenciavam as impunidades e irregularidades do projeto Minas-Rio de maneira muito próxima. As irregularidades vistas por elas eram um indício de que possivelmente as barragens não estivessem seguras, já que tantas outras medidas não eram cumpridas.

Luiza, na comunidade do Passa Sete, vive o mesmo medo do rompimento e junto a ele, outros medos e inseguranças. Assim como identifica outros impactos da mineração, sentidos como perda na qualidade de suas condições de vida de maneira geral.

Luiza:(...) A respiração só ruim, hoje existe gripe que não sara. É dor de cabeça quase direto, é pressão alta porque todo mundo fica pensando de perder a vida, perder os filhos, perder por qualquer hora... então é muita complicação hoje. Hoje a vida da gente está pior do que de quem mora na cidade. A gente não tem uma segurança na roça, se tiver uma pessoa que venha fazer um roubo ou um trem assim você sabe que vai morrer ou vai ficar ali amarrado para sempre, porque a gente não tem justiça na roça. E a nossa roça ficou mais perigosa do que uma cidade, porque na cidade, tem a justiça ali que você pode estar ligando e eles vão te atender na hora certa e na roça, se é duas pessoas ali, se um

assaltante chega e amarra uma pessoa ou amarra os dois ali, quem é que vai atender? Ninguém!

Paula: Mas isso dos assaltos aumentou também?

Luiza: A gente tem muito, muito, muito. A roça hoje está muito perigosa.

Paula: Por que?

Luiza: Eu acho assim, porque o movimento cresceu mais. De pessoas assim, estranhas...né? igual assim, Conceição do Mato Dentro, gente, tem pessoas mais estranhas do que gente conhecida. Hoje em dia, é uma possibilidade que você não pode ficar no ponto de ônibus mais, porque você não vê pessoas amigas no ponto de ônibus mais.

Paula: Porque antes você conhecia todo mundo...

Luiza: Antes você entrava num ônibus aí, você entrava e só via pessoa amiga. Hoje você não vê, gente! Hoje você só vê pessoas estranhas. Mudaram até isso. A sobrevivência do interior, a gente não tem mais aquela possibilidade nem de dormir tranquila mais. A gente perdeu isso. Até o sono da gente.

Paula: O que que tira seu sono?

Luiza: Ah, o que tira o sono da gente é preocupação demais! Você ouve um barulho e já acha que é gente que está chegando na sua casa. E... é ruído, é estrondo e... você pensando que a barragem já está estourando. De que está tudo descendo, pra acabar com a gente. Então isso aí, acabou a nossa vida.

Paula: tem muito estrondo, muito barulho?

Luiza: Muito estrondo! A semana passada mesmo, acho que foi quinta feira, um dia desses aí. Teve um estrondo, acho que soltou lá em São Sebastião do Bom Sucesso, tiveram três estrondos encarriados. Eu estava capinando roça e até a terra tremeu!

Paula: nossa!

Luiza: Olha a distância que eu estou! São Sebastião tá lá, né? Olha a distância que é! E o estrondo foi encarriado com um barulhão assim (tó, tó, tó, tó), como se fosse estourando a pedra ou rolando ela e ela batendo na outra e aquele barulho de uma pedra batendo na outra assim! E eu estava capinando aqui na roça e senti que a terra estava até tremendo com aquele barulhão. Então a gente não tem mais sossego, você está trabalhando e você já acha que é um pedaço do céu que está caindo perto d'ocê, com a seca, com o sol, sem chuva, sem nada. Então, acabou a tranquilidade até de estar no serviço bem tranquilo trabalhando, porque na mesma hora que você está trabalhando, você ouve um estrondo. Meu Deus, será que isso é água? Será que isso está acontecendo

alguma coisa na barragem? Será que esse estrondo prejudicou algum amigo da gente? Porque Sebastião do Bom Sucesso existe muita família minha. Será que está todo mundo bem lá? Coitada, tanta criança, será que estão conseguindo dormir com esses estrondos? Com esse tremedor?

Chama a atenção nos relatos o pressuposto do rompimento como algo muito concreto. A barragem já estourando. A preocupação consigo, mas também com pessoas que estão em risco em outros lugares. Possibilidade real e que Luiza e as outras mulheres (e suas famílias), em especial as que moram nas comunidades a jusante da barragem vivem como realidade. A dimensão do sono enquanto algo essencial para a saúde humana, e também algo que está relacionado a uma certa condição de paz e tranquilidade ficam mais uma vez evidentes. E se relaciona com o que Helenira relaciona a uma violação nos direitos das famílias em terem sua saúde mental preservada, assim como condições de vida mais seguras e dignas.

Em relação aos ruídos e estrondos constantes (a sensação descrita por Luiza como “um pedaço do céu caindo perto d’ocê”) eles são desconsiderados nos relatórios de impactos realizados sob encargo da Anglo American, uma vez que não há monitoramento de ruídos e vibrações na comunidade do Passa Sete. De acordo com entrevistas realizadas pelo GESTA (2011), inúmerxs moradorxs dessa comunidade (a mesma de Luiza) relataram barulhos constantes de máquinas e explosões, em especial no período da noite. O levantamento realizado demonstra ainda como são consideradas apenas as declarações de representantes da empresa em detrimento aos depoimentos de moradorxs, mascarando os impactos e deslegitimando as comunidades.

Além da barragem, há outros medos e inseguranças que têm relação com as alterações vividas. Que mudam a sociabilidade e trazem dúvidas. Como no relato de Helenira, do medo que sentia sua mãe ao visita-la a ponto de não querer dormir na casa, assim como outros efeitos dos tremores do mineroduto:

Eu lhes pergunto se tremia por horas seguidas (não fazia ideia de como era um mineroduto em funcionamento) e elxs me respondem que era o tempo todo, ininterruptamente. “Pra você ver né, minha mãe, a Vilma conhece minha mãe né Vil?” – Vilma concorda. “Então, quando a minha mãe foi em casa não dormia lá dentro não, não é Carlos?” (sic), ele confirma. Helenira fala que sua mãe tinha medo de dormir dentro da casa por causa dos tremores, de lhe cair uma telha ou algo assim enquanto dormia. Ela pede que Carlos procure os vídeos que eles fizeram pelo celular da casa tremendo. Ele encontra e me mostram um dos vídeos que possuem. Vejo um close da porta de madeira tremendo contra a parede, como se passasse um trem bem perto (dava para ouvir

o barulho compassado “ta-ta-ta-ta-ta”), mas o trem não estava só de passagem. O tremor era constante. Dia e noite, ininterrupto. (Trecho dos D. C. referente à ida 1).

E de Luiza sobre aspectos mais gerais:

Paula: as crianças também, né?

Luiza: Nossa Senhora! As crianças, eles tão sofrendo demais, gente. Já pensou nas crianças que estão, nas que vieram e nas que estão para vir. Nas que estão para vir, eu acho que... dentro de um sentido, eu acho que... vão sofrer muito mais que a gente que já é vivido. As que vem, vão sofrer muito mais.

Paula: por que você acha Luiza?

Luiza: eu acho assim que as condições de vida vão ficar mais difíceis. A possibilidade dos filhos terem um lazer, vai ficar difícil. Eu acho que até os estudos, o estudo aqui para nós aqui com a mineração que existe, vai ficar mais difícil pra gente.

Paula: por quê?

Luiza: ah, porque eu acho assim que as escolas hoje, ela... por exemplo, se vem um carro da escola aqui, as mães já ficam pensando: Meu Deus, eu por meus meninos a essa distância nessa escola?! Com esse tanto de carreta, esse tanto de caminhão na estrada... será que meu menino vai viver? Será que vai ter vida? Aí eu acho que vou por nessa tal escola, que vai ajudar a gente mais, que vai ter menos distância de correr risco de vida. Então hoje a gente pensa até nisso! Eu penso assim, que se eu tivesse um filho hoje, do jeito que está aí a nossa estrada real, a nossa MG-010, com essas máquinas atravessando, carretas assim... nossa, eu acho que eu já estava até doida! Eu ficava pedindo a Deus todos os dias para que Gioconda se formasse depressa. E assim, eu não penso só nela. Hoje, tem tanta criança que está estudando em São José do Arrudas, Itaponhacanga, enfrentando carreta. Dependendo da hora gente, as carretas, elas entram numa mão e entram na contra-mão.

Paula: Nossa...

Luiza: a gente vê assim...

Paula: e tem muito atropelamento?

Luiza: Ah, muito atropelamento!

Paula: e já teve criança atropelada Luiza?

Luiza: Assim, é... dentro assim do lugar da gente já tiveram várias batidas. Mas nunca chegou a morrer. Mas tem muito atropelamento de ônibus, de carro... é, assim, corre

muito risco. Hoje, você não pode mais andar a pé dentro da estrada real porque você está vendo que vai morrer. Os carros né? Meus Deus! Não tem onde você desviar. A gente fica no ponto de ônibus, Nossa Senhora! O vento dos carros carrega você, porque passa um atrás do outro. Quando você acha que está livre, vem o outro. Então você imagina hoje! E para frente, que a mineradora vai aumentar muito mais. Imagina uma mãe de família com seus filhos em uma escola distante, até saber a hora que ele chega em casa, não sabe nem se ele vai chegar com vida. Porque as estradas hoje são só dos grandões, nós, que somos pequenininhos, vão abaixo mesmo. Moto, né, igual... é muito difícil hoje. Hoje já ninguém mais anda a pé. Antigamente a gente ia pro Sapo de São Sebastião do Bom Sucesso, ia no Jassém... ia em Itaponhacanga a pé! Podia ir. Podia ir tranquilo, até os velhinhos se quisessem. Hoje já ninguém vai mais. Até a cavalo, né? Meu marido tem aí o cavalo, mas não pode mais ir com ele, por que? Os carros passam e desviam já quase em cima do animal, o animal assusta aí e acaba jogando ele debaixo do carro e periga de morrer. Então o que fazer? Não andar mais na estrada.

Paula: E vai ficando isolado, né.

Luiza: e vai ficando só no isolado. Então nós hoje, vamos chegar em um tempo assim, em que a nossa possibilidade vai acabar mesmo. Só os carros dos grandões que vão andar e nós vamos sobrar mesmo. Nós não vamos ter mais possibilidade, as crianças não vão ter mais possibilidade. Eu já fico pensando assim em mim, em meus filhos. Jamais que a gente tem possibilidade de ficar em um ponto sozinha, sem uma pessoa, sem um homem mais velho, só que hoje corre risco até com homem. Mas imagina umas crianças em um ponto de ônibus esperando um escolar?! Que não tem possibilidade de ir na porta de cada um e buscar, e ficar em ponto de ônibus esperando com carro de empresa passando 24 horas. Isso não é vida para uma mãe não.

Paula: A segurança mudou muito né?

Luiza: A segurança mudou. E a gente não tem justiça. Eu falo mesmo, a gente hoje não tem justiça que olhe os pobres não.

Paula: por que?

Luiza: Os pobres hoje, ficaram muito desvalidos.

Paula: você tinha até falado de promotor e juiz...

Luiza: Conceição do Mato Dentro gente, ela tinha prefeito bom, ela tinha justiça que olhava. Hoje a gente não tem mais não. A gente não tem mais justiça, não tem mais prefeito, a gente não tem mais... se a gente quiser fazer uma reclamação agora, agora... do que ocorre, vai falar com quem? Está lá, a porta do promotor fechada. Falar com

quem? Então, quem vai sofrer, se tem uma criança que está ali, se sofreu um acidente e depender do promotor, vai ficar a vida toda ali chorando e vai reclamar com quem? Vai levar para justiça de quem? Sendo que a nossa cidade, ela está desvalida. Então isso tudo acabou pra gente.

(Entrevista gravada na última ida a campo)

A dúvida em relação ao futuro e a perspectiva de que as condições de vida decairão, de que “as crianças que vem vão sofrer mais” revelam a preocupação que Luiza e outras mulheres vivenciavam. Ressalta-se, em adição, o sentimento de insegurança, isolamento, aumento das dificuldades e dos riscos, assim como o sentimento de estar desamparadas pelo poder público diante das mudanças. Todas essas podem ser consideradas situações de exposição à violências. Há diversas facetas que podem se enquadrar como situações de violência causadas pelos impactos da mineração, para além das citadas, como a vivência de medo e insegurança, dos atropelamentos e da dificuldade de circulação, as remoções de famílias, alterações dos projetos de vida, aumento da violência na cidade, perseguição e exposição das famílias e lideranças, entre outras. Nessa trama, a empresa atua sob diversas esferas, tanto no que diz respeito a seus funcionários e esquemas de segurança e vigília do território, quanto por meio de influência nas esferas políticas e de representantes do poder público. Além dos relatos das mulheres, Bittencourt (2017), também afirma o aumento da conflitividade e da violência a partir do chegada da Anglo American e da inserção de Conceição do Mato Dentro na rede produtiva global do ferro.

Segundo ZOURI et al (2014), é possível verificar aumento dos casos de violência em Conceição após a implantação da mineração, e comparando 2001 e 2009 (ano de concessão da Licença de Instalação do empreendimento), houve aumento de 36,8% no número médio de crimes ocorridos por ano. O aumento da circulação de pessoas e precarização das condições de vida, de trabalho e sociabilidade também se relacionam ao aumento do tráfico de substâncias ilícitas na região, tendo sido registrado aumento nas ocorrências policiais devido ao tráfico de drogas, no mesmo período. Outro dado levantado e que corrobora o sentimento descrito pelas mulheres de aumento da insegurança e do medo, foi o aumento também de ocorrências de uso de armas de fogo em assaltos. De 2010 a 2013 também aumentou a quantidade de denúncias de violência contra a mulher, mais do que dobrando de 2010 (27 denúncias) para 2012 (71 denúncias). Soma-se ao aumento dos índices de violência, a criminalização da luta popular alimentada pela Anglo American e seu processo de construção de um certo consenso pró-mineração.

Helenira, por exemplo, sofreu ameaças e constrangimentos dos mais variados. Após o cancelamento da audiência relacionada à etapa 3, ela relata que passou a receber olhares e reprimendas em lugares públicos como ponto de ônibus, mercados, ou na rua. Além disso receberam um bilhete em sua casa que os ameaçava de “estar de olho” e “etapa 3 sim!”. Além disso, pessoas desconhecidas passaram a procurar ela e Carlos na antiga casa na comunidade do Sapo e ela conta, também, que um fazendeiro lhe abordou em uma via pública lhe questionando se ela teria seguro de vida e que, caso não tivesse, seria bom que ela considerasse fazer um.

E mesmo representantes e instituições públicas, muitas vezes, não representam para elas segurança ou algo com o qual elas possam de fato contar em sua proteção e de seus direitos. Em uma conversa com Luiza, ela contou sobre um promotor que havia sido deslocado para Conceição e que as famílias estavam avaliando muito positivamente seu trabalho, mas que assim que ele começou a “fazer as coisas por nós, ele foi transferido para outro lugar”.

O sentimento de aumento da violência também é relatado para quem reside no meio urbano. Mesmo não tendo sido o foco da pesquisa, houveram alguns relatos referentes também às mudanças para quem mora na região central de Conceição do Mato Dentro. Como no relato de um motorista dos taxis coletivos que trazem passageiros nos trechos BH Conceição:

No taxi, o motorista vem me contando de como era Conceição antes da mineração (ele é quem determina este marco), e diz que na sua infância e juventude, a cidade tinha muito mais fontes de água, era mais tranquila e todas as pessoas se conheciam ou conheciam alguém da família. “Ninguém ficava preocupado de passar a chave na porta... se ia deitar e esquecia a porta aberta, era capaz que um vizinho fosse lá só pra encostar a porta...era tranquilo de mais”. E diz que as coisas mudaram muito porque a cidade cresceu muito rápido e as pessoas não se conhecem mais. Agora tem mais violência e mais assaltos. Ele fala também das nascentes e poços da infância que secaram. Lhe pergunto sobre o motivo de Conceição não ter tanto turismo como a Serra do Cipó, se as cachoeiras mais conhecidas e consideradas mais bonitas estão todas mais perto de Conceição. Ele diz que foi uma questão de escolha e de investimento das cidades. E que a mineração atrapalhou o turismo de Conceição. (Trecho do D.C. referente a ida 1).

Fica evidente o sofrimento e a preocupação, assim como a consciência de que estes sentimentos afetam diretamente suas vidas e saúde. Mesmo que estes elementos, de caráter mais subjetivo, relacionados à saúde mental sejam de difícil mensuração, em todas as idas a Conceição eles estiveram presentes nas falas das mulheres. O convívio cotidiano

com o medo e a sensação de insegurança, assim como as alterações em seus planejamentos de vida e a incerteza diante do futuro, também devem ser incluídos na totalidade dos impactos da inserção da grande mineração nos territórios e foram muito presentes. Há muitos fatores que são alterados e que, a princípio, poderiam ficar despercebidos. Como revela a reflexão feita em uma conversa junto com Luiza e Gioconda:

Paula: eu estava aqui pensando enquanto a gente estava conversando na cozinha, que quando a gente fala dos impactos e das mudanças, tem muita coisa que não está ali. Por exemplo, o medo que a gente tem que viver, que vocês estão vivendo aqui todo dia de romper.

Luiza: justamente.

Paula: o medo de sair daqui sem nenhum papel igual já foi um pessoal [em referência a algum tipo de documento ou garantia legal na remoção de algumas famílias]

Gioconda: É

Luiza: Justamente

Paula: e isso não tem preço né? Como é que a gente bota um preço nisso? Como é que a Anglo paga isso? Como que qualquer empresa paga isso? Não paga...

Luiza: não paga não, Nossa Senhora! A vida do ser humano não tem preço.

Paula: e parece que isso não existe né? Quando a empresa vai falar, só fala de número né?

Luiza: não é? A vida não tem preço, não tem dinheiro que paga ela. Seja milhões, bilhões, não tem nada que nessa... não tem nada que paga a vida. A vida é vida, dinheiro é dinheiro. Então o dinheiro não paga a vida. E nem paga a morte, né? Não paga nada disso. É por isso que eu falo, a gente tem que ser uma pessoa que segura a sua vida.

E vão segurando suas vidas, readequando, resistindo. Mas sem o controle e posicionamento do poder público e da sociedade brasileira, as famílias e o movimento social se veem numa correlação de forças desigual contra a gigante multinacional.

A dimensão do medo também surgiu nas oficinas de arpilheiras, como já foi menciona. Nos painéis, a principal fonte de medo era a possibilidade de outro rompimento de barragem. Mas é importante também destacar que os sentimentos de insegurança de maneira geral também eram acompanhados de valorização e orgulho. Os impactos são grandes e diversos, mas também trazem consigo a resistência e luta pela vida. Os painéis bordados trazem essas facetas de maneira bastante nítida.

6.2.3 A mobilização enquanto ganho de aprendizados e outras perspectivas

Uma jovem que residia na Comunidade Sagrado Coração de Jesus conta de uma percepção positiva em torno de uma situação de mobilização popular em torno da questão da escassez de água:

Uma das jovens (a mesma que disse ser da comunidade da Água Quente e que, assim como Acotirene, se mudou para a Sagrado Coração de Jesus depois que se casou) conta de um episódio em que seu pai e outrxs moradorxs se juntaram para ir para a frente da sede da Anglo American, na portaria principal e fizeram um trancamento de rodovia. O motivo anunciado era o não abastecimento de água da comunidade no dia anterior. Desde então, o abastecimento não falha mais. Elas dão alguns detalhes e nos divertimos juntas com as histórias. (Trecho dos D.C. referente à ida 2).

Outra moradora da mesma comunidade, Mercedes, me conta de como foi preciso muita mobilização e articulação com o Ministério Público para que as famílias tivessem o escasso abastecimento de água que estavam recebendo da prefeitura. Deixando explícita a necessidade de luta até para aquilo que é um direito essencial e que foi retirado por consequência da ação da mineradora.

A característica de auto-valorização e reconhecimento da força delas também teve ligação com o processo de enfrentamento e resistência em relação aos impactos da mineração e com a chegada do MAM. A militância, a aproximação e inserção do movimento social foi transformando as perspectivas e conhecimentos, inclusive das representações sobre elas mesmas e as mulheres em geral. Como no relato da jovem Gioconda:

Gioconda: É! E houve luta! E o povo foi pra rua. Até as mulheres mesmo foram pra rua. E que, por mais que ainda exista muito preconceito hoje, desde muito tempo que as mulheres já lutam. E que elas tem poder sobre as coisas.

Paula: eu também fico pensando nisso. Que a gente só aprende as desgraças e não aprende a resistência.

[...]

Gioconda: aí a gente pensa assim: porque quando as mulheres falam que tem que ir numa reunião, porque que os homens não podem fazer a janta? A mulher: não, eu tenho que fazer a janta, se não, eu não posso ir. Tenho que dar banho no menino, se não, eu não posso ir. O homem, ele é pai, porque que ele não pode dar banho no menino? Ele também mora naquela casa, porque que ele não pode fazer comida? Aí fica assim. E eu acho que as mulheres têm que por isso na mente também, que elas não têm que ser dominadas pelos homens ou pelas atitudes dos homens ou por medo das atitudes dos homens. Elas têm que fazer, tipo, o que elas querem! Por mais que antigamente e hoje também tem isso que as mulheres tem que fazer coisas de mulher e que homem tem que

fazer coisa de homem. As mulheres têm que desconstruir, tem que tentar a resistência. Tem que estar sempre na resistência para desconstruir isso. Porque mulher pode fazer coisa de homem e homem pode fazer coisa de mulher e isso não vai mudar nada, isso não vai fazer ela menos do que ela é, nem menos do que qualquer outra pessoa. Nem o homem ser menos, nem a mulher ser menos. Eles vão ser eles mesmos, vão ser seres humanos e isso não vai fazer deles menos ser humano, sabe?

Paula: ahan

Gioconda: acho que a pessoa tem que fazer mais o que ela gosta, o que ela quer.

Paula: e você pensava assim antes?

Gioconda: não, eu era meio...eu fui criada meio assim mesmo: homem tem que casar com mulher... mas eu sempre tive essa cabeça de que eu quero viajar muito, sabe? Quero expandir o mundo assim. Mas eu não era tão mente aberta. Eu era mente aberta, mas não era aquela coisa de expressar.

(...)

Gioconda: Eu era mente aberta, mas eu não tinha rompido com nada assim, sabe? Eu só tinha essa coisa que... eu achava até estranho essa coisa de homem beijar homem e mulher beijar mulher, mas isso nem era tanto assim. Mas agora, acho que isso expandiu! Gente, e daí se mulher beijar mulher, homem beija homem?! É normal! É tudo ser humano!

É importante salientar a participação do MAM nos processos de transformação relatados pelas mulheres no que diz respeito à resistência e organização populares. A presença de um movimento social organizado atuou no fomento ao protagonismo feminino que já estava sendo, de alguma maneira, gestado na região. Fica evidente a característica de que nos processos relacionados ao que o movimento social fomenta (encontros, formações, mobilizações, assembleias etc.), as pessoas vão se encontrando, reconhecendo e se fortalecendo. Enquanto mulheres e enquanto lutadoras populares.

Luiza conta como ela foi ganhando confiança e se desafiando durante o processo de enfrentamento e articulação social em dois trechos:

Luiza também narrou seus percursos de negociação de reassentamento com a mineradora, “das falcatrúas e enganações” da empresa e do largo percurso de aprendizado de resistência. De como ela conseguiu com ajuda de advogados populares articulados pelo processo de resistência e organização para ela e para outras famílias e da gradativa tomada de consciência do processo que a empresa empreendia em relação às terras compradas e às famílias com necessidade de reassentamento. É visível a afirmação de orgulho próprio nesse sentido de apropriação de elementos desse processo que antes ela não tinha. Ela afirma que quando perguntavam se ela não tinha medo de retaliação ela respondia “eu não! Pois cadeia também não foi feita pra mulher?! Então!”, no sentido de que resistiria bravamente.”

Ela fala que devido a esse processo de luta e resistência fizeram uma viagem junto com o MAM até o Rio de Janeiro onde chega o mineroduto. E afirma “eu nunca tinha ido tão longe e eu achava que não ia aguentar a viagem, sabe? Mas eu aguentei!”, ríamos. De lá seguiram para Ouro Preto e Mariana e fizeram também uma ação em

protesto contra o dono da Samarco, logo após o rompimento. Narra com entusiasmo de como entraram no lugar onde seria a inauguração de um campus da universidade em que o dono da empresa estava presente, e logo foram se espalhando e entrando com faixas escondidas (na medida do possível!). No momento do discurso do empresário, abriram as faixas e denunciaram os danos da mineração e do rompimento da barragem de Fundão. “Eles não estavam esperando a gente! Acharam que ninguém ia fazer nada...” “Eles estavam tão confiantes que ninguém ia fazer nada, que a gente entrou com tudo de baixo do braço na cara deles”. O dono da empresa teve de se retirar e não conseguiu fazer o discurso que estava programado. Luiza diz foi “a melhor viagem da vida” dela.”. (Trecho dos D.C. referente à ida 1).

Helenira conta que depois que começou o processo de enfrentamento, já falou no microfone em audiências públicas para um público considerável. Diz que não imaginava que fosse capaz e nunca tinha imaginado que falaria em público para tantas pessoas. Vilma e Carlos dizem que ela é muito boa oradora. Helenira relata que nunca havia feito isso antes, de falar em público para tantas pessoas, incluindo figuras de autoridade e que mesmo que não havia planejado falar, diante das irregularidades que aconteciam em Conceição, ela passou a assumir o lugar de fala:

“Quando pego o microfone eu nem sei o que vou falar, saio falando” e “aí eu falo de tudo o que está acontecendo aqui em Conceição e de tudo que eles estão fazendo aqui. Se não, fica parecendo que está tudo às mil maravilhas!”. (Trecho dos D.C. referente à ida 1).

Em outras idas a campo, as mulheres também contam sobre outras que fizeram falas e deram relatos importantes nas audiências. Helenira e Luiza são duas com destaque entre os comentários gerais.

Helenira confessa como todo esse percurso também a fortaleceu. “Antes eu só chorava!”, mas depois começou a enfrentar e a reagir e por isso “me sinto mais forte hoje!” e “a gente aprende com tudo isso né?!”. Nessas afirmações, fica evidente que a conflitividade e as contradições, inerentes ao processo de apropriação de um território e seus recursos por uma transnacional que opera segundo o capital, gera também resistência popular. E, neste processo de resistir e lutar, as mulheres se transformam e ocupam lugares e papéis que antes não ocupavam e sentindo-se diferentes e fortalecidas. Saem do isolamento e passam a ganhar espaço públicos com participação e falas em assembleias nas comunidades, atividades gerais do MAM, audiências públicas, entre outras.

Gioconda, por exemplo, relata como suas perspectivas foram mudando inclusive no que diz respeito ao estudo, ao acesso, à busca e ao tipo de conhecimento.

Gioconda: eu era tipo assim, eu era até que inteligente, sabe? Eu só fazia as coisas, mas

eu não gostava de ler. Aí tinha um horário de ler...

Paula: Isso na escola?

Gioconda: Na escola. Na escola eu não gostava de ler, porque era um livro também que não me interessava muito, sabe? Aí, depois que eu entrei para o movimento, aí tipo, eles foram me apresentando livros assim. Nossa, é muito interessante! Aí eu estou lendo um livro que eu estou amando ler, sabe?

Paula: O que você está lendo?

Gioconda: É... A montanha é algo mais que uma imensa estepe verde, é muito legal. Que ele fala sobre a revolução de Nicarágua. É muito massa! Aí eu estou tomando gosto para ler as coisas. Eu li também um livro sobre as mulheres. Um livro que fala até sobre as mulheres de Catas Altas, assim... Agora tenho interesse, né?! Então assim, eu leio todo dia quase. É mó legal. Acho que a gente precisa ler alguma coisa que interessa a gente. Até na escola a gente deveria ter, né? E isso assim, interessava os alunos e os alunos acho que aprenderiam mais. E se interessar, vira hábito de ler mesmo.

Paula: E o que mudou?

Gioconda: Ah, não sei. Acho que mudou muita coisa. Por exemplo, agora, assim, de eu ler, acho que eu sei de mais coisas também. Acho que muda meu pensamento. Eu fico assim: Nossa! Eu não sabia isso! E através de ler agora eu sei. Que legal! E é muito massa. E a gente vai melhorando a leitura também, o modo de expressar, acho que mudou muita coisa. Na vida, no dia a dia.

Paula: estudar é importante né?

Gioconda: Eu gosto de estudar! (pausa)

Paula: eu também fico pensando isso. Acho que eu também sinto assim. Como muda né, estudar alguma coisa que faça sentido. Você ter aula... sei lá, aula. Mesmo os cursos, as formações que a gente faz com gente que está pensando uma perspectiva transformadora. É muito diferente do que às vezes o professor comum.

Gioconda: É, eu fico assim: Nossa, como é diferente ver história na escola e história nas formações, por exemplo. Porque na escola fala mais sobre... os brancos né? Vamos dizer assim. Fala muito sobre o que os brancos fizeram, do que teve no Brasil não sei o que lá. Não sei o quê da Guerra mundial... fala muito sobre os militares, mas não fala muito sobre o povo assim, sabe? E na formação, assim, hoje no movimento, fala sobre o que o povo lutou também. De que houve luta naquela época e que o povo conquistou. Perderam, mas também conquistaram muita coisa através da luta. E no colégio não aprende isso! Aí a gente aprende muito que a pessoa fez isso e isso e povo sofreu, e só.

Chama a atenção a mudança de Gioconda, no que diz respeito à sua relação com o estudo no geral e com a apropriação da historicidade dos fatos, assim como seu posicionamento de classe, gênero e raça. Seu interesse pela história das mulheres e pela história que não seja apenas de fatos e acontecimentos feitos por “homens brancos”. Sua fala aponta para vivência de práxis, em que a teoria se relaciona com a prática, com o que ela vive enquanto jovem, negra, moradora da comunidade Passa Sete e militante do MAM. O seu despertar de interesse e gosto pelo estudo e pela leitura. Um estudo posicionado politicamente, historicizado e preocupado com a transformação social que dialoga com sua realidade e por isso faz sentido e, junto à realidade, a transforma.

Ainda nas palavras da jovem, sobre as mudanças que ela sentiu a partir da inserção no movimento social:

Paula: O que que te ajudou a mudar, você acha?

Gioconda: ai...depois do movimento, assim?

Paula: foi o movimento, você acha?

Gioconda: Foi! Isso sim! O movimento mudou nossa forma de ver a vida assim, sabe? O modo da gente ver as coisas, o nosso ponto de vista sobre o mundo. Tipo assim, eu... eu não sabia política. Qualquer tipo de política, eu não entrava muito nessas pautas. E agora a gente conversa bastante sobre política. Na verdade, o mundo é uma política, né? A gente conversa bastante sobre a questão das mulheres, principalmente as mulheres negras. Do espaço delas conquistarem e a gente assim: nossa, a gente também é uma delas. É muito massa. Essa coisa do empoderamento feminino também. Aí a gente fica: cara, eu não gostava de usar um brinco grande porque eu achava que era feio. Cara, agora eu uso o que eu quiser. Ou eu vou usar o que eu quero usar. Não é porque se os outros vão achar feio, não! Se eu acho bonita, entendeu? Se eu me acho bonita com brinco grande, eu vou usar brinco grande. Se eu me sinto confortável assim ou se eu quero...é isso

Nesta fala, é explícita a tomada de outro horizonte político, de outras perspectivas sociais e de vida. Destaco a frase: “o movimento mudou nossa forma de ver a vida”, a ampliação do entendimento do mundo, mais uma vez se confirma para Gioconda em transformação de seus pontos de vista e de suas posturas pessoais diante a realidade que ela vive. E estes são elementos narrados em tom de ganho, de conquista dela, de sentir-se

uma das mulheres negras que lutam e conquistam. Dando seguimento à conversa:

Paula: Isso é que é muito legal. Da gente sair e ver outras experiências. Aí você encontra outras mulheres. Vai ver história de mulheres mais antigas, vê história da Dandara, da Margarida Alves. E aí você fica pensando: gente, isso é muito antes de mim, só que a gente não sabe! E que não é que a gente está começando agora. Tem coisa que a gente está começando agora, mas têm coisas que a mulherada já está na luta há muito tempo, né? E a gente não fica sabendo.

Gioconda: É! Antes a gente nunca! Só nós que entramos no movimento, mas outras mulheres assim, a gente não conhecia, tipo Dandara, Berta Cárceres, Frida Kahlo...essas mulheres revolucionárias, que lutaram bastante e que são uma referência para a gente. Mas muitas vezes as mulheres não sabem, sei lá. Não tem esse conhecimento. E isso é muito legal. Até a gente, assim, vai passando esse conhecimento umas para as outras. E é muito legal. Outro dia, eu lembro que a gente estudou as mulheres lá no Jassem, né?¹³ E eu fiquei com a Margarida Alves e eu achei muito legal. Porque assim, eu não sabia nada sobre ela. E eu fiquei com o papel dela, e foi muito massa. Conheci a fundo sobre ela. Agora eu sou Margarida Alves e quando fala sobre ela, eu sei quem é. Dandara, eu sei quem é, por exemplo.

Paula: e aí você vai ver, é parecido, né? Eu fiquei impressionada assim, porque é outro lugar do Brasil, às vezes nem é do Brasil, como a Berta Cárceres que a gente viu. Aí tem a Dandara, que é lá do século lá atrás e continuam umas coisas muito parecidas. Apesar de ter mudado muita coisa... a gente já está nisso há muito tempo.

Gioconda: Pois é... muito tempo! É muito massa. E no movimento, a gente conhece mulheres de outros estados e que vivem as mesmas coisas que a gente no dia-a-dia. Nossa! Aí a gente vê também que não é só a gente que está organizando e está num movimento organizado. A gente vê que vai além daqui assim, de Minas, ou da região aqui. Porque também tem as mulheres lá, que estão lutando por, pelo espaço delas. E aí vai ser tipo um espaço! Porque a gente está lutando por um espacinho aqui também. E aí a gente junta e vai transformar isso num espaço se a gente lutar juntas. Eu acho isso muito massa!

Paula: acho que é isso de ampliar mesmo, que você falou, a visão do mundo né? A gente ganha outro horizonte, né?

¹³ Se referindo ao I Encontro de Mulheres Atingidas Pela Mineração de Conceição do Mato Dentro, em que foi realizado estudo breve e coletivo da biografia de mulheres referência de luta popular.

Gioconda: Sim, tipo, antes, eu estava assim ação de mulheres no Brasil e tal...por mais que eu queria tentar mudar ou falava alguma coisa, ia ser normal. Não ia ser aquela coisa de existir naquilo. E hoje não. Hoje é diferente. Hoje é isso, mulher pode fazer isso, qual o problema dela fazer isso, sabe? Antes não, antes eu falava assim: ah eu não vou fazer isso porque não é para mulher fazer isso. Então tá! Mas agora eu falo assim: porque não é para mulher? Por que você está falando isso? Você tem capacidade, você pode fazer sim! E é muito massa.

Paula: e essa ideia que falou de revolucionar o mundo, achei bem bonita essa ideia.

Gioconda: Eu estou fazendo parte de revolucionar o mundo. Tipo assim, se esse mundo mudar totalmente eu vou saber que eu fiz parte disso. E é muito massa! Eu fiz parte disso! Eu fiz isso, eu estava lá. E as mulheres tem isso, porque eu também estava lá e vi essas mulheres e conheci essas mulheres.

(...)

Gioconda: é, e tipo, eu nem curtia muito poema, eu não curtia muito não. Agora tem poema que eu olho e falo: essa é a nossa realidade. Tem poema que é uma aula de luta para a gente. Agora eu estou me interessando mais por poemas, por poesias. Porque eles falam da nossa realidade, no meio deles tem a nossa história. Não sei, fala sobre, por exemplo, as mulheres e a mineração. Dos problemas que a gente tem aqui e dos problemas que amigos nossos têm em outros lugares. Aí eu fui me interessando muito por poema.

Paula: e você está escrevendo?

Gioconda: Ah, eu escrevi um dia, né?

Paula: Ah é?

Gioconda: É! Eu escrevi um no dia que a gente foi fazer encontro das mulheres sobre Arpilheiras, aí falaram: ah, arruma alguma coisinha para ler, tá? Aí eu peguei e fiz um.

É evidente, em seu relato sobre o movimento social, o processo de conexão com um grupo maior que tem não apenas a realidade, mas também, um horizonte comum. Da profunda identificação, chamo atenção para a frase: “Agora eu sou Margarida Alves”. Ela não apenas conhece a lutadora popular e sua história, mas se identifica profundamente, diz ser Margarida Alves. E do sentimento de força que isto representa para a jovem. Também fica evidente a percepção de si mesma enquanto agente ativa da transformação social desejada coletivamente. Quando Gioconda diz que, com a militância no MAM, ela tem o sentimento de “existir naquilo”, de existir na mudança almejada, ao

dizer “*Eu estou fazendo parte de revolucionar o mundo*”, ela assume sua posição de participação ativa nessa transformação. E, a jovem que na mesma conversa havia dito que na escola não gostava de ler porque não lhe fazia sentido, afirma agora interessar-se por poesia e a ser autora de poemas. E todas estas também podem ser considerados ganhos a partir do processo de luta popular articulada ao MAM.

É evidente a posição de apropriação de conteúdos e práticas politizadas, de seu profundo desejo de igualdade social e da posição de agente transformadora contida nestes trechos. Todos estes são elementos constituintes do protagonismo feminino.

6.2.4. Sobre o protagonismo das mulheres.

“Eu acho que todas, todas as letras têm um pingo do sentido da mulher”(Luiza, última ida a Conceição).

Nos mais variados momentos, seja nas conversas durante as visitas às casas, seja nos momentos de formação entre mulheres, ou nas conversas finais com algumas delas, surgiram as concepções das mulheres como quem tem muitos afazeres, como lutadoras, guerreiras, que cuidam e dão sustentação às famílias e comunidades. A frase de Luiza, citada acima explicita isso. Na última ida a campo, questionei diretamente quanto aos motivos do protagonismo feminino em conversas com Helenira, Luiza e Gioconda, uma vez que elas foram as moradoras de Conceição com as quais foi feito contato em todas as idas e com elas estabeleci maior vínculo. A seguir, seguem trechos das conversas com as três.

Com Helenira:

Paula: as mulheres trabalham mais. Mesmo quando elas trabalham fora, elas ainda têm que fazer todo o trabalho de casa. Igual você falou quando trabalhava na loja, que o Carlos não fritava um ovo! (risos)

Helenira: Não, mas ele ajuda assim.

Paula: Ajuda, mas ainda a gente acaba trabalhando mais. E quando são eles que trabalham fora ainda ficam com o dinheiro, então eu fico intrigada com isso. Por que será que, mesmo com tanta dificuldade que a gente tem, né? A gente ainda está na frente dos processos e das lutas?

Helenira: Uhum...é...ué, eu acho que é mais por causa de uma sensibilidade mesmo, sabe? Porque igual meu caso, eu vou falar por mim, né? O Carlos que trabalhava fora, na época eu não tinha minha renda.

Paula: Ele trabalhava na empresa [me referindo à mineradora]?

Helenira: ele trabalhava na empresa, e eu ficava por conta da casa, dos bichos, das plantas, de tudo! Então assim, eu acho que, eu falo de sensibilidade por quê? Você está lidando ali no dia-a-dia e você está vendo as suas coisas se acabando. Não que para os homens também eles não estão vendo, mas eles têm mais preocupação fora daquele convívio ali. E a gente não, você está vendo ali. Você tem a sua horta e você não pode plantar, se você tem filho ele não pode brincar mais em uma cachoeira. Então assim, eu acho que é mais sensibilidade mesmo. E isso assim, em mim, por dentro assim, foi corroendo, corroendo...você vê assim, um idoso reclamar: ai, eu não posso plantar, ai a terra que eu sempre cuidei desde novo e que eu queria deixar pros meus filhos e deixa pros meus netos e não poder, sabe?

Paula: uhum.

Helenira: Acho que isso vai despertando na gente...um... sei lá... um jeito de luta mesmo, de sobrevivência talvez.

Paula: E você acha que a mulherada está se vendo como protagonista ou não? Mesmo assim tem dificuldade?

Helenira: Ah, Eu acho.

Vilma chega... eu retomo a pergunta do motivo das mulheres estarem assumindo papel de protagonismo.

Helenira: eu acho assim, você está ali no dia a dia, você está lidando mais com as coisas. Então assim, se acabar, então eu acho que cria um... não sei nem explicar! Se é uma revolta. Não é uma revolta, sei lá. É um sentimento muito louco. (risos)

(...)

Vilma: Eu acho que tem a ver com isso mesmo. De sentir na alma tudo né? O cotidiano aí...

Helenira destaca a sensibilidade das mulheres em um sentido de serem elas que vivenciam cotidiana e muito diretamente os impactos negativos da mineração. Elas se sentem mais expostas e, por isso, percebem e sentem essas alterações de maneira mais intensa e sob mais dimensões que os homens. Além disso, fica evidente no exemplo de Helenira e Carlos que para os homens, a mineradora pode representar a possibilidade de um emprego (mesmo que precarizado e/ou temporário), mas esta não é a realidade das mulheres. Nenhuma delas mencionou a empresa como possibilidade de emprego para si.

Helenira relaciona o protagonismo feminino também a um sentimento de revolta, de luta e de indignação, aliado a um senso de justiça e solidariedade (quando fala, por exemplo, do sofrimento de pessoas mais velhas) que a impulsiona a agir. Em sua fala está

presente ainda o auto-reconhecimento das mulheres enquanto lideranças dos processos de resistência e mobilização comunitárias.

O mesmo questionamento sobre o protagonismo foi feito a Luiza:

Paula: Porque D., que você acha que é a mulher que está na frente do processo?

Luiza: Porque a mulher é mais aventureira. A mulher ela não pensa pelo “menos”...se adoece alguém ali, quem vai na frente é a mulher. Se adoece um filho, quem corre na frente é a mulher, se adoece o marido, quem corre na frente é a mulher. Se a gente mesmo que está doente é a gente que vai na frente ali, fazer os seus, a sua consulta, cuidar de você mesma. Ela pensa em tudo. Eu acho que todas, todas as letras têm um pinga do sentido da mulher. A mulher ela é aventureira. Eu sinto por mim assim, eu não me importo de enfrentar qualquer coisa ali na frente por um amigo, por um filho...por filho eu morro mesmo, né? Por um marido, por uma família minha que aquilo fica doendo na gente assim. Então é por isso que eu falo, as mulheres elas têm que ter voz. Porque sem elas o mundo ia ficar muito sem a aventura da mulher. A mulher, eu acho que ela chega em tudo. Assim, em várias coisas, um machista ou algo assim aí não, né?! Mas depende tudo da mulher.

Paula: E por que que você acha que aqui, nessa região aqui de vocês, tem mais mulher na frente das coisas?

Luiza: elas tentaram aventurar mais porque, se, por exemplo, o marido está empregado, elas que estão em casa, elas que estão naquela luta, elas que estão vendo a chegada de pessoas que estão provocando, que vem para falar. É a mulher!

Paula: porque o marido está fora.

Luiza: o marido está fora! Está no trabalho, está cuidando de um serviço, ou está num emprego. Então quem está ouvindo ali, dentro da casa? A mulher! Porque que é a mulher? Por que? Porque é ela que está disposta na casa, está disposta na linha e está ouvindo aquilo tudo. Então quem tem que resolver? É a mulher!

Paula: e no caso de vocês afeta muito a casa mesmo, a vida de vocês, né? No lugar em que vocês estão morando.

Luiza: É a casa da gente. Por exemplo, eu tenho meu marido. Ele não vai ficar 24 horas na casa, mas eu vou ficar aqui. Então o que é que torna? Ele é o esteio da casa e eu também. Os dois é o mesmo esteio da casa. Se um saiu para resolver um problema fora, a mulher está dentro de casa para resolver. Então eu acho que a possibilidade, tudo depende da mulher. É por isso que eu acho que as mulheres são mais aventureiras, porque se chega uma empresa, eles só acham a mulher. Porque os homens estão

trabalhando, eles têm seu trabalho.

Paula: E no caso das mulheres que estão trabalhando fora?

Luiza: se as mulheres estão trabalhando fora, elas estão escutando lá na empresa delas também. (risos)

Paula: e os homens não estão escutando nos empregos deles? (risos)

Luiza: Olha, eu acho que não!

Paula: Por que?

Luiza: eu não acho que eles estão escutando no emprego porque um homem com outro assim, eles ficam mais com cisma de falar. Com a mulher eles têm coragem.

Paula: Ah é? Quem que tem coragem de falar?

Luiza: Pelo menos a pessoa tem coragem de chegar perto da mulher e de falar: nossa, deixa eu te falar, está acontecendo isto e isto. E com o homem, talvez ele tenha um estopim mais curto e pode até causar uma... e a mulher, ela tem tolerância. A mulher tolera tudo o que vem na cabeça dela. Ela tolera o bem e o mal. A mulher, ela tem possibilidade de tolerância e o homem não. Ele não tem tolerância. Não vou dizer assim, todos os homens, mas a maioria é. Então, por isso que eu falo, depende da mulher porque é ela que recebe o mal e o bem que vem para dentro da casa, dos seus caminhos. Depende da mulher.

Paula: E é o que você falou né? Para ela e pra família toda.

Luiza: Pelo menos eu me sinto assim, que eu não vou ser uma mulher lá na frente só por mim e por meus filhos é para família toda. Depende da mulher, porque sem a voz da mulher, nada é feito. Pelo menos, eu sou casada, mas se meu marido vai arrumar alguma coisa em um papel assim, depende da mulher ué. Então assim, o homem não faz sozinho. Eu acho que tudo tem a possibilidade da mulher, e nesses tempos para cá, eu acho que a mulher ela consegue mais coisas do que o homem.

Paula: por que?

Luiza: Porque a mulher tem mais possibilidade de ficar ouvindo. E guardando na mente. O homem não tem paciência de ficar ouvindo. A gente está numa reunião ali, quem fica mais são as mulheres.

Paula: ah é?

Luiza: É, porque o homem é difícil de ficar assim: você viu o que é que falou ali? E a mulher: não, eu estou guardando, é isso e isso. Então eu acho assim que a mulher

Paula: a mulherada está mais atenta...

Luiza: eu não estou machista não, mas eu acho assim que ela tem mais possibilidade de ficar gravando aquilo e saber aquilo e saber que lá na frente, com fé em Deus, vai vencer

aqui. E o homem pensa: será? E a mulher não, com fé em Deus eu vou aqui e vou vencer isso aqui. Então, por isso, que acho que a mulher tem possibilidade. Principalmente no mundo de hoje, ela tem possibilidade porque é ela que tem que pensar no dela, ela não pode pensar que só o homem vai fazer para ela não. Ela tem que pensar que a mulher também tem direito. Não é só o homem que vai ficar o machista não, ela vai sair lá na frente com qualquer solução, né? Então hoje tem a solução disso. Então por isso que eu acho que a mulher é selecionada também para seguir qualquer carreira.

Luiza considera que as mulheres têm a possibilidade de viver e associar uma gama de alterações maiores que os homens. Elas são capazes de “ouvir” e “guardar na mente”. E chama atenção a perspectiva de certa complementariedade entre mulheres e homens. Além da percepção de que as mulheres percebem que precisam estar à frente da luta por seus direitos, porque os homens não farão por elas. Além disso, elas lutam não apenas para si, mas para toda a família e outras pessoas da comunidade.

No mesmo dia, em conversa com Gioconda e Luiza, juntas:

Gioconda: acho que tem uma coisa que as mulheres mais estão na luta também porque acho que é quem mais sofre com a mineração é as mulheres né?

Paula: Por que?

Gioconda: Se não tem uma água, para o homem, tanto faz, mas pra uma mulher, como que ela vai tomar banho? Mulher como vai no banheiro? Homem vai no mato e fica tudo ótimo e a mulher? Se ela estiver menstruada, por exemplo. Como que ela vai ficar sem tomar banho? Se não tiver água, e tem a preocupação com os filhos também. Homem não está nem ligando, não está nem ligando, assim... O que mais me preocupa é as mulheres por que mais sofre, e a violência é as mulheres que mais sofrem com a violência. E...é isso, sei lá, é a mulher que mais sofre mesmo. E também as pessoas que mais trabalham na mineração, aí o trabalho é precário, aí os homens, tipo assim, desesperados com o dinheiro, trabalham de mais, precariedade...começam a beber, chegam em casa violentos. Vai descontar em quem? Nas mulheres. Na verdade, é por isso que as mulheres estão na luta, é as mulheres que mais sofrem com a mineração.

Paula: E é como você falou, o homem, assim cuida do filho, gosta do filho, mas sabe que tem alguém que cuide. Que no final das contas pode ser a esposa, pode ser a mãe dele, pode ser a tia...e a gente como mulher sabe quem cuida somos nós.

Luiza: quem cuida é a mulher. Por isso que eu falo, depende de tudo, é a mulher! Até um “i”, se precisar pingar é a mulher.

Paula: Isso é uma coisa que me intriga muito, porque se a gente for pensar, nós temos

uma carga de trabalho maior que os homens, mesmo quem trabalha só em casa, ou quem trabalha dentro e fora de casa, trabalha mais...até o IBGE já tem dados, todo mundo já sabe. A gente viu na nossa formação que a gente acorda mais cedo e vai dormir mais tarde, né? E a gente nem sempre tem um emprego fora, então além de tudo quem tem o dinheiro e controla o dinheiro é homem, e mesmo assim a mulher ainda arranja tempo para ir na reunião, para ir na assembleia...

Luiza: Tira tempo para tudo.

Paula: Não é?! Eu fico intrigada com isso, como será que a gente está sendo protagonista, mesmo com essas adversidades?

Luiza: A mulher, ela tem pensamento para tudo, é por isso que eu falo, a mulher tem mais paciência e mais resistência.

Paula: Por que será que a gente tem mais paciência e mais resistência, Luiza?

Luiza: Meu avô fala assim: que a mulher ela pensa dez mil vezes e o homem não pensa nenhum segundo.

Paula: Mas, o que será quem tem q a gente fica mais paciente? Mais resistente?

Luiza: Eu não sei, uma força. A mulher nasceu com uma força. Diz que a gente tem que ser resistente. Tem que ter uma força, uma garra.

Gioconda: E também ela está cansada de sofrer, ela quer mudar isso.

Luiza: Isso!

Gioconda: Por isso que ela permanece ali na resistência. Por que tem que mudar. Tem uma hora que chega...

Luiza: tem que ter fim. Por isso que eu acho que ela tem que ter resistência, tem que ser resistente, tem que ter resistência.

Paula: E por que você luta Gioconda?

Gioconda: Ah eu luto por um mundo melhor para mim...e para todo, todas as mulheres. Para acabar com o machismo, para elas serem livres e fazer o que bem entender. Sem ninguém estar regulando a vida dela. Trabalhar no que ela quiser e ser o que ela quiser. E isso, um mundo melhor para gente, onde a gente pode ter liberdade de falar o que quiser e fazer o que quiser sem ser criticada por uma pessoa que não tem nada a ver com a gente... ou que vem de outro lugar assim, para falar ou se impor na vida da gente. É isso.

Paula: E como vocês acham que vão estar no futuro? Daqui muitos anos, como será que vai ser?

Gioconda: Eu espero que já tenha mudado muita coisa no mundo (risos). Espero que as

mulheres estejam mais no poder. De tudo assim, política, em vários sentidos, no trabalho. E que o homem também tenha na cabeça que, por exemplo, trabalho de casa não é só para a mulher. Não foi feito só para a mulher, ele foi feito para o ser humano fazer na verdade. E que os homens parem de diminuir a mulher por ela ser mulher.

Paula: pelo simples fato de ser mulher.

Gioconda: Pelo simples fato de ser mulher.

Paula: E você, Luiza, como que você acha que vai estar no futuro?

Luiza: Ah, eu já acho assim que as mulheres vão estar com mais garra. Que hoje a mulher tem mais garra... e vai ter mais possibilidade de ter garra. Eu acho assim que mais assim, na frente, as mulheres já, elas têm que fazer uma coisa. Elas têm que batalhar desde o início para conseguir a aventura lá na frente e ser venturosa. Elas têm que acabar esse risco de machismo.

Paula: E se tivesse alguma coisa que vocês falam assim que não pode faltar na pesquisa, que não pode deixar de falar. O que vocês acham que seria? Para eu não esquecer de jeito nenhum! (risos) Que se eu esquecer, vocês vão puxar minha orelha.

Luiza: Eu já acho assim olha, o que eu acho que não pode deixar de falar é que as mulheres têm que ser assim, lá na frente ser aventureira. Ela tem que ser machista lá na frente, ela não pode ficar só atrás. Ela também tem que ter garra e dizer é aqui que eu vou.

Paula: E você, Gioconda, o que que você acha que eu não posso deixar de pôr? Seja da mineração, seja das mulheres, seja do que mudou na vida de vocês....

Gioconda: Eu acho que a importância também de que, talvez todas as pessoas, assim, lutam e lutam e às vezes não veem o resultado. Eu acho que nunca desistir, assim, sabe? Continuar lutando que, pode tardar muito, mas não falha. E que... talvez... isso seja só uma batalha e não a guerra. Às vezes, a gente perdeu a batalha, mas não perdeu a guerra. E...para as pessoas se unirem assim também. Porque a gente desunido... um só não vai fazer muita coisa né? Então, quando junta dois já sai muita coisa assim, por exemplo. Para as pessoas continuarem unidas porque é a união que faz a força. É isso!

Paula: Ah que bonita! Obrigada gente, obrigada de mais! Por tudo! Tenho nem como agradecer vocês.

Helenira, Luiza e Gioconda dizem que as mulheres são mais atingidas pelos impactos da mineração e que isto pode ser o que as impulsiona a resistir. E levantam alguns aspectos que exemplificam isto, como: aumento da violência contra as mulheres,

sentimento de insegurança de maneira geral (em relação a elas pela condição de gênero, mas em relação a outros entes familiares também), vontade de mudar as coisas, de colocar um limite, força e capacidade de exercer muitas tarefas com habilidades como escuta, entendimento, paciência, planejamento, garra e resistência. Outro tema interessante e que está mais evidente nas falas é a característica de solidariedade e senso de coletividade, de que a luta delas não é só por elas mesmas, mas também por suas famílias, por outras mulheres e pessoas de modo amplo.

O papel de cuidadora das mulheres também está nas hipóteses que elas fazem a respeito dos motivos do protagonismo feminino em Conceição. O fato das mulheres cuidarem delas e da família faz com que elas estejam atentas a um conjunto maior de elementos que alteram a vida. Helenira fala dos idosos de sua comunidade, Luiza cita as crianças e outras mães. Elas cuidam também dos homens. E sua responsabilidade por esse cuidado as exige ações, Luiza deixa isso muito evidente quando diz que “se acontece alguma coisa, é a mulher que tem que resolver”. Dessa maneira, têm acesso e são afetadas diretamente e enquanto cuidadoras pelos impactos nas diversas faixas etárias.

Outra característica é que são elas que estão em casa e recebem e lidam na maior parte do tempo com xs representantes da empresa. Isso faz com que elas estejam expostas às negociações, desresponsabilizações, e estratégias da Anglo (em dividir as comunidades, assinar e acordar termos distintos com cada família, tentar aprovar cláusulas contratuais que não foram acordadas, estratégias de apropriação das terras se aproveitando da frágil condição jurídica de propriedade de algumas famílias, ente outras).

A atuação na luta social articulada à presença do MAM na região é algo que se relaciona e alimenta sua participação e protagonismo, assim como afirma Gioconda, no eixo temático anterior, quando fala de sua inserção e de como isso expandiu seus conhecimentos e vontade de se apropriar de conhecimentos, assim como isso alterou parte de suas atitudes e perspectivas sobre si e sobre seus pares. A vivência de práxis experienciada é também fortalecedora do sentimento de força e vontade de continuar lutando. A jovem destaca que o fato de conhecer outras mulheres, de outras regiões e histórias de lutadoras, que o MAM proporcionou, também faz com que ela se sentisse mais forte e mais capaz de lutar e ser uma agente transformadora da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para me voltar às hipóteses em relação a quais fatores estavam ligados ao protagonismo das mulheres frente às enormes alterações oriundas da implantação do empreendimento Minas-Rio, foi necessário olhar para a grande mineração em seu panorama amplo, assim como para o empreendimento da Anglo American mais especificamente. Para além disso, a escolha pelo contexto da mineração também se baseou no fato de que ela expressa de maneira bastante nítida a estratégia de desenvolvimento dependente do Brasil dentro do contexto global. Segundo Bittencourt (2017), junto a outros setores primário-exportadores, como o petróleo e o agronegócio, a mineração retrata o modelo de fortalecimento desse setor sob elevados custos sócio-ambientais. E, de acordo com Pinasi e Neto (2015), a mineração e cada uma de suas fases históricas exprimem e expõem o caráter destrutivo do capital, assim como suas principais contradições e seus limites mais extremos.

Toda a cadeia produtiva da grande mineração vem acompanhada com profundos e numerosos impactos. As catástrofes dos rompimentos de barragens em Mariana e Brumadinho, ambos de responsabilidade da Vale S.A., apontam para esse caráter destrutivo da mineração, em que o número de catástrofes no mundo aumenta, sendo um indicativo de que este tipo de desastre é parte do metabolismo da atuação minerária. E para além das situações de desastres, toda a cadeia produtiva é altamente exploratório e impactante, especialmente em países como o Brasil em que as leis e fiscalizações não são realizadas de maneira adequada (MANSUR et al 2016; SANTOS E WANDERLEY, 2016).

De acordo com os relatos do presente estudo, o fato das famílias mais atingidas viverem sob modo de vida rural, as impacta em uma série de fatores como: alterações nas relações fundiárias da região, remoção de famílias e comunidades, escassez de água, poluição (água, ar e sonora), acessibilidade e trânsito de pessoas e carros nas mediações das comunidades, alterações de modos de sociabilidade, sentimento de medo e de insegurança acompanhado do real aumento da violência, aumento das situações de conflitos perante empresa, medo da possibilidade de um rompimento de barragem, agravos variados nas condições de saúde e de saúde mental, entre outros. Fica evidente como as medidas relacionadas aos cuidados e proteção dos direitos das famílias atingidas, assim como o cumprimento das condicionantes, de maneira geral, não receberam devida atenção e resposta da empresa e poder público (DIVERSUS 2011; CIDADES E

ALTRIDADES, 2013; GESTA 2011; ZHOURI et al,2014). Todo esse conjunto de impactos materiais e subjetivos, de modo geral, está relacionado à necessidade de mobilização e reação das famílias. A dificuldade em conseguir que fossem ouvidas e respeitadas em seus modos de vida e devido ao fato de sentirem o ônus dos impactos da mineração, sem medidas adequadas que poderiam lhes assegurar melhores condições de vida, as impulsionam, entre outras coisas, a necessidade de resistir, assim como defendem autores como Bittencourt (2017) e Wanderley (2008). Nesse bojo de mobilização e resistência popular, a participação feminina foi preponderante e chamou atenção.

O momento de fortalecimento atual do Feminismo é outro fator que alimenta e proporciona visibilidade às mobilizações de mulheres ao redor do mundo e podem ter ligação com o protagonismo em Conceição. As diversas mobilizações massivas e significativas, em um período recente, indicam um período de potencialização das mulheres enquanto sujeitos sociais ativos e importantes na atualidade. E o crescimento do Feminismo é a uma só vez resultado e causador desse processo. Quando questionadas em torno dos possíveis motivos que fomentavam o protagonismo feminino em Conceição, elas falaram, entre outras coisas, da profundidade e variedade dos impactos sofridos de maneira diferenciada por elas. Afirmaram que elas estão mais presentes nas áreas impactadas e acabam por “sofrer mais” os impactos devido à soma deles aos fatores sociais de distinção de gênero.

Essa conjunção entre elementos de gênero e os impactos da mineração, faz com que as mulheres sejam expostas de maneira diferenciadamente intensa e sob variadas esferas. Entre esses impactos destacaram-se alguns como: lugar social de cuidadoras dos membros da família, em uma situação de agravo geral das condições de saúde; o aumento da violência de modo geral e em especial contra a mulher; medo e sensação de insegurança constantes (em relação a elas e à toda a família) diante das mudanças e da possibilidade de rompimento; dificuldades impostas no acesso e transporte locais (as deixando ainda mais isoladas); quebra de costumes e formas de sociabilidades; dificuldade de fazer o trabalho de produção nos lotes devido aos impactos socioambientais da mineração; e o fato de a mineração não representar uma fonte de empregabilidade real para elas (como representa para os homens). Essa soma de agravantes foi relacionada ao fomento e fortalecimento do lugar de liderança e de força social que as mulheres têm representado.

A presença e atuação de um movimento social organizado é, sem dúvidas, um dos fatores que fomentam e fortalecem a organização popular no geral e também a

mobilização das mulheres. No caso dos movimentos sociais que tem outras bandeiras principais, mas que trazem as pautas feministas para dentro de sua organização e estratégias (como é o caso do MAM) eles também geram acúmulos e alimentam o protagonismo das mulheres, reforçando e fortalecendo a visibilidade seu lugar social de lutadoras.

A resistência que travam as mulheres de Conceição, aliada à pautas e debates feministas e de transformação social podem, ainda, trazer outros ganhos e trincheiras para a luta como um todo, a citar: divisão e responsabilização coletiva do trabalho reprodutivo, igualdade social (em suas dimensões de raça, gênero e classe), questões de valorização das relações afetivas e de identidade com o território e modos de vida, combate à violência de gênero e violência geral, defesa dos direitos humanos e da vida no geral, fortalecimento de outras práticas e formas de relações sociais, ente outros. Todos possuem raízes e dialogam com pautas amplas relacionadas ao fim do racismo, do machismo e da exploração de classe. Esta ampliação das bandeiras de lutas, a partir da realidade específica de Conceição, foi relatada pelas mulheres em seus desejos por uma sociedade mais justa e igualitária para todxs, e se deu fomentada via movimento social. Junto às comunidades, o MAM conseguiu, em alguma medida, a partir das irregularidades e da exploração feita pela Anglo American, desvelar que elas estão inseridas em um contexto mais amplo de funcionamento do capitalismo global. Sendo assim, para lograr outro modelo de exploração minerária, que seja de fato dentro de uma perspectiva de soberania popular, é preciso ter outra configuração social. Assim, como a igualdade de gênero, raça e classe só se completariam por meio de uma transformação radical. Por isso, a transformação social se coloca enquanto horizonte. E os ganhos locais e específicos estão ligados a um todo maior. Nas palavras de Gioconda, já não basta que apenas elas vençam, todas as pessoas precisam ter a possibilidade de uma vida digna em uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, A. Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. In: LANG, M.; MOKRANI, D. Mas alla del desarrollo. Quito Equador: Fundación Rosa Luxemburgo, 2011.

AGRICOLA, Georgius. **De Re Metallica**. New Edition New York: Dover Publications, 1950. 638 p. Traduzido por Herbert Clark Hoover e Lou Henry Hoover, 1950.

ALMEIDA, I. T. A poluição atmosférica por material particulado na mineração a céu aberto. Dissertação de Mestrado apresentado à Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

ANGLO AMERICAN. Relatório de impacto ambiental, projeto de extensão da mina do Sapo. 2016. Disponível em: <https://angloamerican.app.box.com/s/e555flym8ykou7rmc6dn3sf5xeovgwgqc>. Acesso: 12/07/2017.

ANGLO AMERICAN. Relatório de impacto ambiental, projeto de extensão da mina do Sapo. 2016. Disponível em: <https://angloamerican.app.box.com/s/e555flym8ykou7rmc6dn3sf5xeovgwgqc>. Acesso: 12/07/2017.

ANGLO AMERICAN. Site oficial. Disponível em: http://brasil.angloamerican.com/?sc_lang=pt-PT. Acesso: 14/07/2017.

ANGLO AMERICAN. Site oficial. Disponível em: http://brasil.angloamerican.com/?sc_lang=pt-PT. Acesso: 14/07/2017.

BACKWELL, Peter. A Mineração na América Espanhola Colonial. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História de América Latina**. Vol. 2 - América Latina Colonial - Barcelona: Editorial Critica, 1990.

BEAUVOIR, S. de. O segundo Sexo: fatos e mitos. V.1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BECKER, L. C. & PEREIRA, D. O Projeto Minas-Rio e o desafio do desenvolvimento territorial integrado e sustentado: a grande mina em Conceição do Mato Dentro. In: FERNANES, F. R. C, ENRIQUEZ, M. A. R. S, & ALAMINO, R. C. J. (orgs). *Recursos minerais e sustentabilidade territorial*. Brasília: MCT-CETEM, 2011.

BECKER, L. C. & PEREIRA, D. O Projeto Minas-Rio e o desafio do desenvolvimento territorial integrado e sustentado: a grande mina em Conceição do Mato Dentro. In: FERNANES, F. R. C, ENRIQUEZ, M. A. R. S, & ALAMINO, R. C. J. (orgs). *Recursos minerais e sustentabilidade territorial*. Brasília: MCT-CETEM, 2011.

BITTENCOURT, C. A. L. A corporatização do território de Conceição do Mato Dentro (mg) pela mineradora Anglo American: estratégia corporativa e subordinação do lugar. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal Rural Do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

BLAY, E. A. Um caminho ainda em construção: a igualdade de oportunidades para as mulheres. **Revista da USP**, São Paulo, nº 49, p. 82-97, março/abril/maio/2001.

BRANDAO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento de educação popular. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez., 2007.

BRINGEL, B.; MALDONADO, E. Pensamento Crítico Latino-Americano e Pesquisa Militante em Orlando Fals Borda: práxis, subversão e libertação. **Direito & Práxis**, v.13, p.389-413, 2016.

BRINGEL, B.; VARELLA, R. V. S. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v.3, p.474-489, 2016. Disponível em:

CASTILHOS, Zuleica; CASTRO, Nuria F. Mulheres na mineração: restitutio quae sera tamem. In: CASTILHOS et al (Org.). **Gênero e trabalho infantil na pequena mineração sul americana**. Ciclo de Conferências organizado pelo Centro de Tecnologia Mineral Primeira Fase: 8 e 9 de março de 2005 - Segunda Fase: 8 e 9 de dezembro de 2005.

CIDADE E ALTERIDADE. Relatório de impactos sociais, econômicos, ambientais e de trabalho degradante em Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim e Alvorada de Minas/MG. Belo Horizonte: UFMG, 2013. Disponível em: http://cimos.blog.br/wp-content/uploads/2013/06/Relatorio-Mineracao-CMD-CompletoFinal_18-06-2015-1.pdf. Acesso:10/07/2017.

CIDADE E ALTERIDADE. Relatório de impactos sociais, econômicos, ambientais e de trabalho degradante em Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim e Alvorada de Minas/MG. Belo Horizonte: UFMG, 2013. Disponível em: http://cimos.blog.br/wp-content/uploads/2013/06/Relatorio-Mineracao-CMD-CompletoFinal_18-06-2015-1.pdf. Acesso:10/07/2017.

COELHO, T. **Projeto Grande Carajás**, trinta anos de desenvolvimento frustrado. 2014.

COELHO, T. et al. A empresa, o Estado e as comunidades. In: ZONTA, M.; TROCARTE, C. (orgs). **A questão mineral no Brasil** – vol.2: Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referente ao desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. Marabá, PA: Editorial iguana, 2016.

CROSSETTI, P. D. A.; FERNANDES, P. D. **Para onde vai a China?** O impacto do crescimento chinês na siderurgia brasileira BNDES Setorial, v.22, p.151-204, 2005.

DELPHY, C. Patriarcado. In: HIRATA, H. et al (orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo, ed. UNESP, 2009.

DIVERSUS. Diagnóstico Socioeconômico da Área Diretamente Afetada e da Área de Influência Direta do empreendimento Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. (Ex-MMX Minas-Rio Mineração S.A.) - Lavra a Céu Aberto com Tratamento a Úmido Minério de Ferro - Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim/MG - DNPM Nº: 830.359/2004 - PA/Nº. 00472/2007/004/2009 - Classe 06. Belo Horizonte, Agosto de 2011.

FALA CHICO. Denunciada na ONU a questão das ameaças sofridas por atingidos da Anglo American em Conceição do Mato Dentro (MG), 21/07/2017. Disponível em: <http://www.falachico.org/2017/07/denunciada-na-onu-questao-das-ameacas.html>. Acesso: 23/07/2017.

FALA CHICO. Denunciada na ONU a questão das ameaças sofridas por atingidos da Anglo American em Conceição do Mato Dentro (MG), 21/07/2017. Disponível em: <http://www.falachico.org/2017/07/denunciada-na-onu-questao-das-ameacas.html>. Acesso: 23/07/2017.

FALS BORDA, O. **Por la práxis**: el problema de como investigar la realidad para transformarla. Bogotá: Federación para el Análisis de la Realidad Colombiana (FUNDARCO), 1978.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação. São Paulo, Elefante, 2017.

FREIRE, P. Criando métodos de pesquisa alternativa. In: C.R. Brandão (org.) **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GESTA. Resistência à mineração da Anglo Ferrous Minas-Rio S.A. em Conceição do Mato Dentro. Ficha do Mapa dos Conflitos Ambientais em Minas Gerais, 2011 (atualizada em 2013). Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/info.php?id=253>. Acessado em 18 dez de 2018.
GONÇALVES FILHO, José Moura. Humilhação Social – Um problema político em Psicologia. Revista Psicologia USP, vol. 9, n. 2. São Paulo. 1998.

_____. Problemas de método em Psicologia Social: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante. In: BOCK, A. (org.) **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez. 2003.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro, Marco Zero (Coleção 2 Pontos, vol. 3). 1982.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Silva, Luiz Antônio Machado et alii. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília, ANPOCS, p. 223-44. Ciências Sociais Hoje, 2. 1983

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 26, n. 1, p.61-73. 2014.

HENRIQUES, A. B.; PORTO, M., F. de S. Mineração, agricultura familiar e saúde coletiva: um estudo de caso na região de Itamarati de Minas-MG. *Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 25 [4]: 1361-1382, 2015.

IBGE CIDADES. Histórico de Conceição do Mato Dentro. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/101W>. Acesso: 08/07/2017.

IBGE CIDADES. Histórico de Conceição do Mato Dentro. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/101W>. Acesso: 08/07/2017.

JORNAL ARTIGO 19. Graves violações de direitos marcam megaprojeto de exploração mineral em Minas Gerais, 20/07/2017. Disponível em: <http://artigo19.org/blog/2017/07/20/graves-violacoes-de-direitos-marcam-megaprojeto-de-exploracao-mineral-em-minas-gerais/>. Acesso: 23/07/2017.

JORNAL ARTIGO 19. Graves violações de direitos marcam megaprojeto de exploração mineral em Minas Gerais, 20/07/2017. Disponível em: <http://artigo19.org/blog/2017/07/20/graves-violacoes-de-direitos-marcam-megaprojeto-de-exploracao-mineral-em-minas-gerais/>. Acesso: 23/07/2017.

JORNAL BRASIL DE FATO. Anglo American individualiza conflitos para enfraquecer reação das comunidades, em 22/05/2017a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/05/22/anglo-american-individualiza-conflitos-para-enfraquecer-reacao-das-comunidades/>. Acesso: 21/07/2017

JORNAL BRASIL DE FATO. Anglo American individualiza conflitos para enfraquecer reação das comunidades, em 22/05/2017a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/05/22/anglo-american-individualiza-conflitos-para-enfraquecer-reacao-das-comunidades/>. Acesso: 21/07/2017

JORNAL BRASIL DE FATO. Em Conceição do Mato Dentro (MG), moradores são ameaçados pela Anglo American, em 27/05/2017b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/05/27/em-conceicao-do-mato-dentro-moradores-sao-ameacados-pela-anglo-american/>. Acesso: 21/07/2017

JORNAL BRASIL DE FATO. Em Conceição do Mato Dentro (MG), moradores são ameaçados pela Anglo American, em 27/05/2017b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/05/27/em-conceicao-do-mato-dentro-moradores-sao-ameacados-pela-anglo-american/>. Acesso: 21/07/2017

JORNAL ESTADO DE MINAS. Mineradora descumpre acordo com Ministério Público em Conceição do Mato Dentro, em 01/04/2012^a. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2012/04/01/internas_economia,286600/mineradora-descumpre-acordo-com-ministerio-publico-em-conceicao-do-mato-dentro.shtml. Acesso: 23/07/2017.

JORNAL ESTADO DE MINAS. MP contesta mais uma ação da Anglo American, em 03/04/2012b. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2012/04/03/internas_economia,286855/mp-contesta-mais-uma-acao-da-anglo-american.shtml. Acesso: 23/07/2017.

KALILI, A. E. As commodities ambientais e a financeirização da natureza. Entrevista em 25 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://antesqueanaturezamorra.blogspot.com.br/2014/01/as-commodities-ambientais-e.html>. Acessada em: 01 de maio de 2017.

LARA, S. L. **A atividade minerária e a dinâmica demográfica em Conceição do Mato Dentro (MG)**. 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado em análise e Modelagem de Sistemas Ambientais) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MALERBA, J. Para quê um novo código mineral? In: MALERBA, J. (org); MILANEZ,

B.; WANDELEY, L. J. **Novo marco legal da mineração no Brasil**: para que? Para quem? Rio de Janeiro: Fase, 2012.

MAM. O MAM e Internacionalismo dos povos. In: TROCARTE, C; ZANON, M. J.; VIEIRA, J. (orgs) *Elementos constitutivos do MAM*. Marabá, PA: Editorial Iguana, 2015b.

MAM. Os desafios da construção do MAM. In: TROCARTE, C; ZANON, M. J.; VIEIRA, J. (orgs) *Elementos constitutivos do MAM*. Marabá, PA: Editorial Iguana, 2015a.

MANSUR, M. S. et al. Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referente ao desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. In: ZONTA, M.; TROCARTE, C. (orgs). **A questão mineral no Brasil** – vol.2: Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referente ao desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. Marabá, PA: Editorial iguana, 2016.

MARUANI, M.; MERON, M. Como contar o trabalho das mulheres? França, 1901-2011. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI M.R.(orgs). **Gênero e trabalho no Brasil e na França** perspectivas interseccionais. 1. Ed – São Paulo: Boitempo, 2016.

MELLO, L. S. **Trabalho e sobrevivência**, mulheres do campo e da periferia de São Paulo. São Paulo: ática, 1988.

MILANEZ, B. O comercio internacional e a sustentabilidade socioambiental no Brasil. In: ALVAREZ, A. R.; MOTA, J.A. **Sustentabilidade Ambiental no Brasil**: biodiversidade, economia e bem estar humano. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília : Ipea, vol. 7. p. 565- 613, 2010.

MILANEZ, B. O novo marco legal da mineração: contexto, mitos e riscos. In: MALERBA, J. (org); MILANEZ, B.; WANDELEY, L. J. **Novo marco legal da mineração no Brasil**: para que? Para quem? Rio de Janeiro: Fase, 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Recomendação MPF/MG n.º 35, de 12 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-mg-recomenda-suspensao-do-processo-de-licenciamento-ambiental-de-mina-em-conceicao-de-mato-dentro>. Acesso em: 21/07/2017.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ONU. Informe de la misión a Brasil de la Relatora Especial sobre los derechos de los pueblos indígenas, 33ª sessão item 3 da agenda, de 8 de agosto de 2016. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/docs/relatorio-onu-povos-indigenas/relatorio-onu-2016-traduzido-em-esp-pdf.pdf/view>. Acesso em: 28 set. 2018.

PEREIRA, D. C. et al. Comunidades atingidas por mineração e violação dos direitos humanos: cenários em Conceição do Mato Dentro. *Revista Ética e Filosofia Política*, 16 (1) 124-150. Jun, 2013.

PINASI, M.O.; NETO, R.G.C. A mineração e a lógica da produção destrutiva na

Amazônia. In: TROCARTE, C; ZANON, M. J.; VIEIRA, J. (orgs) *Elementos constitutivos do MAM*. Marabá, PA: Editorial Iguana. 2015.

PIVETTTA, M. A América de Luzia, escavações em Lagoa Santa reforçam a teoria alternativa sobre o povoamento do continente. Pesquisa Fapesp, mai:235-239, 2012.

PORTAL CMD. Disponível em: http://www.portalcmd.com.br/?content=94#conteudo_tribur.page.where_includemain=ok&titulowik=Jubileu+do+Senhor+Bom+Jesus+de+Matozinhos&0.04094776960322588_1548083351867. Acesso: 21 jan. 2019.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina. In: LANDER, E. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2003. Disponível em: <http://www.decolonialtranslation.com/espanol/quijano-colonialidad-del-poder.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2017.

ROCWELL, E. **La experiência etnográfica: historia y cultura em los procesos educativos**. Buenos Aires: Paidós, (2009).

SAFFIOTI, H. I. B. Conceituando o Gênero. In: SAFFIOTH, H.I.B.; VARGAS, M. M. **Gênero e Educação**. Originalmente publicado em: A mulher brasileira é assim. Rio de Janeiro: Vozes editora, 1994.

_____. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.20, n.2. July/dec, 1995. P. 71-99.

SEIBERT, I.G.; RODRIGUES, S.M.R. Aproximação teórica entre o Feminismo Camponês e Popular e o marxismo latino-americano. In: SIMPOSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRARIA,8. 2017, Curitiba. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt04_aproximac3a7c3a3o-tec3b3rica-entre-o-feminismo-camponc3aas-e-popular-e-o-marxismo-latino-americano-1.pdf. Acesso: 03 fev. 2019.

SISEMA. Sistema Estadual de Meio Ambiente. Parecer Único SISEMA. nº. 001/2008. Processo COPAM N.º0472/2007/001/2007. 2008.

SOUZA-LOBO, E. Os usos de gênero. In: SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos**. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo, SP: editora Brasiliense, 1991.

SPINK, Peter Kevin. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 20, n. spe, p. 70-77, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000400010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 Set. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822008000400010>.

TAVARES, R.B. Atividades extrativas minerais e seus corolários na bacia do Alto Ribeirão do Carmo: Da descoberta do ouro aos dias atuais [doutorado]. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto; 2006.

WANDERLEY, L.J. M. Conflitos e movimentos sociais populares em área de mineração na amazônia brasileira. Dissertação de Mestrado apresentado à Universidade Federal Do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

_____. Índícios de Racismo Ambiental na Tragédia de Mariana: resultados preliminares e nota técnica Relatório Preliminar. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Wanderley-2015-Ind%C3%ADcios-de-Racismo-Ambiental-na-Trag%C3%A9dia-de-Mariana.pdf>. Acesso em: 16 jan 2019.

ZALIASNIK, Y. ¿Re/posición? de “Tres Marías y una Rosa”: Tres décadas para a/bordar la resistência. **Revista Chilena de Literatura**. Novembro 2010, Número 77, 193 – 215. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/rchilite/n77/art10.pdf>. Acesso: 09 jul 2018.

ZHOURI, A. *et al.* **Parecer sobre o documento “Estudo de Atualização das Áreas de Influência (AI) do Projeto Minas-Rio Mineração”, elaborado pela empresa de consultoria Ferreira Rocha Gestão de Projetos Sustentáveis.** Belo Horizonte: GESTA/UFGM, 2014. Disponível: <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wpcontent/uploads/2015/09/Parecer-GESTA-sobre-Relat%C3%B3rio-Ferreira-Rocha-2014-VF.pdf>> Acesso em: 17 jan. 2019.